



XXVI Jornada do Gelne

Área Temática 10 **Linguística e Cognição**

**ANAIS ELETRÔNICOS DA XXVI JORNADA DO GRUPO DE
ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE**

Capítulo da obra *Pesquisas em Língua, Linguística e Literatura no Nordeste:
uma Jornada de quase 40 anos do Gelne*. ISBN 978-85-66530-69-8



ANTONOMÁSIA TOPONÍMICA NUMA PERSPECTIVA COGNITIVA: OS APELIDOS DOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE

CEZAR ALEXANDRE NERI SANTOS (UFAL/UFBA)¹

O processo de apelidamento: discussões sobre antonomásia de nomes próprios

As investigações sobre a rede de nomeação paralela da toponímia brasileira ainda se constituem uma seara lacunar. Boa parte dos estudos com esse *corpus* parte da descrição da microtoponímia urbana, notadamente dos nomes paralelos dados a logradouros. Sejam estudos que considerem nomes de pessoas ou de lugares, a natureza deste objeto requer uma análise interdisciplinar, como aqui se pretende.

O apelidamento perpassa uma parcela majoritária das sociedades, sendo um fenômeno onomástico remoto. Já a Bíblia traz exemplos de nomeação paralela, como os casos de *Simão>Pedro*, *Saulo>Paulo* e de *Abrão>Abraão*. Essa prática social pode demarcar posturas diversas, que levam a sentimentos como autoestima e autoidentificação até vergonha e autodestruição. Tal qual as pessoas, os lugares também podem receber denominações paralelas, sobre o qual Vieira (2000) chama a atenção para sua fácil aceitação, dado o caráter espontâneo colocado no signo toponímico. Black, Wilcox e Platt (2014, p. 127), com um estudo sobre os apelidos de prisioneiros estadunidenses, destacam três funções do conhecimento e do uso de apelidos: (1) garantir um senso de unidade; (2) representar individualidade; (3) facilitar a comunicação interna.

Crê-se que o mesmo possa ser dito para os apelidos mais utilizados no *corpus* cotejado em nossa Tese de Doutorado – os nomes dos municípios sergipanos.

1. Professor Assistente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL-Campus do Sertão) e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA). E-mail: cezarneri@hotmail.com

Espera-se ratificar tal argumento e entender como se processa *antonomásia toponímica* nesta nominata, uma vez que boa parte dos estudos onomásticos no Brasil ainda tende a incorrer em análises tradicionais/formais – de cunho histórico e filológico –, descrevendo não somente os nomes oficiais e teleologicamente categorizando e examinando esta nominata por meio das taxonomias toponímicas (DICK, 1990; 1992).

Em termos de nomenclatura, Henriques (2007, p. 225) descreve a variada caracterização do fenômeno do apelidamento:

Epítetos, cognomes, apelidos, antonomásias, alcunhas são substantivos comuns tomados a partir de uma motivação metonímica ou metafórica – conhecida ou desconhecida – como substitutos de um antropônimo e, em decorrência disso, às vezes redigidos também como substantivos próprios.²

A função destacada por Henriques para itens lexicais em lugar de nomes oficiais cabe igualmente para entidades e lugares. Atente-se, contudo, para a possibilidade de mais de uma denominação paralela para os seres ou locais. Alguns tendem a ser mais aceitos, sendo mesmo elevados oficialmente. Geralmente as antonomásias tomadas sistematicamente como lema pelo poder oficial são eufóricos, ao passo que alcunhas disfóricas tendem a ser mantidos extraoficialmente, envoltas de uma aura jocosa ou tabuizada.

No entendimento de que o processo onomástico não é um fenômeno apenas linguístico, mas também biológico, sociocultural, psicocognitivo, dentre outros, a perspectiva cognitiva cabe para um debruçar-se sobre os apelidos de lugares, que aqui preferiu-se denominar *antonomásia toponímica*, pelo argumento de Henriques (2007) anteriormente: o processo antonomástico se vale de motivações metonímicas ou metafóricas. Reconhecendo a existência e a importância de fatores psíquico-cognitivos na designação toponímica, mesmo que muitas vezes impossíveis de

2. Neste artigo, e conseqüentemente na Tese, nos valem do termo *antonomásia* como um hiperônimo para todas estas nomenclaturas, por vezes cuja idiosincrasia se mostra confusa tanto no senso comum quanto nos estudos antroponímicos lusófonos. Advoga-se por tal escolha pois o termo antonomásia consegue abarcar termos vinculados a gentílicos, que podem servir igualmente para o topônimo.

resgate histórico, espera-se valer-se dos postulados da Linguística Cognitiva para exame da nominata cotejada, mesmo que de modo incipiente. É sobre esta relação dos nomes próprios como um fenômeno psicognitivo que se tratará no subitem a seguir.

Onomástica e cognição: os nomes próprios como modo de apreensão da realidade

Carvalhinhos (2014, s.p.) adverte sobre a relação relativamente recente entre a Onomástica e a cognição. Segundo esta professora, “A escola europeia já vem desenvolvendo, desde 2005, a relação entre as teorias cognitivas e a onomástica: LEINO 2005, KARPENKO 2012; BLANAR 2009; RESZEGI, 2014, baseados em LANGACKER (1987-1991)”. Nesta perspectiva, tem-se a finalidade de analisar como os nomes de lugares ajudam a entender a sociedade e o meio ambiente, como são conceptualizados os lugares e como tal conceptualização impacta no desenvolvimento e na autoestima das sociedades pesquisadas.

Pode-se exemplificar o projeto *The Cognitive Toponymy Project: People and Places in Synergy*, que, segundo os próprios, são

interdisciplinares, uma vez que se configuram uma rede internacional de pesquisa (*The Cognitive Toponymy Research Network*) de intelectuais da arqueologia, geografia, história, linguística, onomástica e psicologia. Mesmo tratando de *corpora* de topônimos da Escócia e da Dinamarca dos últimos dois milênios, certamente colaborará para o desenvolvimento de novas abordagens para o estudo dos nomes de lugares focando no papel da cognição humana na mediação da realidade externa.” [Tradução nossa].³

3.ABOUT. In: <http://cogtop.org/en/about/> Acesso em: 05 dez. 2015. Trecho original em inglês: “The Cognitive Toponymy Research Network has the potential to establish a new theoretical paradigm for name studies, with Scotland at the forefront of developments in the field. The Cognitive Toponymy Research Network brings together established academics and early career scholars from a range of disciplines at the Universities of Copenhagen, Glasgow and St Andrews to develop an exciting new area of research. It will produce significant outputs and lay a foundation for future collaborative work.”.

Uma vez que apelidos reforçam relações e reconfirmam atitudes de grupo (DE KLERK; BOSCH, 1996), espera-se entender como as antonomásias toponímicas demarcam características como pertencimento, identidade, expressam ideologias políticas ou religiosas, bem como apresentam as relações entre mapas mentais e representações cartográficas, entre direção espacial e imagens mentais, entre realidade externa e crenças. Assim, a linguagem marca um dos fatores mais importantes de sua ação na sociedade por meio dos processos de nomeação e designação das coisas do mundo, com os quais (re)conceptualiza e (re)constrói sentidos sócio-históricos e culturais.

Sendo a nomeação resultado da relação entre um sujeito experienciador e o universo referencial real ou imaginário (R) por meio da língua(gem), pode-se afirmar que há algo neste processo que é anterior e desligado do plano linguístico. Este processo de apreensão mental e seleção perceptiva do R designa-se conceitualização (Co), pelo qual, segundo Pottier (1978), o emissor, no processo nomeador, mediatiza-se com esse universo referencial infinito e não-discreto, apreendendo e selecionando nele certo número de elementos da percepção, para serem codificados em uma dada língua natural (LN).

A lexemização é a passagem do nível conceptual (Co), pré-linguístico, ao nível da língua natural (LN), momento em que se procede à nomeação, “que contrai uma função semiótica com uma sequência fonológica, tornando-se uma lexia, ao nível do sistema, unidade memorizada e disponível para atualização (...) em vários universos de discurso” (BARBOSA, 1981, p. 69).

As lexias disponíveis no sistema apresentam alto grau de polissemia, cuja redução se dá quando se lexicalizam em diferentes universos de discurso. Situam-se, nesse caso, no campo da norma, e nesse sentido Pottier (1978) as considerava *vocábulos* ou *lexias em estado de dicionário*, isto é, institucionalizadas pela frequência de uso. Conforme o linguista francês, isso está a cargo da semântica referencial, por “tratar das relações entre o mundo, a conceptualização e os sistemas das línguas naturais, estuda o fenômeno da designação” (POTTIER, 1978, p. 20).

Finalmente, no domínio da fala, cada atualização da lexia, denominada por esse mesmo autor *lexia-ocorrência* ou *palavra*, atende às situações sociocomunicativas e assume uma carga sêmica suplementar, resultante de sua combinatória com outras lexias do texto e com características orientadas pelo contexto situacional (POTTIER, 1978).

O modo como se processam os recortes sgnicos da realidade extralinguística pelos sistemas lexical e onomástico, esse último contido naquele, reflete respectivamente signos selecionados no processo onomástico. Assim, entende-se que a insígnia designativa dos nomes próprios  engendrada por construções de mundo, na qual a nomeação de um lugar, ou mesmo de uma pessoa, passa do plano cognitivo ao semiótico. Pais (1994, p. 170) estabelece que, nesse processo de *conceptualização*, a percepção dos fatos reais  concomitantemente biológica e cultural, bem como as fases de *latência* (traços distintivos semânticos possíveis dos 'objetos' da semiótica natural, estado semântico potencial) e de *saliência* (traços semânticos que se destacam) são anteriores à fase de *pregnância* (quando há a seleção dos traços que configuram o conceito do fato em questão) no ato de denominação, quando se reduzem as possibilidades de referências por meio dos recortes ideológico-culturais. Do ponto de vista ideológico, nos dois casos, há o "reflexo da cosmovisão dominante", nas palavras de Dick (2011, p. 83), isto é, a dos grupos sociais dominantes.

Assim, o movimento do ato de nomeação vai da (i) percepção biológica dos elementos de mundo pelo denominador, para a (ii) *conceptualização*, quando os modelos mentais são formados de acordo com as apreensões socioculturais. Ao se converter a informação *conceptualizada* em *significação linguística*, ocorre a (iii) *lexemizao*, na qual a *acepção semântica* forma o signo, saindo do nível genuinamente cognitivo, pronto para a (iv) *produção discursiva*, quando a *enunciação*, dentro de uma cena enunciativa, contextualiza esse signo.

Já o processo de *lexicalização*  consequência da opacidade, alteração ou acréscimo sinttico-semântico dos signos linguísticos, após a *dicionarizao* dessas unidades, com o uso contínuo e memorizado numa comunidade linguística. São também fases desse mesmo processo, no entendimento de Vilela (1994), a *desmotivação* e a *idiomatizao*. Assim, interessa para a *Toponímia* os postulados de campos como a *Lógica* e a *Filosofia da Linguagem* acerca da *motivação*, do grau de *significação* e de *idiomatizao* destes signos (*vide* BRITO, 2003).

Ainda segundo Pottier (1978), o mundo conceitual (Co), não o referencial, deve ser objeto de pesquisa do linguista. O primeiro "pode, por si são, ser o ponto de partida para o enunciador e o ponto de chegada para o interpretante", enquanto o segundo é "o lugar da representação mental que se tornou independente das ln-

guas naturais e dos outros sistemas semiológicos, e sede da encenação” (POTTIER, 1992, p. 18).

Tal argumento ratifica a ideia de que não é preciso haver no mundo real um correspondente verdadeiro, imediato, mas apenas um construto mental factível dessa entidade. O elo dessa relação é a cultura, na qual o caráter extralinguístico é deflagrado pela linguagem. A língua veicula a cultura de que faz parte o nomeador e pode também transmitir nuances de sentido próprias do indivíduo/sociedade que a usa. Sapir observa que o léxico é o nível linguístico mais vulnerável às marcas do ambiente físico e social. Em um signo toponímico, por ele considerado um léxico especializado, “não são propriamente a fauna e os aspectos topográficos da região, em si mesmos, que a língua reflete, mas antes o interesse da nação nesses traços ambientais”(SAPIR, 1969, p. 4).

Não há como negar a intrínseca relação entre o processo denominativo e a apreensão do mundo real, porque, como exposto, nas línguas naturais, essa decodificação e exposição do ambiente se materializa no léxico. Como assinala Sapir (1969), é o interesse humano o que gera e pauta as escolhas lexicais, as quais se sacralizam no campo social, confrontadas no eixo paradigmático com tantas outras possibilidades. Fiorin o ratifica ao afirmar que as palavras têm a possibilidade de memorializar o que constituímos como real, cuja regulamentação se estabelece na pluralidade, por vezes silenciadas no campo das relações de poder, na qual “a atividade linguística é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e esses conceitos ordenam a realidade, categorizam o mundo” (FIORIN, 2003, p. 47).

No entanto, por uma visão cognitivista, entende-se o significado como função, não como entidade, por entendermos que a interpretação sempre envolve mais informação do que aquela diretamente codificada na forma linguística (FERRARI, 2015). Isso promove o entendimento de que as antonomásias toponímicas só podem ser decodificadas – terem seu significado esclarecido – por meio de conhecimento culturalmente compartilhado. Sendo a categorização linguística um processo – e um produto – com as dimensões semasiológica e onomasiológica, faz-se mister compreender acerca das escolhas entre categorias alternativas, concretamente as condições pelas quais um e não outro é escolhido para denominação de um ser ou lugar. Cabe destacar o que Jorge Bidarra (2012) afirmou sobre a onomasiologia:

Relativamente à dimensão onomasiológica (ou, se quisermos, vertical) da categorização, estudos etnolinguísticos sobre as classificações populares de plantas e de animais (cf. o resumo de Berlin 1978) e estudos psicolinguísticos sobre hierarquias lexicais (cf., por exemplo, Rosch et al. 1976) verificaram que existe um nível de hierarquização lexical cognitivamente mais saliente, o chamado nível básico, que se identifica, em princípio, com o “nível genérico” de uma taxonomia biológica popular, e ao qual pertencem categorias que, do ponto de vista da aquisição, são apreendidas em primeiro lugar, funcionalmente, são as mais rapidamente aplicadas e, linguisticamente, são expressas por termos morfológicamente curtos e simples (por exemplo, pinheiro relativamente a árvore e a pinheiro-manso).

São estas saliências que tentar-se-á captar quando da descrição e análise da antonomásia toponímica em Sergipe.

Coletae descrição do *corpus*

O expediente de dados orais para os estudos toponímicos tendea expandir possíveis limitações a pesquisas de carácter tão-somente documental. Assim, ao se valer de pesquisas *in loco* por meio da coleta de entrevistas e histórias orais, o que não pode ser feito nesta fase ainda inicial de nossa Tese, os *corpora* de trabalhos desta natureza certamente se expandirão. Certamente, no momento da pesquisa de campo, se valerá deste trabalho em prol do confronto e ra(e)tificação das informações aqui inscritas. Por isso, mesmo ciente das ressalvas que possam ser feitas à escolha metodológica de aquisição do *corpus*–uso como fonte de *websites* de confiabilidade contestável como o *Wikipedia*<www.wikipedia.com>–, justificamos, sem menosprezo, que as informações foram coletadas nesta enciclopédia aberta virtual, por meio dos verbetes destinados a cada município listado.

Para tal, dos 75 (setenta e cinco) municípios do estado, menor unidade federativa do Brasil, destacaram-se os 15 (quinze) maiores em população, a saber: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana, São Cristóvão, Estância, Tobias Barreto, Itabaianinha, Simão Dias, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Capela, Itaporanga D’Ajuda, Propriá e Laranjeiras. Destes, 11 (onze) apresentam antonomá-

sias em seus respectivos verbetes, excluindo-se Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, Poço Redondo e Itaporanga D'Ajuda. Assim, mesmo que sem um caráter exaustivo, mas apenas ilustrativo, dos 15 municípios coletados (20% do número total de municípios do estado), para o qual pontua-se, igualmente, que a inexistência de informações antonomásticas nos verbetes destes municípios não significa que estes não tenham alcunhas, absolutamente, justificando estudos de cunho oral em pesquisas futuras para a possibilidade de. Como já assinalado, deve-se lembrar de que o *Wikipedia* é um banco enciclopédico de autoria livre. As antonomásias com a marcação de asterisco (*) remetem à inexistência destes dados na fonte da pesquisa, mas cujo apelido é de conhecimento do autor do artigo.⁴

Quadro 1 – Dados onomásticos concernentes aos municípios sergipanos

MUNICÍPIO	ANTONOMÁSIA(S)	MOTIVAÇÃO(ÕES)
1 Aracaju	Aju Capital Nordestina da Qualidade de Vida Capital Universitária Nordestina Cidade das Araras e dos Cajus	- Abreviatura; - Socioeconomia; - Socioeconomia; - Etimologia toponímica;
2 Nossa Senhora do Socorro	-	
3 Lagarto	-	-
4 Itabaiana	4.1 Capital do Caminhão 4.2 Terra dos Ceboleiros*	- Economia; - Agricultura;
5 São Cristóvão	5.1 Quarta cidade mais antiga do Brasil*	- História local;
6 Estância	6.1 Jardim de Sergipe	- Flora;
7 Tobias Barreto	7.1 Capital dos Bordados	- Economia;
8 Itabaianinha	8.1 Inn 8.2 Princesa das Montanhas 8.3 Cidade dos Anões	- Abreviatura; - Geomorfologia; - Idiossincrasia biológica;

4. Deve-se atentar para o caráter esporádico/temporário de algumas antonomásias, haja vista podem ser alcunhadas por fins publicitários, turísticos e/ou econômicos, como parece ser o caso da alcunha *Capital Sergipana do Forró*. Este "título", inicialmente dado/reivindicado pelo município de *Areia Branca*, foi utilizado nos últimos anos pelo município de *Itaporanga D'Ajuda*. Isso se deu no momento em que houve o cancelamento das festividades juninas naquela cidade, tendo havido, por outro lado, um aquecimento da programação destas festividades nesta outra cidade, fato que se dá ao sabor das administrações municipais.

MUNICÍPIO	ANTONOMÁSIA(S)	MOTIVAÇÃO(ÕES)
9 Simão Dias	9.1 Cidade do Milho 9.2 Capital Nacional da Sorte	- Agricultura; - Cultura;
10 Nossa Senhora da Glória	1.1 Capital do Sertão; 1.2 Capital do Ouro Branco	- Geoespacial; - Agricultura / Economia;
11 Poço Redondo	-	-
12 Capela	12.1 A Rainha dos Tabuleiros	- Geomorfologia;
13 Itaporanga D'Ajudá	-	-
14 Propriá	14.1 Princesinha do São Francisco	- Hidrografia;
15 Laranjeiras	15.1 Atenas sergipana	- Cultura;

Fonte: Elaboração própria

Descrição do corpus: o que podem nos dizer as antonomásias toponímicas sergipanas?

Passando à etapa de descrição do *corpus*, percebe-se que o estado de Sergipe apresenta com uma rede macrotoponímica diversificada tanto em termos de procedência linguística quanto em termos de estrutura morfológica e semântica. O *corpus* apresenta nomes oficiais de municípios em estratos linguísticos indígena, portuguesa, africana, sendo alguns híbridos. No entanto, por seu caráter de transparência semântica, a nominata quase majoritariamente se apresenta em língua portuguesa.

Estrutura mórfica do corpus

No entanto, se cotejada a nominata antonomástica destas cidades, encontrar-se-á certa regularidade morfológica e, salvo casos raros, inscrições em língua portuguesa. Quanto à origem linguística dos topônimos paralelos, o que vale igualmente para a nominata antonomástica, Vieira (2000, s.p.) adverte que “O signo paralelo é, com maior frequência, um símbolo transparente, caso contrário, seria difícil resistir à passagem do tempo ou atender a um grupo um pouco mais numeroso, como é o caso de alguns topônimos existentes.”

Quanto à estrutura mórfica dos signos antonomásticos, atenta-se para uma predominância da construção genitiva [SN1 + de(o/a(s)) + SN2], mas também outras construções, como a estrutura simples [SN1]. Do cotejo do *corpus*, pode-se afirmar que:

- SN1 designa um sintagma nominal majoritariamente genérico por meio de lexias como *Capital* (7), *Cidade* (2), *A Rainha* (1), *Princesa* (1), *Princesinha* (1), *Jardim* (1), *Atenas* (1);
- Uma única construção com apenas um SN, este sem o conectivo genitivo *de*: *Capital Universitária nordestina*;
- Uma única construção com especificação do núcleo do SN1 – *Capital Nordestina*, o que permite observar que, ao menos neste diminuto *corpus*, a especificação antonomástica tende a se encontrar no SN2, tanto por itens adjetivais quanto substantivos;
- Dos SN1 relacionados, há uma única ocorrência de determinação do sintagma por meio do artigo *a* – *A Rainha*. Nos demais casos, o sintagma antonomástico se dá sem artigo, quando isolado do uso discursivo;
- Todos os sintagmas antonomásticos são femininos, por serem desse gênero os núcleos do SN1. Como curiosidade, na língua latina, os nomes de cidades, mares e rios são do gênero gramatical feminino, o que não foi herdado pela língua portuguesa;
- Uso de abreviaturas dos topônimos oficiais para identificação antonomástica, o que pode se configurar um fenômeno icônico e/ou de informalidade, como foi o caso de *Aju* (Aracaju) e *Inn* (Itabaininha). O grau de iconicidade destes itens lexicais pode ser mais bem entendido na pesquisa de campo, haja vista *inn* também significar hotel/pousada, em inglês. Também outros termos de identificação contemporâneos valem-se deste dispositivo ou de inscrições híbridas em outras línguas, como as construções em inglês *Ajucity* (também para Aracaju) e *Simon Days* (tradução literal esdrúxula para o antropônimo Simão Dias);

- No SN2, foram encontradas tanto a construção genitiva *de Sergipe* quanto a construção com adjunto adnominal pátrio *sergipana*, como modo de delimitar corônimos (*Atenas*) ou outras características salientes da localidade (*Jardim*, no caso de Estância);
- O SN2 geralmente se constitui o sintagma especificador, onde se encontra a motivação antonomástica. Isso ocorre quando o SN1 traz lexias genéricas como Cidade e Capital. Por outro lado, em Estância, o SN1 *Jardim* se apresenta como uma exceção, sendo mais significativo que o SN2 – *de Sergipe*, que apenas referencia locativamente a ‘cidade jardim’.

Análise semântico-cognitiva do corpus

Como viés de análise, considerando o conteúdo semântico do *corpus*, atenta-se para a, até então, ausência de referências de cunho religioso no *corpus* antonomástico, ao contrário dos topônimos referentes, na qual nota-se uma alta densidade hagiotoponímica oficial nos mapas de Sergipe. Num consciente objetivo de transpor, para este *corpus*, a taxonomia toponímica proposta por Dick (1990), decidiu-se por tratar das motivações semânticas para os itens antonomásticos por suas características econômicas, políticas, alimentícias, históricas, geomorfológicas, geoespaciais, hidrográficas, dentre outras saliências, tais como as motivações idiossincráticas, para signos que remetem a especificidades da localidade.

Como se percebe, as motivações para o fenômeno antonomástico do *corpus* são de ambas as naturezas física e cultural. Nesta análise, por exemplo, a *Capital do Milho* pontua não necessariamente a abundância de milho, mas a alta capacidade comercial deste produto no município numa conjuntura econômica. Outros elementos de natureza antropocultural também se destacam, como incursões históricas e culturais do local e/ou do povo. Além destes, o desvendar da etimologia dos signos toponímicos pode auxiliar, caso a lexia esteja em língua de substrato ou superstrato.

Por outro lado, assim como nos topônimos oficiais, vários elementos de natureza física são inscritos na nominata antonomástica, como produtos agrícolas alimentícios, da fauna e da flora locais, bem como aspectos salientes da hidrografia,

da geoespacialidade e da geomorfologia da região. Quanto às metonímias do *corpus*, atenta-se para a recorrência de *produtos agrícolas ou econômicos, aspecto histórico-turístico-cultural, característica idiossincrática, hidrografia ou geomorfologia*.

O uso constante e disseminado pelo Brasil de títulos monárquicos para o apelidamento de cidades incita o objetivo de permear o local com uma aura de *glamour*, de beleza e de requinte. Mais uma vez, chama-se a atenção para o fato de tais títulos serem femininos, como Princesa – ou seu diminutivo Princesinha – e Rainha, mas inexistem no *corpus* quaisquer alcunhas no gênero masculino. Metaforicamente, remete-se ao fato de a (T)terra (e outros elementos como a língua) ser referenciada como a mãe (*patria mater*): a que cuida, a que nutre, a que acolhe etc. Por essa via de raciocínio, entende-se que o signo toponímico é passível de representar uma supra realidade, mas que, na verdade, o que se expõe nos signos são antes intenções (no plano da cognição) nas quais os grupos sociais se apropriam dos nomes (de lugares) enquanto memória coletiva.

O uso abundante de antonomásias com a construção *Cidade de + SN2* demonstra o caráter descritivo das antonomásias: *A Cidade do Caminhão* remete à abundância de caminhões em Itabaiana, tal qual ocorre com boa parte dos SN2, itens que demarcam o que é característico, saliente, sensorial para o denominador, ou mesmo o que é mais produzido ou perceptível dentre os elementos físicos da região, expondo o aspecto conotativo destas construções léxicas.

Já a lexia majoritariamente usada no *corpus* como núcleo do SN1 foi *Capital*. Metaforicamente, capital remete etimologicamente à cabeça (lat. *caput, capitis*) e geoespacialmente à ideia de centro, de principal. Assim, mesmo que cidades como Nossa Senhora da Glória ou Simão Dias não sejam capitais, funcionam como tais – ideia de abundância ou convergência – quando denominadas como *Capital do Ouro Branco* ou *Capital Nacional da Sorte*. Em outras palavras, se quiser comprar ou produzir leite e quiser ter ou saber quem tem sorte, conheçam estas localidades, respectivamente.

Ainda tomando tais antonomásias como exemplo, fica clara a delimitação espacial destes locais: Simão Dias pode ser conhecida *nacionalmente* pela sorte de seus moradores na loteria, mas a produção leiteira de Nossa Senhora da Glória tende a se restringir ao estado de Sergipe.

Assim, pode-se ilustrar em quadro tais questões:

Quadro 2 – Metáforas do *corpus*

MÉTAFORA CONCEPTUAL	MÉTAFORA SIMBÓLICA	MÉTAFORA ORIENTACIONAL/ ESPACIALIZAÇÃO
[SN1] Cidade é Mulher [SN1] Cidade é Realeza feminina.	[SN1] Atenas	[SN1] Capital [SN2] de Sergipe; do São Francisco; do Sertão.

Fonte: Elaboração própria

Outro fenômeno próprio de alguns topônimos é a saliência que carregam consigo no signo toponímico, mesmo que seu conteúdo semântico seja opacizado. É o caso de Argentina, que demarca etimologicamente ser aquela a “Terra da Prata” – do latim *argentum*, *i*: prata. Tal reflexão é importante pois, mesmo em signos transparentes inscritos em língua materna, o processo de decodificação de uma antonomásia não é transparente, uma vez que a relação sígnica é motivada e somente por meio do conhecimento cultural compartilhado tal motivação pode ser descortinada.

Quanto ao fato, Vieira (2000, s.p.) pondera:

A toponímia paralela, constantemente, sofre a ameaça de desaparecimento pelo desuso com o distanciamento temporal das razões motivadoras do signo toponímico, que permanecem apenas na memória de alguns de seus usuários. Isso se justifica pois o signo toponímico nem sempre é transparente a todos, especialmente quando se trata de topônimos paralelos que atendem a um grupo específico de usuários [...].

Como exemplo, retoma-se a antonomásia *Capital do Ouro Branco*, para a qual o enunciatário precisa tomar ciência da metáfora *ouro branco* para denominar *leite*. Igualmente, não está claro, à primeira vista, se a cidade se destaca por sua produção leiteira, por sua exportação, tampouco o marco temporal, uma vez que tal alcunha pode remeter a uma fase áurea pretérita da economia gloriense. Enfim, frisa-se que o signo antonomástico, tal qual ocorre com o signo em função toponímica, não necessariamente traz uma referência completa, mas apenas um recorte, por ser produto de uma motivação subjetiva e singular, mesmo quando coletiva.

Algumas conclusões

Nomear coisas, atos, sentimentos é uma prerrogativa humana, de algum modo imperativa para a sobrevivência em sociedade. No entanto, o ato designativo não se apresenta tão simploriamente, de modo único e inequívoco. Por mais que a função onomástica seja de (1) garantir um senso de unidade; (2) representar individualidade; (3) facilitar a comunicação interna (BLACK; WILCOX; PLATT, 2014, p. 127), por vezes a nomeação oficial não satisfaz ou não basta, sendo necessária a criação de nomes paralelos, tanto para pessoas quanto para lugares, animais ou coisas.

Assim, por meio da descrição e da análise de *corpora* extensos acerca do fenômeno, vale averiguar saliências, bem como os domínios que abarcam tais signos locativos. Além destes pontos, todos dignos de uma análise mais detalhada *a posteriori* com a abrangência do *corpus*, considera-se igualmente válido um estudo acerca dos gentílicos populares, que abarca não o processo de apelidamento de locais, mas também de pessoas nativas de um local, como é o caso de *Papa-jaca*, disseminado apelido para os “filhos” do município de Lagarto-SE, dada sua aura disfórica ou de tabu linguístico, motivado pela vergonha numa situação de autoidentificação.

Por fim, reivindica-se a importância de que a Ciência Toponímica, no Brasil, seja tratada sob uma perspectiva tão somente lexicológica, mas também amplie horizontes e dialogue proficuamente, como tem sido feito por toponimistas contemporâneos, principalmente na Europa, numa visão cognitiva sobre este fenômeno.

Referências

- BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: *Anais do II Simpósio Latino-Americano de Terminologia*. Brasília, UnB, 1981.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Disponível em <https://www.bibliaonline.com.br/> Acesso em 11 abr. 2016.
- BIDARRA, Jorge. O conhecimento de mundo e as experiências do falante no Processamento da Linguagem Natural: a polissemia em foco. *Ciênc. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 166-177, abr. 2012. Acesso em 16 set. 2016.
- BLACK, Sharon; WILCOX, Brad; PLATT, Brad. Nicknames in Prison: meaning and manipulation in Inmate Monikers.. *Names*. 62(3), 2014, p. 127-136.
- CARVALHINHOS, Patricia. *Anais de resumos do II/IX Encontro Anual do Grupo de Pesquisa Linguagem e Cognição*. I Simpósio Internacional sobre Linguagem e Cognição (I LINCOC) V Seminário do Projeto de História do Português Paulista. 2014. Disponível em <http://lincog.fflch.usp.br/sites/lincog.fflch.usp.br/files/upload/paginas/anais_2014.pdf> Acesso em: 01 fev. 2016.
- DE KLERK, V.; BOSCH, B. Nicknames as sex-role stereotypes. *Sex Roles*, 35(9-10), 1996, p. 525-541.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O espontâneo e o popular na Toponímia. In: *Suplemento Cultural de O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de novembro de 1977, nº 58, p. 5.
- DICK, M. V. P. A.. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed., S. Paulo, Serviços de Arte Gráfica da FFLCH/USP, 1992.
- _____. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiotica et Lingüística*. São Paulo: v.7, p. 97-122, 1998.
- _____. O Sistema Onomástico: Bases Lexicais e Terminológicas, Produção e Freqüência. *As Ciências do Léxico: Lexicologia Lexicografia e Terminologia*. vol. I. 2. ed. Campo Grande, 2001. p. 79-90.
- FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística I*. Vol. 1: Objetos Teóricos, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- HENRIQUES, Claudio C.. Escritores, Epítetos e Dicionário: uma parceria afinada. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. (Org.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande; São Paulo: Ed. UFMS; Humanitas, 2007, v. III, p. 223-233.
- KOPACH, Aleh. *Three stages in the place naming process: a cognitive-onomasiological approach*. Disponível em <http://www.uni-heidelberg.de/md/rose/forschung/abstract_book_trends_in_toponymy.pdf> Acesso em 12 jan. 2016.

- MILL, John Stuart. A System of Logic: Ratiotative and Inductive. In: _____. *The Collected Works of John Mill*. Toronto: University of Toronto Press - Routledge & Kegan Paul, 1973, vol. VII-VIII.
- PAIS, Cidmar Teodoro. 1994. "O percurso gerativo da enunciação: produtividade léxica e discursiva" Em: *Confluência, Assis*, v.3, p. 162-181. Número especial.
- POTTIER, B. *Linguística geral: teoria e descrição*. Trad. Adap. Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença; Universidade Santa Úrsula, 1978.
- _____. *Sémantique générale*. Paris: PUF, 1992.
- SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: *Linguística como ciência*. Ensaios. Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.
- VIEIRA, Zara Peixoto. *O reflexo da memória social na toponímia: o espontâneo e o popular*. Cadernos do CNLF, Série V, no.02 _Estudos de Textos - Tradução, Análise e Edição Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2_13.htm> Acesso em 20 jan. 2016.
- VILELA, Mário. *Estruturas Léxicas do Português*, Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

LEITURA E COMPREENSÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO SOB A PERSPECTIVA INTERATIVA

MARIA PATRÍCIA PEREIRA CAVALCANTI (UFPB)¹

Introdução

Na academia, há uma variedade de trabalhos que primam sobre o tema da leitura. É comum perceber estudos científicos referentes ao ensino da leitura e de sua importância no desenvolvimento cognitivo, assim também como sua influência no âmbito social e escolar. Há, na realidade, uma vasta literatura que nos presenteia com um grande acervo de teorias que poderá nortear a prática docente.

Ter a percepção da importância da leitura na prática docente e na vida discente é vislumbrar um mundo de possibilidades as quais poderão fornecer tanto para o professor quanto para o aluno o desenvolvimento de potencialidades que irão se efetivar na vida do aluno-cidadão.

A literatura, no decorrer do tempo, tem provado o valor da leitura como ponto essencial de desenvolvimento de habilidades sociocognitivas, mas, e quando não há o cuidado específico pelo desenvolvimento do processo da leitura, quais serão os problemas que docentes e discentes enfrentam ou enfrentarão no decorrer de suas trajetórias educacionais? A falta de um alicerce da leitura poderá comprometer a estrutura de planejamento da obra de uma vida? A ausência da compreensão de enunciados pode resultar em uma atividade escolar pouco atrativa com consequências nos exames nacionais?

Foram esses os questionamentos que motivaram o relato de experiência que será apresentado. O mesmo, por sua vez, tem por objetivo geral apresentar uma in-

1. Mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos e graduada pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: m.patricia.pc@hotmail.com

tervenção metodológica para as aulas de leitura e de compreensão textual a partir de uma reflexão embasada nas teorias estudadas na disciplina Aspectos Sociocognitivos e Metacognitivos da Leitura e Escrita.

Convém ressaltar que também são objetivos específicos do nosso trabalho discutir sobre os problemas causados por uma leitura ineficiente e apresentar no relato de experiência as ações desenvolvidas para contribuir com o desenvolvimento de potencialidades de leitura na compreensão de enunciados.

É comum nos deter, em nossa trajetória docente, apenas no aspecto da importância da leitura, mas, em muitos momentos, esquecemos de trazer para a discussão os problemas que são causados por uma leitura deficitária e quais as possíveis consequências para a vida do aluno.

Para tanto, partimos da fundamentação teórica de FELTES (2008), LEFFA (1996; 1999), FOUCAMBERT (1994) e SOLÉ (1998) que embasarão o nosso relato contribuindo para que a nossa prática possa ter subsídios para direcionar as nossas ações de leituras.

Como metodologia, utilizamos as pesquisas bibliográficas sob o método dedutivo fazendo as considerações de forma interpretativa das obras referentes aos temas relacionados e a metodologia da pesquisa-ação por acreditar na sua contribuição no aprimoramento do ensino e da aprendizagem dos alunos.

O trabalho foi desenvolvido em uma escola municipal do município de Mamanguape/PB, em duas turmas do ensino fundamental especificamente do nono ano. Convém ressaltar que os alunos, em sua maioria, apresentam problemas referentes ao processo de leitura, no que se refere a decodificação, a compreensão textual e as inferências de informações a partir de elementos textuais.

No entanto, o que eles, em sua maioria, têm em comum, e que no momento percebo que seria mais relevante para o nosso estudo, é a falta de compreensão do texto lido e dos enunciados de questões propostas pelos livros e por professores. Os alunos, muitas vezes, não conseguem responder as questões propostas porque não conseguem compreender o que está sendo pedido nos enunciados, gerando um sentimento de incapacidade.

A leitura é ponto fundamental para o desenvolvimento das potencialidades cognitivas e metacognitivas, ela permeia todas as atividades humanas. Não podemos deixar de ver as ações de leitura em todos os momentos das atividades cotidianas e

também perceber que o processo de leitura não é exclusividade das aulas de língua portuguesa, e, conseqüentemente, os problemas que forem apresentados por sua ineficiência afetará também todas as áreas do conhecimento, por isso a sua importância.

Por todos os relevantes pontos acima citados, o presente relato se justifica por colaborar com a reflexão sobre a prática das aulas de leitura apresentando uma experiência vivenciada em sala de aula e assim contribuir com as discussões a respeito da temática aqui apresentada.

Portanto, é importante que tenhamos a percepção da contribuição que a leitura dará aos nossos alunos e, conseqüentemente, à sociedade, caso contrário, perderemos a oportunidade de formar cidadãos-leitores-críticos.

Contextualização

A Situação

No decorrer da nossa prática docente é comum ouvir relatos de professores falando de suas dificuldades com os alunos e as suas dificuldades também são vivenciadas na minha prática de sala de aula. Essas dificuldades vão desde a necessidade de pedir o silêncio para iniciar as nossas aulas até ter que dizer qual a página da resposta para aquela pergunta. São inúmeras as dificuldades. Mas o que chamou a minha atenção foi sempre ouvir dos alunos a seguinte expressão: “Eu não consegui entender o que está pedindo” e nesse momento, o professor faz o papel de tradutor do que está no enunciado, e de repente vem a outra expressão: “Ah, é isso? Entendi!” Então, é preciso traduzir o enunciado para a língua que eles mesmos estão falando? O que falta?

A percepção que temos é que tanto o texto quanto as questões dos enunciados propostos estão em uma língua, muitas vezes, não acessível aos alunos, ou pelo menos em uma variedade da língua portuguesa que eles ainda não dominam.

Essa observação me fez perceber que os textos recomendados para leitura e os enunciados das questões propostas pelos livros didáticos estão em discrepância com os conhecimentos demonstrados pelos alunos, dificultando a compreensão da proposta e assim favorecendo o surgimento de incapacidade e a não realização da

atividade proposta. Foucambert (1994, p. 29) nos diz que “a leitura só é difícil ou cansativa (e exige esforços) quando não se sabe ler, quando se deve traduzir a escrita para compreendê-la”.

É importante ter a visão de que a dificuldade de leitura está atrelada à questão de não saber ler, e o não saber ler, necessariamente, não é a incapacidade de decodificar o texto, mas há outros elementos que também dificultam a leitura. Podemos incluir nessa discussão o fato do leitor não está familiarizado com o texto ou com o gênero a que pertence e também o de não ter um conhecimento prévio de mundo sobre as questões contidas no texto. Todos esses pontos corroboram para que a leitura se torne cansativa e pouco atrativa.

Postas essas colocações, surgem algumas indagações: O que pode ser feito? Precisamos adaptar as propostas de leitura ao nível dos alunos? Ou manter o mesmo nível para que os alunos procurem se esforçar para chegar ao que fora apresentado? Mas, antes de refletirmos a respeito dessas questões, é preciso, primeiramente, que tenhamos em mente as características desse grupo, para só depois, mediante as teorias apresentadas, apresentar possíveis caminhos. Para isso, apresentarei as minhas turmas com o intuito de demonstrar a experiência que irá trazer uma visão singular para esse trabalho, pois cada professor tem o conhecimento de que cada experiência é única e que não há resposta objetivas, mas experiências compartilhadas.

A caracterização dos alunos

As turmas do nono são divididas em A e B, resultando em 61 (sessenta e um) alunos, sendo que desses 5 (cinco) são da zona rural do município de Mamanguape. Aproveito também o momento para prestar a minha homenagem a um aluno que foi assassinado e que fazia parte de uma das turmas concluintes, o jovem F. N. L. de 14 anos.

Muitos desses alunos apenas têm contato com gêneros textuais nos livros didáticos, quando a escola tem a possibilidade de ofertá-los, pois é muito comum que esses livros quando distribuídos, no primeiro ano de sua distribuição, passam por uma série de eventualidades que ao chegar no término do ano, eles não servem mais para as turmas vindouras. É interessante ressaltar que a escola na qual foi desenvolvido o trabalho não possui biblioteca, fator que também contribui para que os alunos não

tenham contato com livros de literatura restringindo ainda mais o espaço de leitura.

Quando perguntados no questionário,² que precedeu o desenvolvimento desse trabalho, sobre em que momento do dia eles utilizavam a leitura, muitos responderam: na escola, no *Facebook*, e no *Whatsapp*. E quando indagados sobre o que seria um texto ideal, eles se posicionaram dizendo que o texto ideal seria:

“Um texto em que esteja mais fácil a compreensão” (A.V.) 9° A

“Um texto que não tenha muitas palavras complicadas” (P. V.) 9° A

“Um texto que além de entreter, de certa forma, ajuda” (C. M) 9°B

“Seria um texto que fala sobre um assunto que é do interesse da pessoa que fale sobre coisas que sabemos ou queremos saber” (M. V) 9°B

Mediante a essas respostas, percebi que, quando, em um textos, há palavras que fogem do vocabulário deles, já há um certo desinteresse para ler e se o assunto não for envolvente temos mais outro agravante, sendo assim, fazer a parte de compreensão do texto é um verdadeiro dilema.

Convém ressaltar que as aulas de leitura e a de compreensão textual, devido a pequena quantidade de livros, só podem ser realizadas em sala de aula, porque os livros precisam ser compartilhados nos grupos para realizar a atividade proposta.

A minha intervenção explicativa para a realização da compreensão textual é fundamental para que eles possam fazer. Em muitos momentos, fazemos de forma coletiva, no meio dos alunos há aqueles que conseguem entender o enunciado e o torna mais fácil para os demais. É uma verdadeira partilha, partilhamos o conhecimento, mas sou sabedora de que no meio deles há aqueles que fazem porque “pegaram”³ a resposta com o outro colega. E o que é importante para o professor, nesse contexto, é que todos os alunos possam ter habilidades para compreender o texto, porque na vida nem sempre teremos intérpretes, é preciso que todos busquem autonomia. E a leitura, por sua vez, tem o objetivo de gerar a autonomia e conhecimento.

Quando perguntados no questionário: Para você é importante ler? 99,4% dos alunos disserem que a leitura é importante, apenas 0,6% disse que não é importante

2. Questionário de Pesquisa sobre a leitura - aplicado com o objetivo de conhecer as opiniões dos alunos referente a importância da leitura, as estratégias de leitura e a opinião sobre o texto ideal.

3. Expressão coloquial utilizada pelos alunos

porque não gostava. Percebemos que mesmo cientes do papel fundamental da leitura na vida, eles ainda não conseguem perceber o quanto a leitura pode contribuir na vida deles e o quanto eles podem usufruir dela para suas vidas porque não conseguem torná-la um hábito.

A aplicação da teoria no contexto

O campo de estudo da leitura é bastante extenso, por essa razão, o presente trabalho traz, para intermediar a sua propositura, as concepções de Solé (1998) dentro da perspectiva interativa da leitura. Para Solé (1998, p. 22), “a leitura é o processo de interação entre o leitor e o texto; nesse processo tenta-se satisfazer [*obter uma informação pertinente para*]⁴ os objetivos que guiam sua leitura”. Por essa razão, parte-se de objetivos para chegar a compreensão do texto, desenvolvendo, dessa forma, habilidades pelas quais o leitor se torna um leitor ativo obtendo condições necessárias para realizar ações de decodificação e inferências.

Mas será que apenas a determinação do objetivo da leitura será necessária para o sucesso da leitura? Será que há outros elementos que são necessários para uma leitura profícua? Sobre essas questões Solé (1998, p. 23) assevera que:

Para ler necessitamos, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto novos objetivos, ideias e experiências prévias. Precisamos nos envolver em um processo de previsão e inferência contínua, que se apoia na informação proporcionada ao texto e na própria bagagem, e em um processo que permita encontrar evidências ou rejeitar as previsões e inferências antes mencionadas.

A leitura é um processo dinâmico, que a todo momento estamos monitorando as ações de compreensões. Essas ações são necessárias para que tenhamos a capacidade de monitorar a qualidade de entendimento que nós leitores estamos tendo a respeito do que está sendo lido. Leffa (1996, p. 45) afirma que “uma das características fundamentais do processo da leitura é a capacidade que o leitor possui de avaliar

4. Grifos da autora

a qualidade da própria compreensão”. Percebo que os alunos, apesar de dizerem o tempo todo que não estão compreendendo a leitura, eles não estão desenvolvendo a capacidade de avaliar a própria compreensão, mas tal atitude é a demonstração da incapacidade que eles possuem de realmente compreender o que leem.

A leitura de alguns alunos têm se restringido aos aspectos de decodificação. A leitura é rápida, mas não há um monitoramento das ações que estabelecem um sentido ao que está sendo lido, e esse aspecto tem se refletido também nas atividades propostas de compreensão. Quando perguntados se leram a questão, a resposta é simples e direta que sim, mas quando indagados sobre o que a questão está solicitando, poucos compreendem. Porque muitos não conseguem inferir e não conseguem saber onde encontrar a ideia central do texto e as partes mais importantes, comprometendo, desta forma, a compreensão do texto. Apenas alguns percebem qual o processo que precisa fazer para encontrar a solução do que está sendo exposto.

Por meio dos estudos sobre a metacognição na leitura, aprendi que há o conhecimento declarativo e o conhecimento processual, teoria apresentada por Leffa:

O conhecimento declarativo envolve apenas consciência da tarefa a ser executada[...]. O conhecimento declarativo pertence ao domínio das atividades cognitivas. O conhecimento processual envolve não apenas a consciência da tarefa a ser executada, mas de certo modo, consciência da própria consciência. O conhecimento processual pertence ao domínio das atividades metacognitivas. (1996, p. 49)

E, partindo desses dois aspectos apresentados por Leffa (1996), comecei a perceber que alguns alunos estão no campo do conhecimento declarativo, utilizando as atividades cognitivas e quando é exigido deles o conhecimento processual, do pensar como se chegou aquela conclusão, eles não conseguem. É por essa razão que os enunciados, quando em suas estruturas, apresentam questões para que seja explicadas o como, ou o porquê das respostas, eles simplesmente não conseguem dizer, porque eles não pensam como o processo se deu, de que forma eles chegaram àquela resposta. Nesse caso, as atividades metacognitivas não estão sendo utilizadas.

Feltes (2008, p. 171) diz que “metacognição é, em geral, defendida como **o processo de pensar o pensamento**, ou ainda, **o processo de pensar como se pensa**”⁵. E a autora ainda enfatiza o fato de que “as habilidades metacognitivas podem desenvolver-se de modo natural no curso do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, podem ser ‘ensinadas,’ aprendidas e fortalecidas” (ibid.,173).

Diante desses posicionamentos, fiz uma reflexão sobre a minha prática nas aulas de leitura e de compreensão textual e comecei a observar que precisaria mudar alguns métodos que utilizava, porque os mesmos não colaboravam para que os alunos se tornassem leitores eficientes e capazes de realizar a compreensão necessária para desvendar o texto e conseqüentemente colaborar com o desenvolvimento das habilidades metacognitivas.

A prática

Com a apresentação do desenvolvimento da prática, vejo o momento propício para retomar as questões apresentadas na contextualização da situação sobre o que pode ser feito no que se refere à contribuição do desenvolvimento de habilidades de leitura e compreensão, e se foi necessário que houvesse uma adaptação das propostas de compreensão textual dos livros didáticos.

A minha prática começou a ser influenciada a partir de uma sensibilização feita por meio das teorias estudadas e que foram apresentadas no decorrer deste trabalho, e essa sensibilização me levou à reflexão sobre como eram as minhas aulas de leitura e de compreensão. Ler para que e para quem? Com qual objetivo da leitura? Quais eram os conhecimentos prévios dos alunos referente aquele tema? É preciso que nós professores sejamos tocados para repensar a prática.

Percebi que as minha aulas de leitura e de compreensão textual não alcançavam o objetivo desejado, então, mediante a esse fato, comecei a investigar por qual motivo não conseguia atingir os resultados desejados. Mas, antes, é importante dizer que as minha aulas seguiam o protocolo estabelecido pelo livro didático: leitura, estudo do vocabulário, compreensão e interpretação. Os textos eram aqueles sequenciais do livro didático. Não me preocupava se os textos traziam algum sentido para os aluno. A intenção era cumprir o plano de ensino.

5. Grifos da autora

A perspectiva de leitura interativa apresentada por Solé (1998) me fez perceber que não havia nenhum sentido nas aulas propostas. As aulas não tinham objetivos, eu não levava em consideração os elementos do processo de interação da leitura defendida por Leffa (1999, p.14), quando diz:

O que se pretende é descrever a leitura como um processo de interação. Parte-se do princípio de que para haver interação é necessário que haja pelo menos dois elementos e que esses elementos se relacionem de alguma maneira. No processo da leitura, por exemplo, esses elementos podem ser o leitor e o texto, o leitor e o autor, as fontes de conhecimento envolvidas na leitura, existentes na mente do leitor, como conhecimento de mundo e conhecimento lingüístico, ou ainda, o leitor e os outros leitores.

Na minha prática, eu não considerava esses elementos, não havia interação, a leitura era motivada apenas pela sequência didática.

Outro fator que também colaborou para que houvesse o repensar da prática foi a colocação de Solé (1998) no que se refere as estratégias de leitura para a compreensão do que se lê. A autora apresenta três condições a primeira seria a “clareza e a coerência do texto, da familiaridade de ou conhecimento da sua estrutura”, o segundo seria “o grau de conhecimento prévio do leitor seja relevante para o conteúdo do texto” e o terceiro “as estratégias que o leitor utiliza para intensificar a compreensão e a lembrança do que lê, assim como para detectar e compensar os possíveis erros ou falhas de compreensão” (p.71). E nessa última condição para compreensão, percebi que os aspectos metacognitivos estudados em Leffa (1996) e Feltes (2014) são imprescindíveis para o desenvolvimento de habilidade de compreensão textual.

Diante do que foi exposto, não tinha outro caminho a seguir a não ser mudar as estratégias para obter os objetivos e assim sensibilizar os alunos à percepção valorativa da leitura e da compreensão para vida deles.

A mudança de direção

É muito comum pensar que todos os textos do livro didáticos são importantes para o conhecimento do aluno e que o aluno possui habilidade necessária para sua compreensão, principalmente com alunos de 9º ano que é o meu caso. Há um ponto

relevante e que não podemos deixar de citar, os livros didáticos trazem realidades que muitas vezes não condizem com a realidade do aluno, no entanto, o livro didático é um recurso importante para auxiliar o professor em suas aulas e também porque muitas vezes é o único recurso que o aluno dispõe para o estudo.

A partir dessa situação, resolvi fazer a seleção de textos mais adequados para a realidade dos meus alunos tomando como base as respostas do questionário. Não deixei a seleção de texto à mercê deles, porque muitos não possuem o olhar para a importância da leitura, mas também não fechei o leque de possibilidade, se caso algum aluno trouxesse um texto que fosse pertinente poderíamos trabalhar. Os textos eram os do livro didático, no entanto, poderia ser trabalhado outros textos que previamente fossem apresentados.

De acordo com as temáticas sugeridas houve uma adaptação, os textos do livro passaram a ter uma temática e a mesma era discutida antes mesmo que o texto fosse lido para que os alunos pudessem ter o conhecimento prévio para as leituras e assim poder se familiarizar com a estrutura textual e o tema.

Foram ações simples, mas que me ajudaram com a prática de leitura. Na verdade, houve uma adaptação da realidade dos alunos à realidade do livro. Não poderia retirar deles a oportunidade de ler os textos do livro didático, porque para muitos é o único recurso de leitura. mas agora os textos estavam selecionados e tematizados de acordo com as sugestões propostas, não há mais a sequência do livro, há a sequência de temas.

A leitura mediante a essas ações se torna mais interessante e participativa, havendo mais interação e os próprios alunos tem interesse em contribuir com o processo, o tema fica mais fácil de ser compreendido.

Além da organização temática, foi preciso estabelecer objetivos para a leitura. Então, foi preciso estabelecer que para cada temática, obedecendo o gênero, um objetivo. Por exemplo, quando o gênero era um artigo de opinião, o aluno, ao término de sua leitura, teria que apresentar por escrito a sua opinião referente ao tema, demonstrando assim a sua capacidade de compreensão do texto e seu posicionamento em relação ao tema proposto.

Com os objetivos propostos, a leitura e sua compreensão se tornaram mais eficientes. A compreensão textual passou a ser estudada por meio dos objetivos propostos, ou seja, se o objetivo era opinar a respeito do tema, as questões propostas

tinham a mesma motivação, ou seja, as questões para ser respondidas tinham a mesma intenção, de saber, por exemplo, qual era a opinião do autor do texto referente a temática. Quais eram os argumentos utilizados pelo autor para justificar sua opinião.

Na verdade, eu busquei, dentro da própria proposta do livro, as questões que contemplassem os objetivos propostos, e quando não havia como fazer essa ponte, eu elaborava as questões. Nesse caso, havia também uma escolha de quais questões eram para ser respondidas direcionando o aluno às questões nas quais sua estratégia de leitura já lhe fornecia subsídio para respondê-las, provocando um sentimento de capacidade e eficiência.

Um fator interessante que Solé (1998) traz em sua abordagem e que nos remete a uma reflexão é quando a autora diz que “não devemos esquecer que o interesse se cria, se suscita e se educa e que em diversas ocasiões ele depende do entusiasmo e da apresentação que o professor faz de uma determinada leitura e das possibilidades que seja capaz de explorar” (p.43), ou seja, a nossa postura e a forma como procedemos nas aulas podem auxiliar para despertar ou não o interesse pela leitura. Se quisermos tocar o nosso aluno temos que ser professores entusiastas e facilitadores do conhecimento.

Portanto, de acordo com o que foi relatado, as questões abordadas no início desse trabalho têm suas respostas mediante ao que fora apresentado. Foi necessário um redirecionamento das aulas, houve uma adaptação tanto da leitura quanto da compreensão textual, os dois pontos agora estão interligados por temática e por objetivos que definem as estratégias de leitura contribuindo, desta forma, com a melhora da autoestima e conseqüentemente com a aprendizagem de habilidades metacognitivas.

Considerações finais

É muito importante quando temos a oportunidade de fazer uma reflexão da nossa prática a partir de teorias que objetivam contribuir para o enriquecimento da prática docente. A atividade desenvolvida nesse relato possibilitou que a reflexão tomasse forma e direcionamento.

A teoria de interação da leitura apresentada por Solé (1998), as contribuições de Feltes (2008) e Leffa (1996, 1999) no campo da cognição e metacognição e a política da

leitura apresentada por Foucambert (1994) me permitiram desenvolver atividade de leitura e de compreensão dentro de um processo interativo e participativo.

Durante o processo de aplicação das atividades percebi que houve uma série de benefícios que foram traduzidos em entusiasmo e em sentimentos de competências nas aulas de leitura e compreensão. As aulas passaram a ter mais participação e os alunos demonstraram mais vontade em realizar as atividades propostas de compreensão textual.

Houve uma melhora no aspecto da leitura e no que se refere a se posicionar a respeito dos temas apresentados e também a fazer inferências partindo dos objetivos estabelecidos. Sou sabedora que muitos resultados não podem ser mensurados, mas podem ser vistos a partir de mudanças comportamentais. Quanto a mim, o maior benefício é o de poder perceber que é preciso ter uma sensibilidade e uma fundamentação teórica para mudar a direção, repensar a estratégia e apresentar uma metodologia que para essas turmas foi eficiente.

É imprescindível, portanto, que partamos sempre da realidade dos alunos para poder apresentar outras formas de leituras que intermediadas pelo professor no processo de ensino e aprendizagem são possíveis de serem lidas e compreendidas mediante a objetivos propostos.

Referências

- FELTES, Heloisa P. de Moraes. *Cognição e metacognição: aplicação em uma atividade psicolinguística com teste cloze*. In: MACEDO, A. C. P. de.; FELTES, H. P. de M.; FARIAS, E. M. P. (Orgs.). *Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Caxias do Sul – RS: Educs; Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- FOUCAMBERT, Jean. *A Leitura em questão*. Trad. de Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- LEFFA, V. J. *Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.
- LEFFA, Vilson José; PEREIRA, A. E. (Orgs.). *Ensino de leitura e produção textual: alternativas de renovação*. Pelotas: Educat, 1999. p. 13-37.
- SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Tradução de Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MARCADORES DISCURSIVOS EM PRODUÇÕES TEXTUAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

GERCLEIDE GOMES DA S. F. DO NASCIMENTO (UFRN)

Introdução

A linguagem é dinâmica, podemos dizer que ela está em constante transformação, pois ao mesmo tempo vem modificando e sendo modificada pelos que a utilizam, os quais vão se apropriando dela e inserindo-a num processo de construção e reconstrução contínua. Pensando nessa perspectiva foram feitas algumas conexões a respeito dos marcadores discursivos, também identificados como marcadores conversacionais, operadores discursivos e/ou marcadores de estruturação da conversação¹, enquanto recursos recorrentes na construção do discurso, em produções textuais, no contexto escolar.

O presente trabalho, descrito aqui, propõe uma reflexão sobre a utilização de marcadores discursivos em textos redacionais do Ensino Fundamental de um Colégio particular da grande Natal/RN. Essa investigação é passível de julgamento, por observar o processo de construção de sentido a partir do uso desses elementos conversacionais nas redações que serão analisadas.

Para tanto, o estudo encontra suporte teórico na Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), que dentre as suas questões de análise volta-se especialmente por configurar a atividade linguística como instrumento de interação social e “buscando o contexto discursivo a motivação para os fatos da língua” (CUNHA, 2003). Mais especificamente, o trabalho aqui proposto fundamenta-se na área de pesquisa baseada em um corpus que se preocupa com a descrição da linguagem em situação real do uso como o caso de atividades propostas em sala de aula atra-

1. Doravante marcadores discursivos.

vés de produções textuais. A questão central é a análise do comportamento de itens lexicais ou de estruturas gramaticais no meio linguístico que ocorrem.

Compreendemos que os marcadores conversacionais são elementos linguísticos que exercem importantes funções na interação, elencando *porções de linguagem* a um só texto, seja no plano de articulação discursivo, cognitivo e/ou interpessoal. Entendermos que a linguagem é uma habilidade que o ser humano possui e que está aberta a variações através das ações de interações do homem e por esse motivo passa por constantes modificações, porque ao passar dos anos eles podem perder ou ganhar força na escrita e até mesmo ganhar novos significados, passando pelo processo da gramaticalização.

O trabalho aqui proposto torna-se pertinente, pois a constatação de que o uso de marcadores discursivos, muitas vezes não são valorizados no processo da escrita, ou, até mesmo, tidos como vícios de linguagem, passe a ser considerado de fundamental importância, visto que pode ser uma ferramenta significativa no processo de interação e construção de sentido.

Acreditamos que esse tipo de pesquisa colabora para o avanço das questões relacionadas ao uso efetivo da língua, ou seja, estudar sobre a estrutura gramatical tendo como referência a situação de uso, como também os fatores socioculturais que estão interligados diretamente com a escrita. Nesse sentido, os marcadores carecem de ser observados como um dos elementos presentes no ensino da língua portuguesa, posto que os estudos na área da linguística funcional indicam seu importante papel na produção escrita.

No campo dos estudos da linguagem a LFCU investiga “a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que são usadas”. (CUNHA 2015), é por esse e outros motivos que o nosso estudo busca suporte teórico em Furtado da Cunha 2003 e 2007; Givón 2012; Gonçalves 2006 e Neves 1997, por acreditar que encontraremos contribuições teórico-metodológicas pertinentes para a nossa pesquisa.

A linguagem em uso

Quanto ao estudo da linguagem existem duas tendências: a de que a língua é um sistema abstrato de signos e de regras, desvinculado de suas condições de

realização. Essa abordagem prescritiva da linguagem é voltada para o código, ela é mais rigorosa e restritiva. Foi dela que os gramáticos originaram as idéias de prescritivismo de uma única forma da norma linguística considerada padrão. Nessa prática da linguagem não há preocupação com os usos discursivos e nem com a produção textual. A maioria das gramáticas pedagógicas foi originada dessa abordagem percebendo uma separação entre a forma e conteúdo, entre língua e uso, considerando a língua como sistema de regras. Para essa abordagem, a finalidade de estudo da Língua Portuguesa é aprender regras para falar e escrever de acordo com a norma de prestígio. Ela considera que a fala é tida como lugar do erro e toma a escrita como lugar da norma e de bom uso da língua.

No entanto, através de estudos contemporâneos surgiram também novas disciplinas linguísticas como: o funcionalismo, a lingüística do texto, a análise do discurso, a semântica argumentativa e a análise da conversação para explicitar o novo fenômeno da linguagem. Nessa nova tendência a língua é tida como um sistema ligado à interação verbal de dois ou mais interlocutores, ou seja, circunstâncias concretas e diversificadas de sua atuação (ANTUNES, 2003, p.41).

A linguagem é um sistema em constante mudança e é “determinada pelas situações de comunicação real em que falantes reais interagem” (CUNHA, 2007,p.14), é através dela que expressamos nossos desejos, sentimentos e transmitimos informações, seja por meio oral ou escrito. Independente do meio de comunicação utilizado usamos os conectivos para fazermos a tecitura textual, esses elementos são termos que estruturam os discursos denominados de marcadores discursivos. Eles estabelecem ligações entre as partes do texto, dessa forma mantem a interação entre o locutor e interlocutor.

Sabemos que a escrita é um ato posterior ao da fala e que muitas pessoas fazem uso da língua através da oralidade e não possuem domínio sobre a escrita, ainda hoje, existem muitos países ágrafos, isto é, línguas que não são representadas por nenhuma forma de escrita, sendo aproximadamente 3 mil línguas e apenas 110 possuem a escrita como representação gráfica.

Segundo Fávero (2005, p.10), historicamente, a escrita era considerada a verdadeira forma de linguagem e a fala, por ser mais flexível, não constituía objeto de estudo. A língua é um processo inacabado, resultado das construções do passado e do presente, e passou a ser incorporada as análises textuais. A relação existente

entre linguagem e sociedade é dada através da cultura e da situação em que as pessoas se relacionam. Como afirma Geraldi:

A língua, enquanto produto desta história e enquanto condição de produção da história presente vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos. Neste sentido a língua nunca pode ser estudada ou ensinada como produto acabado, pronto, fechado em si mesmo [...] (GERALDI, 2006, p.28).

A escrita é considerada um bem social indispensável para o nosso cotidiano, seja nos centros urbanos, ou na zona rural. A importância dessa modalidade da nossa Língua é tão grande que sua prática e avaliação social são consideradas para sociedade *status* de educação, desenvolvimento e poder, talvez, por ser fruto de um aprendizado escolar, num contexto mais formal da língua ela é vista pela sociedade um bem cultural de prestígio.

Com base nesses aspectos decidimos analisar os marcadores discursivos e suas funções na construção de produções textuais de alunos em situações reais de uso, por acreditar que a linguagem é um instrumento de interação social, onde o sujeito apresenta suas intenções comunicativas.

Para tanto, compreendemos que os marcadores discursivos são elementos linguísticos que servem para nortear a intencionalidade discursiva, ou seja,

determinar os encadeamentos possíveis com outros enunciados capazes de continuá-lo, faz-se preciso admitir que existem enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros." (KOCH, 2011, p. 101)

Com esse auxílio o texto torna-se mais coeso e colabora com a construção de sentido da produção textual. Os marcadores são descritos de diferentes formas, segundo a linha de análise que eles estão inseridos. Alguns estudos comprovam a relevância dos marcadores discursivos, no entanto, ele ainda é estigmatizado como vícios de linguagem e não possuem uma categoria gramatical normativa. São considerados morfemas que a gramática tradicional pondera como elemen-

tos meramente relacionais – os conectivos – nos materiais didáticos não possuem uma seção para o estudo desses elementos. Funcionam como marcadores, os advérbios, preposições, conjunções e/ou palavras que não estão em nenhuma das dez classes gramaticais. Para Bechara podem ser chamadas de denotadores de inclusão; de exclusão; de situação e de acordo com Celso Cunha apresenta apenas como *palavras* – essencialmente afetivas.

Compartilhamos com a ideia da língua como interação e é a partir das situações comunicativas que ela ocorre, por esse motivo, usamos os gêneros do discurso para contribuir com esse estudo.

Os gêneros do discurso são inúmeros, pois estão relacionados às mais variadas formas de atividade humana, como exemplos de gêneros orais e escritos têm-se um breve diálogo cotidiano, uma carta oficial ou comum, o comando militar, documentos de escritórios ou oficiais, e as manifestações publicitária, científica e todos os gêneros literários, do provérbio ao romance. Os enunciados refletem as mudanças que transcorre na vida social, ou seja os enunciados e seus tipos, mostram as transmissões entre a história da sociedade e a história da linguagem.

A língua passa a ser integrada na vida através dos enunciados realizados, é uma atividade individual e por isso reflete o estilo do falante. O ato discursivo é efetivado primeiro com a escolha do gênero do discurso, essa escolha é determinada pela especificidade da situação comunicativa porque a intenção do falante é que define o gênero a ser utilizado. Quando falamos nós usamos os gêneros discursivos e o discurso é moldado em forma de gêneros e quando ouvimos o discurso do outro, descobrimos o gênero através das primeiras palavras, pois temos a noção do conjunto do discurso, o que diferencia, é apenas o processo de produção.

Os gêneros são diversificados por serem diferentes em função da situação, da posição social e das relações entre os participantes da comunicação. Existem gêneros mais padronizados e os mais livres e mais criativos de comunicação discursiva oral. Exemplo de um gênero padronizado é o discurso oficial, já o gênero livre são os das conversas familiares. É preciso dominar bem os gêneros para empregá-los melhor, uma vez que quanto maior o domínio dos gêneros do discurso, maior a capacidade de usá-lo em qualquer contexto social de maneira eficaz.

Os marcadores discursivos em uso

O ensino de língua portuguesa ainda possui traços da gramática tradicional pautada na análise apenas das estruturas gramaticais, porém não temos a intenção com esse estudo de enquadrar os marcadores discursivos em classes gramaticais ou análise sintática, pois eles não se encaixam nessa análise, além de que muitos linguistas acreditam que esses elementos passam pelo processo de gramaticalização - ou seja - quando um termo que está na gramática começa a desempenhar funções que não são consideradas gramaticais no que se refere a regras selecionadas, sai da gramática e passa ao discurso.

Como já mencionado anteriormente os marcadores são elementos que desempenham a função organizacional da comunicação, fala, que possuem alguns requisitos,

1. *interpessoal*, atuando como elemento de contato entre os interlocutores, pedindo a aquiescência do ouvinte e/ou mantendo o fluxo conversacional (MACEDO; SILVA, 1996);
2. *interpessoal e textual*, solicitando a atenção do ouvinte para certas partes do texto dando relevo, na função de focalização, àquilo que os antecede (TRAVAGLIA, 1999; VALLE, 2001; GORSKI et al., 2003);
3. *rítmico*, atuando como marcadores de ritmo (formas automatizadas), ou 'pontuantes', perdendo sua modulação interrogativa (VINCENT; VOTRE; LAFOREST, 1993).

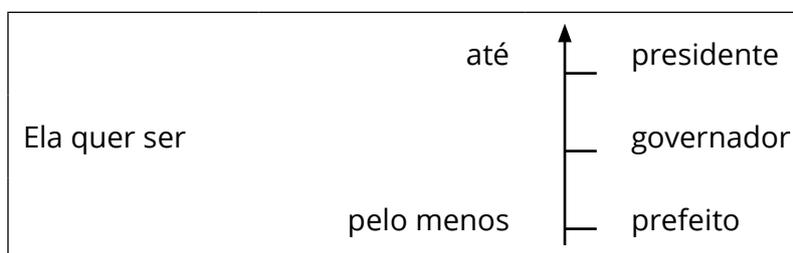
Compreendemos que os marcadores discursivos têm um papel importante na linguagem, pois desempenham distintas funções: modalizadores, iniciadores e/ou tomadores de turno.

De um modo geral, os marcadores discursivos são usados, primariamente, para reorganizar linearidade das informações a nível do discurso, quando essa linearidade é momentaneamente perdida por motivos diversos como insegurança ou falhas de memória, e, apenas subsidiariamente, para organizar as relações textuais. Sua função a nível do discurs-

so se motiva na medida em que a natureza fluida da fala impede uma perfeita linearidade das informações (MARTELOTTA et al., 1996, p. 33).

Os marcadores conversacionais carecem de ser observados como um dos elementos que devem ser presentes no ensino da língua portuguesa, posto que os estudos na área da linguística funcional indicam seu importante papel na produção escrita.

Koch (2011) apresenta alguns marcadores que estabelecem relações de hierarquia em uma linha gradual evidenciando com maior ou menor grau uma conclusão, como exemplifica abaixo, Koch (p. 102),



Como apresentado anteriormente os marcadores *pelo menos* e *até* apresentam uma ideia de mais valia para as proposições acima. Koch ainda cita outros elementos que representam funções significativa para a construção dos enunciados como: *além do mais* e *aliás*, para esses termos acredita-se que há um valor de acréscimo de informação.

Observe o fragmento abaixo retirado de uma produção escolar e o uso dos termos em destaque:

(1) Nós, **sempre**, buscamos os defeitos dos outros procurando diminuir as nossas atitudes que foram erradas, é assim que acontece. Reclamamos dos políticos corruptos do nosso país, pelas ações que eles cometem e acabam desapontando todos os brasileiros. Você já parou para pensar que um simples “furar fila” lhe tornaria como um do palácio de Brasília? Ou **até mesmo** receber um troco a mais e não devolver, lhe tornaria um pequeno corrupto? Será mesmo que essa ação é tão pequena quanto nós achamos que é?

O termo *sempre* em destaque no fragmento acima ratifica o que Traugott (2005) explica sobre a caracterização do advérbio como marcador discursivos, o termo serve como um elemento retórico e, de certa forma, não interfere na concepção semântica do discurso.

Já o termo *até mesmo* apresenta-se com o posicionamento de um marcador de argumento forte para dessa forma fazer uma interposição com o termo exposto na oração que o antecede.

Há termos que são considerados paradigmas de marcadores de oposição entre elementos semânticos explícitos ou implícitos, como o exemplo abaixo do uso do *mas* e *contudo* que fazem oposição com uma afirmação anterior ao seu uso, constatando dessa maneira que esses elementos linguísticos visam estabelecer funções textual e interacional na construção discursiva da produção textual e a escolha lexical depende do tipo de estratégia empregada pelo locutor.

(2) **Apesar da** velocidade na qual se propagam, ainda há solução para os pequenos delitos. **Contudo**, a escola e principalmente a família, devem combater firmemente estas práticas. É no ambiente familiar que somos influenciados desde cedo, seja pelas atitudes certas ou erradas. **Se** nossos pais não agem corretamente e estão sempre a querer tirar proveito das situações, **certamente** seguiremos seus maus exemplos. **Portanto**, a família tem papel fundamental na formação de cidadãos íntegros e respeitosos. Precisamos compreender desde o berço que o mundo não é dos espertos e oportunistas, **mas** sim dos honestos.

Outros termos que estão em destaque no fragmento acima – *apensar da*, *se* e *certamente*, são bons exemplos de marcadores discursivos por apresentarem respectivamente ideias semânticas de oposição, condição e certeza, pois desempenham funções relativas à organização textual.

É importante ressaltar que os dados apresentados no presente trabalho estão em fase preliminar, o que torna difícil uma conclusão, mas sim algumas tendências que parecem delinear-se no grupo selecionado.

Algumas considerações

O estudo dos marcadores discursivos apesar de ainda não serem reconhecidos pela gramática normativa, estudada nas escolas, já se fazem presentes no cotidiano escolar nas produções textuais dos alunos.

Compreendemos que há vários marcadores discursivos a serem considerados em análise e sabemos que estamos apenas no início de uma longa jornada.

Notamos que as informações referentes aos marcadores discursivos não estão presentes no material escolar – livros didáticos, gramáticas – mas consideramos de extrema importância para o processo de ensino-aprendizagem do educando. Acreditamos que o professor não deseja se restringir a uma observação do uso da língua de forma fixa, inflexível, ensinando os termos gramaticais apenas na sua classificação sintática e morfológica.

Nesse sentido, buscamos apresentar, ainda de forma preliminar, os dados encontrados na análise realizada nas produções coletadas.

Referências

- ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro&interação. São Paulo: Parábola Editorial,2003.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CUNHA, M. A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 157-176.
- CUNHA, M. A. Furtado da; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDURFN, 2007.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Estratégias gramaticalizadas de interação na fala e na escrita: marcadores discursivos revisitados. **ReVEL**, v.7, n.13, 2009.
- GONÇALVES, E. (2006). *Marcadores conversacionais na interlíngua de aprendizes de espanhol no Brasil*. Tese de Doutorado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Programa de pós-graduação em filologia e língua portuguesa.
- GIVÓN, T. *A Compreensão da gramática*. Trad. M. A. Furtado da Cunha; M. E Martelotta; F. Albani. São Paulo: Cortez; Natal. RN: EDURFRN, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para escrita: atividades de retextualização*. 4 ed. São Paulo: Cortez,2003.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Formalismos na linguística: uma reflexão crítica*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 40ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W., MALKIEL, Y. (eds) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam, John Benjamins, pp. 245-271, 1982.

METÁFORA, ARGUMENTAÇÃO E IDEOLOGIA NO CONTO O HOMEM DA MULTIDÃO, DE EDGAR ALLAN POE.

MARIA JOSÉ CAVALCANTI DE ANDRADE (UNICAP)

Introdução

A obra de Edgar Allan Poe atrai o interesse de pesquisadores de diferentes áreas para que estes desenvolvam pesquisas e teorias com perspectivas críticas e distintas umas das outras. Nesse trabalho, verificamos no conto *O homem da multidão*, do referido autor, a utilização de metáforas que fortalecem o texto e muito contribuem para a sua compreensão. Considerando-se que a metáfora é uma figura do pensamento perspectivada como um mecanismo de raciocínio e a linguagem é elaborada para atingir determinados propósitos comunicativos, buscamos analisar na obra supracitada a utilização de termos metafóricos associados a determinadas formulações linguísticas, possibilitando, dessa forma, uma construção discursivo-metafórica de realidades análogas.

Conforme Costa (2013, p. 170), a construção narrativa de Poe configura-se como uma modalidade indiciária de narrativa. A construção discursiva é obtida através da coleta de sinais ou indícios visuais. Assim, Poe constroi seu conto a partir do encadeamento de relatos obtidos pela observação do narrador.

Dessa forma, para o autor (*op. cit.*, p. 165), este tipo de narrativa é a construção de uma memória discursiva através da coleta e composição destes sinais ou indícios visuais. A análise encontra nos pequenos detalhes e indícios as chaves para se entender os tipos perscrutados na massa de pessoas que passavam pelas ruas por onde circulava o narrador.

Vale ressaltar que no conto em apreço, o espaço explorado é o da cidade, a cidade descrita é Londres e a rua é o palco principal dos personagens referendados no conto. As luzes da cidade, as vidraças de café, dentre outros elementos espaciais

são citados para que o leitor possa perceber claramente as características do objeto descrito de tal modo a imaginá-lo em sua mente.

Para Massagli (2008, p. 62), o surpreendente no conto de Poe é o jogo de adivinhação. O narrador, ao se concentrar na figura enigmática do velho, com quem se depara a certa altura no labirinto londrino, não chega a uma solução. Assim é descrito o encontro com a estranha figura que captura sua imaginação. O senhor chama a atenção do narrador, pois, envereda pelas ruas repletas de gente e passa a andar em círculos, confundindo-se na multidão. Ao se sentir cansado, procura outra multidão. Percebe-se sua necessidade pela busca de outros agrupamentos humanos.

O objetivo desse estudo é investigar o uso de metáforas que se apresentam no conto *O homem da multidão*. Para isso, especificamente, conceituaremos metáfora segundo os estudiosos da área, identificaremos as expressões metafóricas na história e analisaremos o seu potencial argumentativo e sua ideologia.

A metáfora possui um estatuto de nomear o mundo e sua história sociocultural. O uso de expressões metafóricas evidencia determinadas formulações linguísticas, possibilitando, então, uma construção discursivo-metafórica de realidades análogas.

O usuário de um sistema linguístico ao empregar metáforas, considera os valores fundamentais de uma cultura que existe na sociedade na qual está inserido. Muitas metáforas ocidentais, por exemplo, condizem com a realidade do local em que são utilizadas.

No tocante à metáfora e seu potencial argumentativo, veremos que os elementos metafóricos ganham força argumentativa no contexto, pois, eles estruturam a maneira como pensamos em relação às coisas, às pessoas. E é de sorte que as expressões metafóricas possuem um caráter multidimensional, pois, depende das articulações contidas no discurso no instante em que são utilizadas. A seleção de metáforas pode indicar os valores assumidos pelo enunciador, ou seja, revela como ele compreende dada realidade empírica conforme a maneira de se referir a ela discursivo-metaforicamente.

Abordando metáfora e ideologia, consideramos que as expressões metafóricas levantam uma tensão dentro de uma sentença através da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem sucedida, gera

um sentido novo e duradouro. Com isso, acentuamos que o estatuto de nomear da metáfora não é tão simples assim. Não é apenas o conhecimento de mundo de sua cultura que irá lhe propiciar a metáfora adequada àquele contexto. E sim o significado que ela pode gerar ao interlocutor atual. O êxito na compreensão metafórica depende de fatores, a saber: faixa etária, classe social, escolarização, enfim, vários elementos que estabelecem metáfora e compreensão.

O homem da multidão: contexto literário

Edgar Allan Poe, nascido em Boston, Massachusetts, foi escritor, crítico, poeta e editor. Suas obras voltavam-se para o gênero mistério, horror, fantasia. O Romantismo sombrio caracterizava suas obras que, envolviam o mistério e o macabro. Ele foi um dos primeiros escritores americanos de contos e é geralmente considerado o inventor do gênero ficção policial.

Para Bellin (2011, P. 42), “Como poeta, Poe sofre uma série de influências : Lord Byron, William Wordsworth e Samuel Taylor Coleridge, seja na caracterização de personagens noturnos e boêmios, seja nas descrições poéticas da natureza, ou na preocupação em retratar o mistério e o sobrenatural”.

O conto *O homem da multidão*, escrito em 1840, foi publicado pela primeira vez no jornal americano Saturday Evening , em Boston, com o título original *The man of the crowd*. Segundo Costa (2013, p. 169), “as observações feitas pelo personagem-narrador, que formam a base da construção narrativa neste conto de Poe, constituem-se numa vasta coleta de indícios que revelam muito da identidade dos analisados”. Assim, a atitude investigativa por parte da observação da personagem-narrador detalha os tipos encontrados na grande massa de pessoas que se moviam nas ruas e, por fim, o homem das multidões. Percebemos isso em

A princípio as minhas observações assumiram feição abstrata e generalizadora. Olhava os transeuntes em massa, examinava-os em suas relações coletivas. Logo, porém, desci aos pormenores e observei com interesse penetrante as inúmeras variedades de porte, traje, aspecto, ar e expressão de fisionomia.

Tinham os transeuntes, na maior parte, um modo de andar satisfeito e prático, e evidentemente só pensavam em abrir caminho através da

multidão. lam de sobranceiras franzidas, os olhos rolando com rapidez. Ao serem acotovelados por outros passantes, não manifestavam o menor sinal de impaciência; compunham as vestes e continuavam avançando. (POE, 1840, 1999, p. 226).

O narrador-observador não apenas olha os transeuntes, mas, examina-os em suas relações coletivas, observa seus trajes, sua fisionomia e seus gestos. Notadamente, essa característica acentua o perfil do homem que circula pela cidade e observa com detalhes as pessoas, os lugares e enfim, busca encontrar-se com o homem da multidão.

As metáforas e seu potencial argumentativo

Conforme Lakoff & Johnson (2002), a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Obviamente, nas práticas sociais de linguagem cotidiana, percebemos o uso efetivo de expressões metafóricas que muito revelam do falante/produtor no momento em que se vale de tais expressões para referendar o mundo, as pessoas, enfim, as situações.

Segundo Koch (2011, p. 17), o homem, por meio do discurso-ação verbal tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões.

Koch (*op. cit.*, p. 21), partindo do postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, evidencia a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso. A autora evidencia ainda que a progressão se dá por meio das articulações argumentativas.

Nesse trabalho, enfocamos que a metáfora funciona nas mentes humanas e estrutura pensamentos de tal modo que fortalecem o dito e, de acordo com o processo interpretativo, desempenha papel de extrema importância na orientação argumentativa do texto. Enfim, em Palumbo (2010, p. 82), vemos que "(...) a metáfora, embora evidente na língua, está presente além das palavras, em nossa percepção de mundo e, assim, está imbricada em nosso processo de interpretação".

As teorias sobre argumentação de Koch (2011) abordam as relações discursivas entre enunciado e enunciação, as então denominadas relações ideológicas ou argu-

mentativas. Com isso, percebemos que os elementos metafóricos enriquecem os contextos em que são utilizados, concedendo aos textos potencial argumentativo.

No conto *O homem da multidão*, observa-se que a argumentatividade estrutura o discurso de tal modo que fortalece o que fora dito pelo narrador. Comprovamos isso no seguinte fragmento

À proporção que descia do que se chama a burguesia, encontrei motivos cada vez mais escuros e profundos de especulação. Vi mascates judeus de **olhos fuzilantes** em rostos cujas feições não exprimiam senão a mais abjeta humildade; audaciosos mendigos profissionais olhando de cara feia para pedintes de melhor cunho, a quem somente o desespero atirara, pela noite fora, à cata de esmolas; inválidos débeis e miseráveis sobre quem a morte já deitara a mão e que rastejavam na turba ou a atravessaram a cambalear, fitando a todos com olhar suplicante, como se aguardassem algum conforto ou quisessem reencontrar alguma esperança perdida; mocinhas modestas que voltavam de um trabalho longo e tardio para um lar triste e fugiam, antes apavoradas que indignadas, às olhadelas dos rufiões cujo contato direto não podiam evitar; mulheres da cidade, de todas as idades e espécies: umas de esplêndida beleza, na plenitude da feminilidade, recordando a estátua de que fala Luciano, com a superfície de mármore de Paros e o interior cheio de imundície; outras, lepra esfarrapada e nojenta, sem remédio; velhas rugosas e faceiras, enfeitadas com jóias e sujas de pintura, **num último esforço de mocidade**; meninas malformadas que, por efeito da convivência, já conheciam os truques horríveis do ofício, **devoradas pela furiosa ambição de igualar no vício as companheiras mais idosas**. (POE, [1840], 1999, p. 228-229).

Na citação supra, a expressão metafórica *olhos fuzilantes* revela o potencial argumentativo do adjetivo **fuzilantes**, pois, o narrador estrutura o pensamento de modo a evidenciar que o uso de expressões metafóricas constitua orientações argumentativas específicas. Na definição de “FUZILANTE [adj. 2 gên. Que fuzila, que despede centelhas ou clarões.” (KURY, 2010, p. 510), observamos que a expressão direciona o dito para a compreensão de que são olhos que brilham intensamente, que buscam encarar os passantes para que pudessem obter a atenção deles com

o objetivo de lhes apresentar as mercadorias que eles estavam colocando à venda. Percebemos a importância da metáfora que orienta, que direciona, que contém significação, que não é apenas um adjetivo que caracteriza, que especifica, mas, sobretudo um adjetivo que se sobressai, que eleva a estrutura potencial do texto.

Ainda na citação, notamos que as velhas rugosas e faceiras, ao se enfeitarem e se pintarem, esforçavam-se para obterem um pouco da mocidade, ou seja, aparentarem “menos velhas”, uma vez que o tempo modifica a fisionomia das pessoas. Então, **num último esforço de mocidade** muito revela sobre o dito pois, além de ser uma expressão que evidencia a velhice das senhoras que passavam na rua naquele momento, argumentam de modo a permitir que o leitor construa os sentidos pretendidos pelo narrador. A exemplo desses sentidos, podemos perceber que este último esforço de mocidade orienta para que se compreenda que outras ações para que pudessem “aparentar menos idade ou menos desgaste físico” tivessem sido realizadas.

Uma outra expressão metafórica bem interessante é utilizada para descrever as meninas que imitavam as velhas que se enfeitavam e se pintavam. Quando o narrador alude às meninas é para descrevê-las como meninas vulgares, que já conheciam o truque do ofício de atrair homens. Assim, **devoradas pela furiosa ambição de igualar no vício as companheiras mais idosas**, é uma expressão metafórica que possui caráter argumentativo, que fortalece o dito, que convence o leitor a acreditar no que se está lendo. Nesse contexto metafórico, o verbo devorar adquire o sentido de dominar. As meninas estão dominadas pelo desejo de se tornarem promíscuas, vulgares, iguais às companheiras mais velhas.

As metáforas estão presentes em vários campos como a linguística, linguística aplicada, psicologia, filosofia, literatura, entre outros. Isso revela o valor desse recurso humano usado para expressar um rico conteúdo de ideias.

Metáforas no conto – alguns apontamentos

Selecionamos alguns trechos do conto *O homem da multidão*, para análise das metáforas em contextos específicos.

(1)

A rua, **uma das principais artérias da cidade**, estivera movimentadíssima durante o dia inteiro. (POE, 1999, p. 226).

Em (1) podemos destacar o valor metafórico da expressão **uma das principais artérias da cidade**. Conforme Kury (2010, p. 85), “ARTÉRIA s.f. (Anat.) 1. Cada um dos vasos que levam o sangue do coração às diversas partes do corpo. Dim. irreg.: arteríola. 2. (fig.) Via de comunicação; rua de cidade”.

Percebemos que no dicionário aparecem dois significados. O primeiro, refere-se à Anatomia fisiológica do corpo humano, enquanto que o segundo faz alusão à rua de cidade. Nessa perspectiva, percebemos que a rua descrita pelo narrador é central, levando as pessoas às diversas partes da cidade, ou seja, a todos os bairros do centro à periferia. Assim, a metáfora utilizada possui potencial argumentativo e conduz para o entendimento entre o dito e o pretendido pelo narrador.

(2)

(...) Ao lado destes, homens que andavam com um **passo demasiado firme e elástico**, e tinham, ao mesmo tempo, o semblante impressionantemente pálido, **os olhos de um vermelho nauseabundo e feroz** (...) (POE, 1999, p. 229).

Observamos em (2) que **passo elástico** refere-se a passo largo, longo. Segundo Kury (2010, p. 372), “ELÁSTICO 1. Que tem elasticidade . 2. (Fig.) Flexível, volúvel. S.m. 3. Fio, cordel feito ou guarnecido de borracha, que estica e se estira, com que se fazem suspensórios , ligas, contas, ataduras, etc.) . No fragmento acima, o passo elástico a que se refere o narrador é um passo longo, que se estica. Nesse mesmo exemplo, temos outra expressão metafórica que se transforma numa abordagem cognitiva do mundo e do texto. Em Os olhos de um **vermelho nauseabundo e**

feroz, a palavra nauseabundo significa, de acordo com Kury (2010, p. 734),“ 1. Que produz náuseas; nauseante; 2. (Fig.) Asqueroso, nojento, repugnante.” Compreende-se, portanto, que no significado 2 está imbricado o sentido que se pretende quando da descrição da vermelhidão dos olhos de alguns homens que caminhavam por entre a multidão de pessoas que circulavam pela cidade.

(3)

A princípio, **as minhas observações assumiram feição abstrata e generalizadora**. (POE, 1999, p. 226)

Nesse contexto metafórico, as observações feitas pelo narrador, ao assumirem uma feição abstrata e generalizadora, carregam um significado de relevância contextual. O narrador foca que olhava os transeuntes em massa e examinava-os em suas ações coletivas. Daí, as informações assumiram feição abstrata e generalizadora, ou seja, focava todos os transeuntes e não um grupo restrito. As observações foram generalizadoras, não focando pontos específicos, mas, gerais.

Considerações finais

Constatamos que há no conto analisado o emprego de metáforas que implicam sujeitos ativos e participantes, estabelecendo uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva. O lócus da metáfora é o discurso, pois, ela é de natureza linguística e sociocognitiva. A esse respeito, consideramos que as expressões metafóricas utilizadas no discurso constituem um processo estruturador do pensamento.

Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 48), “as metáforas como expressões linguísticas são possíveis precisamente por existirem metáforas no sistema conceitual de cada um de nós”. A função cognitiva da metáfora produz uma concepção sobre o mundo dado que atua a nível conceitual. Os referidos autores postulam que o sistema de linguagem é elaborado e que nosso sistema conceitual comum é fundamentalmente metafórico por natureza.

Sardinha (2007, p. 13) postula que nossa linguagem é ainda mais complexa porque cada palavra pode ter vários significados. O autor cita como exemplo a palavra 'sol' que tanto pode significar a estrela cuja luz ilumina a terra em 'O sol está nascendo' quanto pode significar alguém bonito, que irradia luz, calor e transmite alegria em 'Você é o sol da minha vida'. Nossa linguagem possui muito sentidos figurados. Para o autor, as metáforas são conscientemente usadas por políticos, advogados, jornalistas, escritores e poetas para dar mais 'cor' e 'força' a sua fala e escrita.

A metáfora propicia a argumentação textual, pois, numa perspectiva cognitiva age na direção de novos olhares a partir de concepções já estabelecidas. Importante é considerar os vários significados que a palavra apresenta em contextos específicos. As expressões metafóricas possuem potencial argumentativo, haja vista que fortalecem a informação nelas contida.

Finalmente, o conto *O homem da multidão* possibilitou-nos adentrar pelas portas do texto literário e fez-nos perceber que o estudo que foca a Ciência Linguística pode ser consolidado em quaisquer gêneros textuais, permitindo-nos ressaltar a identidade entre língua e literatura.

Referências

- ANDRADE, Adriano Dias de. *A metáfora no discurso das ciências*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- BELLIN, Greicy Pinto. *Edgar Allan Poe e o surgimento do conto enquanto gênero de ficção*. Anuário de Literatura, ISSN: 2175-7917, vol. 16, n.2, p. 41-53, 2011.
- COSTA, Ricardo Ramos. *Aspectos da narrativa indiciária no conto "O homem das multidões" de Edgar Allan Poe*. E-scrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU. Nilópolis, v. 4, Número 3, maio -agosto 2013.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KURY, Adriano da Gama. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo, FTD, 2010.
- LAKOFF, George. JOHNSON, Mark. Coordenação da tradução Maria Sophia Zanotto. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- MASSAGLI, Sérgio Roberto. *Homem da multidão e o flâneur no conto "O homem da multidão" de Edgar Allan Poe*. Terra roxa e outras terras – Revista de estudos literários. Volume 12, jun. 2008. ISSN 1678-2054.

PALUMBO, Renata. *A metáfora da guerra nos discursos de Lula: um estudo sobre os processos referenciais e argumentativos*. Revista Intercâmbio, volume XXI: 7-97, São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2010.

POE, Edgar Allan. *O homem da multidão*. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda e RÓNAL, Paulo. *Mar de histórias: antologia do conto mundial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

OS USOS DA CONSTRUÇÃO TER NA FALA E ESCRITA DOS NATALENSES

ANTONIA CLAYSE-ANNE DE MEDEIROS VIEIRA¹ (UERN)

ANA ALICE DE FREITAS NETA ARAÚJO² (UERN)

ROSÂNGELA MARIA BESSA VIDAL³ (UERN)

Introdução

Neste trabalho analisamos os usos da construção *ter* na língua falada e escrita da cidade do Natal, dentro das estruturas sintática/semântica/pragmáticas/discursivas. A escolha desse tema faz parte da relevância maior de pesquisa que pretende verificar as propriedades que regem o seu real uso, levando em consideração os aspectos construcionais presentes em seu escopo.

Verificamos que expressões relacionadas ao *ter* estão presentes na fala e escrita dos natalenses, desempenhando funções sintáticas e discursivas diferentes daquela que rege a Gramática Tradicional (GT). Nos cânones gramaticais, seu emprego aparece como verbo de posse e geralmente é ensinado, em sala de aula, considerando somente este uso. Em Cunha & Cintra (1985, p. 527-528) e Bechara (1983, p. 33), por exemplo, constatamos que o emprego do verbo *ter* aparece como uso impessoal no sentido de posse, da mesma forma como preza a tradição gramatical.

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), Pau dos Ferros/RN; Bolsista CAPES.

2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), Pau dos Ferros/RN.

3. Doutora em Estudos da Linguagem, docente do Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), Pau dos Ferros/RN.

No entanto, para Bechara, o *ter* é empregado com o sentido existencial, mas que constitui incorreção na língua culta. Embora ele reconheça que suas ocorrências correm vitoriosas na conversação de todos os momentos (BECHARA, 1983), não interpreta como sendo “correto” ao transferir para a análise dos usos com esse item. No entanto, entendemos que ela sinaliza sentidos diversos que se encontram consagrados pela fala coloquial de muitos brasileiros, até mesmo na fala de brasileiros escolarizados, e também na escrita.

No latim, as evidências do item *ter* já demonstravam alternância de sentido, que se dividiam entre a frequência de posse e existência. As manifestações eram percebidas entre *haver* e *ter*, que usualmente eram demarcadas semanticamente, ao passo que *ser* e *estar* eram, também, predominantemente representadas com a semântica de existência. Ainda no latim clássico, havia a constatação de que *habere* e *tenere*, vistos por Viotti (1998) como significado de “habitar” ou “estar em”, eram prototípicas de construções com a função que denotava o sentido de posse.

Os dados que utilizamos para a análise desse tema são oriundos do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998), que contém amostras de língua falada e escrita em contextos reais de interação, provenientes da cidade do Natal, Rio Grande do Norte. Sua formação é construída a partir da produção de 20 informantes em diversos níveis de escolarização. Cada um deles produziu cinco diferentes textos falados e, a partir destes, cinco textos escritos, a saber: i) Narrativa Recontada (NR); ii) Narrativa de Experiência Pessoal (NEP); iii) Relato de Procedimento (RP); iv) Descrição de Local (DL); e v) Relato de Opinião (RO).

Para a realização da análise, pautamo-nos na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), desenvolvida por pesquisadores que compreendem a língua como uma atividade social, que avalia e considera seus contextos de uso (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, no prelo, 2012).

Diante disso, averiguamos como se materializam os usos com a construção *ter*, levando em consideração a sua utilização argumentativa e prototípica, evidenciada por seus produtores no discurso da fala e da escrita.

Funcionalismo linguístico: uma abordagem centrada no uso

A LFCU compartilha da concepção de que o conhecimento cognitivo e os dispositivos que falantes reais evocam provêm do uso da língua. Nesse sentido, a estrutura de uma construção gramatical é orientada por esquemas e experiências cognitivas, uma vez que visa capturar as diversas situações produzidas pelas mentes e externadas e processadas na linguagem. Além disso, a teoria aborda como a gramaticalidade é compreendida e produzida por falantes de uma língua, por meio do conhecimento de mundo, incluindo forma e significado atrelado ao contexto em que ele foi representado.

A teoria relaciona os postulados da Linguística Cognitiva, com os da Linguística Funcional de vertente norte-americana. Com essa aliança se compreende que o conhecimento linguístico emerge e se estrutura a partir do uso da linguagem em situações sociointeracionais de comunicação. Assim, a expressão Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) se refere a um entrelaçamento entre estas duas linhas teóricas: a Linguística Funcional norte-americana e a Linguística Cognitiva.

Essas duas correntes partilham vários pressupostos teórico-metodológicos, a saber: considerar a semântica e a pragmática nos estudos da língua a partir do uso; compreender que a língua é um conjunto de atividades que parte das situações cognitivas e sociocomunicativas (portanto, a interação entre os falantes e sua capacidade de conhecimento de mundo é fundamental para a análise linguística); considerar que a sintaxe não é autônoma, pois emerge do uso, nem é totalmente arbitrária e tem base sociocognitiva (forma e função); aceitar não haver a possibilidade de divergências e diferenças entre sintaxe e léxico, pois compreende que a unidade linguística é dotada de forma e função. Ainda em suas análises, fazer uso de amostras com evidência empírica, que ocorrem em um discurso real e assumir que há um paralelismo entre a categorização conceptual e a categorização linguística, ou seja, conhecimento do mundo e conhecimento linguístico são inseparáveis.

Acerca da verificação sintática, a vertente teórica em questão analisa a língua em situações reais de uso, já que a língua existe para satisfazer as necessidades gramaticais de seus usuários e não o contrário; e advoga que a língua sofre processos de variação/mudança, por isso, deve ser percebida e tratada tal como se apresenta em seus contextos discursivos, conforme afirma Furtado da Cunha (2007, p. 18-19):

[...] a gramática tem sua origem no discurso, aqui tomado como o conjunto de estratégias criativas empregadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação de comunicação. [...] As regras da gramática são modificadas pelo uso (isto é, as línguas mudam, é necessário observar a língua como ela é falada).

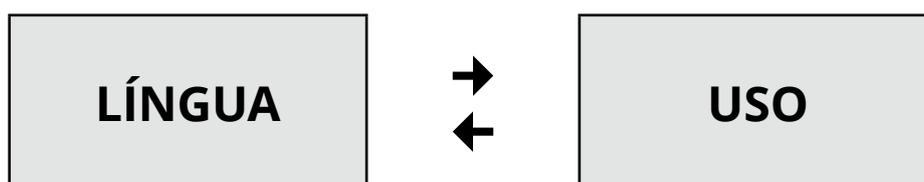
Sendo assim, é proposto em suas análises amostras com dados reais, coletadas em situações discursivas do cotidiano, buscando a sua autenticidade e levando em conta, essencialmente, o seu uso. Não cabe a utilização de sentenças criadas, descontextualizadas, portanto, artificial na sua abordagem.

Seus postulados preocupam-se em verificar as regularidades que são observadas a partir da interação da língua e explicando os fenômenos linguísticos, com ênfase nos aspectos discursivos, semânticos, pragmáticos, cognitivos e sintáticos. Segundo a compreensão de Furtado da Cunha (2007, p. 14-15):

Os funcionalistas estão interessados em explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Ultrapassam, portanto, o âmbito da estrutura gramatical, e buscam na situação comunicativa, que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua.

Na visão da autora, as regularidades características da gramática da língua são observadas a partir da situação em que o falante está produzindo na interação ou no uso que faz dela, por isso toma como análise linguística dados reais de fala. O esquema a seguir demonstra isso:

Esquema 1 – Relação entre língua e uso.



Fonte: Vieira (2016).

Pelo esquema 1, verificamos que o funcionalismo considera os usos da língua como produtos da interação e ação social. Ou seja, é na situação de interação, estabelecida na comunicação, que relaciona seus interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo.

Dos conceitos teórico-metodológicos da LFCU, fazemos uso em nossas análises os princípios de informatividade e perspectivação, além do conceito de construção, referenciada na Gramática de Construções (GC), este último postulado por vários linguistas, a exemplo de Goldberg (1995), que serão brevemente explicados a seguir.

Informatividade e perspectivação

Nas palavras convocadas por Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 26), o princípio da informatividade

refere-se ao conteúdo informacional que os interlocutores compartilham, ou supõem compartilhar, no momento da interação verbal. Isso porque, tanto do ponto de vista cognitivo como pragmático e interpessoal, um indivíduo comunica-se com outro para informar-lhe alguma coisa acerca do mundo externo ou de seu mundo interior, esperando provocar alguma alteração no conhecimento e/ou atitudes e ações do interlocutor.

Assim, ao atingir determinado propósito comunicativo, o locutor procura monitorar ou orientar seu discurso, no que se refere ao ponto de vista veiculado por ele ao interlocutor. Para isso, utiliza-se tanto do aparato linguístico, constituído de uma diversidade de organização e codificação textual (GIVÓN, 2001), quanto de “recursos extralinguísticos (gestos, expressões, dados do contexto interacional).” (FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2012, p. 65).

Para concretizar um *status* informacional é necessário considerar as orientações que regem sua produtividade. Trata-se dos referentes nominais: *dado*, *novo*, *inferível* ou *disponível*. Furtado da Cunha e Bispo (2012, p. 66), postulam que

Os estudos clássicos sobre informatividade circunscrevem-se ao estatuto informacional do SN, classificando-o em *dado* (ou *velho*) e *novo* e as

categorias intermediárias *inferível* e *disponível*. Essas categorias correspondem à avaliação que o locutor faz do estado de ativação dos elementos referenciais na memória do interlocutor.

A informatividade está relacionado ao processo de ativação de determinado conhecimento que o interlocutor concretiza em sua mente ao emitir uma informação. Essa manifestação linguística ocorre, por exemplo, quando “a opção pelo uso de um nome pleno ou um pronome, uma forma definida ou indefinida, acentuada ou atenuada etc., de acordo com a informação que o locutor supõe estar acessível ou não a seu interlocutor na interação” (FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2012, p 65). Podemos exemplificar pela amostra (1):

(1) [...] talvez aqui na via costeira em Natal tenha um ar igual no inverno ... mas muito agradável o ar e uma imensa rajada de frio ... porque eu tinha ... eu pensava que tinha ido bem agasalhado ... [...] (Corpus D&G/Natal, p. 41)

Nesse trecho, os referentes nominais (SN) em destaque está representando seu *status* informacional. *Na via costeira em Natal* é codificada como um elemento indefinido por emitir uma informação nova no texto; *Um ar*, tido como um SN definido por se tratar de uma informação que implica na conceitualização de *via costeira em Natal*; *rajada de frio* recupera a relação semântica, e é inferível com base no *frame* o ar, refere-se a via costeira e ao ar (frio); *eu pensava* é expressamente uma construção SN dada por se constituir um elemento definido por uma informação dada.

A perspectivação está associada à informatividade e “vincula-se ao direcionamento da atenção sobre um evento referencial; isto é, tem a ver com a focalização de aspectos específicos de uma cena”. (TOMASELLO, 1998 *apud* FURTADO DA CUNHA E BISPO, 2012, p. 66). Refere-se as escolhas de elementos para constituir pontos de vista, ao relatar algum evento discursivo ou descrever uma situação qualquer.

Ao aplicar o princípio de informatividade e perspectivação, procuramos verificar como ocorrem as noções de cunho pragmático na estrutura argumental com a construção *ter*; e como se configuram os elementos caros a perspectiva deste princípio, nas ocorrências em que *ter* se faz presente.

A gramática de construções

A gramática de construções postula que a construção gramatical é a unidade básica da gramática, podendo se apresentar como um elemento formal qualquer, diretamente associado a algum sentido, alguma função pragmática ou informacional. Destarte, o formato das construções de estrutura argumental viabiliza um meio de expressão oracional, sendo responsável pelo mapeamento entre sintaxe e semântica. Além da estrutura sintática, uma construção deve especificar papéis argumentais como agente, paciente, recipiente e meta, assim como a interação semântica entre esses papéis. As construções também devem restringir as classes de verbos que podem ser integradas nelas (por exemplo, verbos de movimento, transferência etc.), e devem especificar o modo como o tipo de evento verbal se relaciona com o tipo de evento da construção. A moldura sintática e as especificações semânticas de uma construção são independentes dos verbos que nela podem ser incluídos, ou “fundidos” com ela.

Portanto, as construções linguísticas, de acordo com Furtado da Cunha (2011, p. 2897), “[...] são essencialmente esquemas cognitivos do mesmo tipo que existem em outros domínios da cognição, em outras habilidades cognitivas, ou seja, procedimentos relativamente automatizados para fazer coisas (nesse caso, comunicativamente)”. Nessa perspectiva, a língua é concebida dentro do contexto social, cujas práticas provêm dos falantes em situações sociais, reais e autênticas de comunicação, com destaque aos processos de variação e mudança linguística.

Tomamos como foco construcionista a sugerida por Goldberg (1995), que defende serem algumas construções de estrutura argumental correspondentes aos tipos oracionais mais básicos e, em seu sentido central, codificam cenas (situações) que são fundamentais à experiência humana: movimento (alguma coisa se move), transferência (alguém transfere alguma coisa para uma outra pessoa), mudança de estado (alguma coisa provoca um movimento ou mudança de estado), causação, posse, estado etc. Com isso, a autora enfatiza que as sentenças produzidas por falantes de uma língua estão repletas de motivações que surgem das relações entre forma (estrutura sintática) e função (semântico/pragmático).

Compreendemos que uma construção possui uma dimensão formal que se relaciona com significados semântico, pragmático ou informacional. Nesse sentido,

qualquer sentença falada ou escrita não pode ser analisada apenas segundo critérios sintáticos, ainda que as propriedades semânticas dos verbos que as integram sejam consideradas. Um fator importante é que o sentido da construção e as unidades lexicais se inter-relacionam, elas formam combinações de forma e significado, o que significa dizer que as construções sintáticas são dotadas de sentido próprio por se relacionar com as propriedades de significado. Como aponta Goldberg (1995, p. 17), “a noção de implicação lexical é semântica: é um aspecto estável do sentido de uma palavra, e pode apontar a diferença de sentido entre itens lexicais”. Esses fatores buscam nas situações de experiência humana as motivações para seus usos. Vemos, assim, que são os argumentos que motivam a existência dos sentidos para as construções sintáticas, conforme esclarece a autora, “[...] há uma motivação para cada construção realizada. A motivação visa explicar por que é menos possível e mais natural que esta correspondência particular entre forma e sentido possa existir em uma determinada língua”. (GOLDBERG, 1995, p. 17).

Goldberg procura mostrar que a gramática como um todo é constituída de construções e que o papel argumental da construção estabelece relação com o papel participante do verbo. Nesse caso, tem-se uma fusão, pois há a exigência de um argumento para unificar as duas. Segundo Goldberg (1995, p. 5), há princípios que estabelecem essa relação de compatibilidade:

Dois princípios condicionam a maneira como os papéis participantes de um verbo e os papéis argumentais de uma construção podem ser postos em correspondência: o Princípio da Coerência Semântica e o Princípio de Correspondência. O Princípio da Coerência Semântica exige que o papel participante do verbo e o papel argumento da construção sejam semanticamente compatíveis.

Além disso, a gramática de construção compreende que o conhecimento gramatical, como um todo, pode ser representado através de construções, que diferem apenas em complexidade interna e nível de esquematicidade. O nível de esquematicidade ocorre de forma contínua pela gramática.

Assim, ao nos fundamentarmos teoricamente na gramática de construção, procuramos descrever, principalmente, a construção de estrutura argumental em que *ter* está presente, na fala e escrita dos natalenses; e reconhecemos ela pode ser

vista a partir de um conjunto de princípios que atuam em diferentes usos, a fim de analisar qual a sua motivação no uso da língua.

Análise dos dados

A coleta de dados do *Corpus* analisado totalizaram 2.732 ocorrências gramaticais com a construção *ter*. Verificamos que sua incidência usual está presente em, pelo menos, 29 usos diferentes, na modalidade oral e escrita. As ocorrências na modalidade oral somam 2.449; e as que ocorrem na modalidade escrita totalizam 283.

Como dito, a coleta permitiu verificar 29 tipos de ocorrências em que *ter* está presente. No entanto, podemos observar que esses usos estão mais frequentes em argumentos de posse e existencial, conforme verificamos na Tabela 1:

Tabela 1 – Frequência do item *ter*

Nº	Sentido	Fala	Escrita	Total
1	Existencial	1521	123	1.644
2	Posse	597	89	686
3	Auxiliar	331	71	402
Total		2.449	283	2.732

Fonte: Vieira (2016)

Como disposto na Tabela 1, ocorrências com o sentido existencial predominam, tanto na fala quanto na escrita, sendo totalizado 62% das ocorrências na modalidade oral e 44% na modalidade escrita. Verificamos que *ter* em sentido de posse, que é atribuído pela visão tradicional como a forma prototípica para o uso do verbo, ocorre em segundo lugar, com 31% na fala e 24% na escrita. E as ocorrências que aparece o uso do *ter* em posição de auxiliador está em terceira posição, com 25% na modalidade oral e 14% na modalidade escrita.

Sendo assim, constatamos que o argumento de existência é prototípico nos dados em que verificamos, tanto na fala quanto na escrita. Esta inclinação pode ser demonstrada na amostra (2):

(2) [...]... *chegou esse velho na casa deles ... esse velho que morava em frente a eles ... na outra casa do outro lado da pista ... aí ... como é ... fez ... é pra ... chegou a eles ... pra fazer amizade com eles né ... aí ... junto a essa ... essas duas ... essas duas casas ... descendo assim uma ribanceira ... **tinha** um ... um cemitério ... aí chamava cemitério maldito ... porque o velho ... o velho tava é:: porque o pai lá da ... das crianças perguntou ao velho lá ... por que esse cemitério ali né ... por que se chamava cemitério maldito né ... aí ele foi contar a história né ... era maldito porque antigamente ... é ... **tinha** ... só existia aquele cemitério ali e a casa desse velho ...* (Corpus D&G, Fala, p. 4).

Em (2) *ter* exprime a ideia de *existir* que, segundo a gramática tradicional, só pode ser caracterizado pelo verbo impessoal *haver*. Dessa forma, se fôssemos reescrever a construção, considerando o que reza a norma culta, teria:

(3) *Havia um cemitério.*

(4) *Existia um cemitério.*

Para a LCFU o conhecimento de mundo mobilizado pelos falantes não pode ser separado do conhecimento linguístico. A língua padrão executa o que a fala exprime em seus contextos, isso é algo que, em muitos casos, não é considerado pela tradição gramatical. Nesse sentido, a gramática de construções sinaliza que as ocorrências devem ser vistas como um todo, sem a necessidade de separar em partes.

Assim, vemos que a fala e a escrita apresentam e representam eventos, em que os verbos aqui estudados compartilham uma relação intrínseca quando associados aos seus respectivos contextos discursivos. A construção *ter*, neste exemplo, sinaliza uma construção dotada de significado existencial que está relacionado aos itens *haver* e *existir*:

(5) *A UNIPEC é composta de tres unidades, a primeira, onde eu estudo, é composta de três prédios, o primeiro e o mais velho, **tem** térreo e o primeiro andar, na frente para entrar existe uns batentes, você sobe e entra por uma porta estreita e velha, logo adiante **tem** uma escada que dá acesso ao primeiro andar. O térreo é formado por salas de aula e laboratórios de informática. (Corpus, D&G, Escrita, p. 15).*

Na amostra (5), vemos as ocorrências dos verbos *ter* (modalidade escrita) no sentido existencial. Essa construção representa que este item corresponde a uma funcionalidade mais livre em qualquer contexto de uso; e predominam traços de frequência alta, que não pode ocorrer em situações meramente formais, e que revela um processo de mudança, que está associado a transformação da concordância no português brasileiro.

Status informacional de *ter*

Verificamos os aspectos pragmáticos das situações discursivas por meio do *status* informacional da construção *ter*, isto é, a forma como o locutor compartilha seu discurso ao orientar um ponto de vista por meio de elementos referenciais.

Na análise do *corpus*, podemos verificar que há ocorrências em que a construção *ter* possui o *status* informacional classificados em: *dado*, *novo*, *disponível*, e *inferível*. Furtado da Cunha e Bispo (2012) dizem que as classificações *dado* e *novo*, circunscrevem-se ao SN como portador da informação. E quanto aos aspectos de *disponível* e *inferível* se posicionam como categorias intermediárias para evidenciar um argumento de uma construção.

As amostras (6) e (7) mostram duas situações da construção *ter* com o referente exibindo o *status novo*:

(6) *I: Marcos olha ... eu acho ... eu gosto de correr aqui na ... na praia ... **tem um amigo** aqui que sempre me ... me chama pra correr lá no ... no Campus Universitário ... mas ali eu já acho muito urbanizado ... [...] (Corpus D&G, fala, p. 50).*

(7) [...] ... nós sentamos sobre essa ... mais à frente ... entramos mais um pouco depois dessa duna e andamos um pouco mais é ... mais de cinqüenta metros ... e ... sentamo-nos próximos a uma vegetação de uns três metros de altura ... mas à frente **teria uma mata densa** ... bem mais alta ... [...] (Corpus D&G, fala, p. 52).

O *status* informacional *novo* aparece em 67% nas ocorrências da fala e 73% da escrita. É possível perceber, pelas amostras acima (*tem um amigo / teria uma mata densa*), a menção nova de uma informação que foi apresentada pela primeira vez no discurso. Furtado da Cunha e Bispo (2012, p. 65) dizem que ao apresentar uma informação nova no texto ou discurso, o locutor, geralmente, usa “um nome pleno ou um pronome, uma forma definida ou indefinida, acentuada ou atenuada, etc, de acordo com a informação que o locutor supõe estar acessível ou não a seu interlocutor na interação”. É possível verificar isso no referente SN com uma forma indefinida. (6) e (7) são amostras que representam uma informação nova, em que *ter* participa da construção como um verbo com argumento existencial nos dois casos.

No que se refere ao *status* com referente *dado* – quando os referentes já foram mencionados no texto –, verificamos que estes correspondem a 21% na modalidade falada e 14% na modalidade escrita. A seguir, mostram-se dois casos em que há a presença de um referente *dado* com a presença de *ter* em (8) e (9):

(8) [...] l: e ... é ... no **caso desse quadro aí ... eu tive que refazer esse céu ...** [...]. (Corpus D&G, fala, p. 59).

(9) então **eu fiquei com o telefone** desse senhor por muito tempo guardado e ... é ... um dia ... conversando com uma colega minha da ...da escola de pintura ... eu ... eu disse a ela que **eu tinha esse telefone** ... e a gente ... a gente se propôs a ir lá ... depois do trabalho ... [...]. (Corpus D&G, fala, p. 60).

Em (8) os referentes (*esse quadro / esse céu*) são informações retomadas no discurso, por isso é classificado como um *status dado* na informação. Estes referentes já foram mencionados anteriormente (omitido do texto) e é retomado por meio de anáforas SN. O fator relevante acerca da nossa análise é verificar que *ter* se apresen-

ta como verbo no aspecto informal para realizar a ação da construção: *eu tive que refazer esse céu*.

Em (9) também há a incidência de um *status* dado (*eu tinha esse telefone*). A informação é, primeiramente, *nova* quando é mencionado pela primeira vez em (*eu fiquei com o telefone*), e é mencionado, posteriormente, anaforicamente pelo SN (*esse telefone*), caracterizando uma informação *dada*. Nesses dois casos, *ter* se posiciona como verbo existencial para realizar o objetivo de atingir o propósito comunicativo da construção.

Disponível é decodificado quando o referente é responsável pelo universo do discurso. A caracterização desse referente se dá de forma definida e é que acompanhado gramaticalmente pelo artigo definido, como vemos na amostra (10):

(10) E: você acha que **tem** é ... alguma diferença entre esses jornais ... esses telejornais?

I: claro ... **tem** sim ... o ... **a Globo omite** ... é ... notícias que não ... principalmente a nível é ... internacional assim ... que ... envolva o ... eu acho a questão ... a ... a ... essa questão da ... da dominação é sempre disfarçada pela Globo entendeu? não sei por que razão ... [...] (*Corpus D&G*, fala, p. 73)

Nesse discurso, o referente SN (*a Globo*) acompanhado de *ter* com argumento de verbo existencial, está disponível no contexto comunicativo por carregar a responsabilidade de evocar o universo de uma cena definida na prática comunicativa dos interlocutores. Dos dados analisados, a frequência de um *status* informacional *disponível* apresentou-se baixa, com 58 ocorrências (7%) na modalidade falada e 23 (11%) que ocorreram na modalidade escrita. Verificou-se que entre as duas modalidades, a escrita foi aonde mais apareceu esse tipo de informação, provavelmente por se tratar de um referente definido, já que artigos indefinidos são mais usuais, e ocorre mais espontaneamente, na fala, do que artigos definidos. O item *ter* representa o verbo que introduz uma informação *nova* (*tem sim*) e o *status disponível* é caracteriza por apresentar a informação espacial e cultural da situação comunicativa.

Inferível é o *status* menos frequente nas ocorrências verificadas, ocorrendo em 39 (5%) sentenças na versão falada, e 4 (2%) na escrita. O referente aqui é identificado por meio da inferência, em que o interlocutor sabe da informação por meio de conhecimentos prévios, como visto na amostra (11):

(11) I: é ... bom ... eu acho que ... a culpa não está no ... no ... no ... no ... na comissão técnica ... no ... do futebol apresentado pelo ... no Brasil atualmente né ...eu acho que vem de ... vem de cima né ... se ... se num houvesse essa politicagem toda né ... que há né ... em torno do ... do ... do futebol ... se cada um num ... **num tivesse seu ... seu jogador** na ... na ... na cabeça ... (p. 12)

Em (11) mostra uma situação comunicativa em que *ter* aparece com o argumento verbal de selecionar (*alguém selecionou um jogador*), que não pode ser caracterizado por um viés de posse, já que não se pretende assumir a posição argumentativa de se possuir um jogador e sim, cognitivamente, selecioná-lo ou escolhê-lo para ser um representante. A inferência está no uso do referente (*seu jogador*), já que está é uma situação em que se pode premeditar a informação por meio do conhecimento de mundo. Já que a seleção brasileira é uma temática conhecida pela maioria, o usuário da língua não terá dificuldade de saber que tipo de referente é este, uma vez que para participar de uma seleção, faz-se necessário ser um jogador.

Considerações finais

Em suma, verificou-se, pelos dados analisados, que o item *ter* está presente no ato construcional da sentença de forma variável. Ao assumir *status* informacional, *ter* revela eventos em maior prototipicidade aquela que assume na visão pragmática uma informação nova, com SN indefinido, na perspectiva morfológica. Portanto o *status novo* é mais frequente ao distribuir uma informação que ainda não apareceu na sentença. Já o *status dado* é menos frequente do que a categorização da informação *nova*. Isso significa que o item *ter* está mais propenso a introduzir uma informação *nova*, ocorrendo em maior probabilidade no tipo textual *descrição de local*.

Referências

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa: Cursos de 1º e 2º Graus*. São Paulo: Nacional, 1983.
- BYBEE, Joan. Where do constructions come from? Synchrony and diachrony in a usage-based theory. In: BYBEE, Joan. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, United Kingdom/ UK: University Press Cambridge/ CUP, 2011.
- BYBEE, Joan. *Frequency of Use and the Organization of Language*. Oxford: Oxford University Press. 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. *Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas*. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro/ Cataguases-MG: FAPERJ/Mauad, 2013.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. *Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas*. In CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística centrado no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro / Cataguases-MG: FAPERJ/Mauad (no prelo, 2012).
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. *Funcionalismo*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade de Natal*. Natal: EDUFRN, 1998. Disponível em: <http://www.discursoeagramatica.letas.ufrj.br/download/natal.pdf>. Acesso em 16.05. 2016.
- GIVÓN, Talmy. *Compreendendo a gramática*. Trad. FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALBANI, Felipe. Natal: EDUFRN, 2011 [1984].
- GIVÓN, Talmy. *Syntax*. v. 1/2. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1995.
- KAY, Paul. Argument structure constructions and the argument-adjunct distinction. In: FRIED, M.; BOAS, H. (eds.). *Grammatical constructions: back to the roots*. Amsterdam: Benjamins, 2005.

KEMMER, Suzanne. *Human cognition and the elaboration of events: some universal conceptual categories*. In: TOMASELLO, Michael (Ed.) *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates publishers, 2003.

TOMASELLO, Michael. *The new psychology of language*. v. 1. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

VIOTTI, E. Uma história sobre “ter” e “haver”. *Em Cadernos de Estudos da Linguagem*. Campinas, 1998. Disponível em <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1732/1311>, acessado em 04/07/2016.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO POR PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA NEURAL DA LINGUAGEM.

GERLANNE DA CUNHA TAVARES (UFRN)¹

Introdução

Os estudos linguísticos atuais nos permite refletir sobre as possíveis formas de construção do sentido no discurso. Porém, quando consideramos condições atípicas, sejam elas perceptuais ou cognitivas, os pressupostos defendidos pela Teoria Neural da Linguagem (GALESSE; LAKOFF, 2005; DUQUE; COSTA, 2012) nos oferece um aparato teórico multidisciplinar mais condizente com esta realidade. Sob a condição apresentada anteriormente, este trabalho busca apresentar algumas reflexões, a partir de um recorte dos resultados apresentados na dissertação “Processos de construção do sentido por portadores da Síndrome de Asperger” (TAVARES, 2014) e da análise construída com base nestes achados.

A pesquisa com portadores da Síndrome de Asperger² surgiu da experiência docente com portadores de transtornos neurais em uma escola³ da rede particular de ensino em Natal/RN, que acolhia alunos diagnosticados como autistas, auxiliando

1. Licenciada em Letras – Língua Portuguesa (UFRN); especialista no ensino de Língua Portuguesa: Texto, Gramática e Discurso (UFRN); mestre em Estudos da Linguagem (UFRN); doutoranda do curso de pós-graduação em Estudos da Linguagem (UFRN). E-mail: gerlannetavares@hotmail.com.

2. Em 2013, a Síndrome de Asperger foi designada como Transtorno do Espectro Autista, segundo os critérios do DSM-V (Manual de Classificação de Doenças Mentais da Associação Americana de Psiquiatria, 5ª edição).

3. Em dezembro de 2013, esta escola encerrou suas atividades após mais de duas décadas prestando serviços à comunidade.

do-os no aprendizado e na inclusão social, em parceria com a APAARN (Associação dos Pais e Amigos dos Autistas do Rio Grande do Norte). E foi a experiência direta com autistas e a convivência com a família destes que me despertou o interesse em investigar os processos neurais envolvidos na construção do sentido por pessoas que demonstravam, diagnosticamente, um comprometimento interacional com o meio no qual estão inseridos. Na busca por estas explicações, assistir às apresentações dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Cognição e Práticas Discursivas, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Henrique Duque foi determinante na escolha por desenvolver uma pesquisa que buscasse elucidar meus questionamentos a cerca da possível relação existente entre o comprometimento cognitivo e a linguagem em pessoas com Transtornos do Espectro Autista.

Para a construção da discussão a ser apresentada neste artigo, selecionamos basicamente dois testes realizados durante a pesquisa. O primeiro teste trabalha com o reconhecimento de *frames* específicos (DUQUE, 2015) e o segundo teste aborda a categoria *affordances* (GIBSON, 1979). Ambos os testes lidam com processos cognitivos que envolvem aspectos (também) construídos socialmente. A escolha deste recorte se deu justamente por acreditarmos que sejam os fatores interacionais, relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, os possíveis responsáveis pela forma peculiar de compreender a linguagem que as pessoas com estas características neurais apresentam.

Objetivando cumprir a proposta deste artigo, apresentaremos brevemente o referencial teórico usado neste recorte, relacionando-o às características inerentes a pessoas com TEA. Em seguida, descreveremos a metodologia utilizada na pesquisa original, os resultados apresentados após a aplicação dos testes propostos para este trabalho, e a análise realizada a partir destes.

A Teoria Neural da Linguagem e o Transtorno do Espectro Autista

A Teoria Neural da Linguagem (*Neural Theory of Language*) surgiu em Berkeley, EUA. Ela aprofunda os conhecimentos gerados pela Linguística Cognitiva (LC) ao alinhá-los com outras ciências neurais. Esta teoria, por sua vez, encontra nas neurociências o respaldo científico necessário para justificar o argumento defendido pela

LC de que a construção do sentido decorre de processos cognitivos provenientes das nossas experiências corpóreas e perceptuais. O projeto *NLT* defende um circuito neural corporificado como o responsável pela capacidade de o homem aprender e usar uma linguagem, ou seja, a linguagem é um segmento do todo mente, corpo e sociedade.

De forma específica, a Teoria Neural da Linguagem (TNL) subsidia a pesquisa sobre processos cognitivos envolvidos na compreensão da linguagem por portadores da Síndrome de Asperger, pois essa abordagem teórica considera que “as experiências corporificadas físicas e sociais recorrentes dão origem a padrões abstratos⁴ (esquemas e *frames*, respectivamente)” (DUQUE; COSTA, 2012 p.116) e estes são objetos de investigação, considerando o possível comprometimento de fatores físicos e sociais do grupo de indivíduos participantes da pesquisa. Porém, há outros pressupostos teóricos que nos ajudam a esclarecer a problemática acerca da construção do sentido em pessoas com transtornos neurais. O primeiro destes defende que “os processos cognitivos, dentre os quais, os de produção e de compreensão da linguagem, estão relacionados a recursos neurais vinculados ao aparato sensório-motor em interação *on-line* com o ambiente” (DUQUE; COSTA, 2012, p.117). Com igual relevância, há outro pressuposto que considera a influência cultural como fator do processo de conceptualização humano (DUQUE; COSTA, 2012, p.117). E é a interação sociocultural um dos fatores comprometidos em pessoas com transtornos autísticos, aspecto que pode ser determinante no processo de construção do sentido, que fora definido por Cunha (2008, p. 1) como “um conjunto de comportamentos agrupados numa tríade principal: comprometimentos qualitativos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas”.

Baseando-se nos pressupostos acima, há duas categorias analíticas que, particularmente, guiam esta análise por considerar aspectos sociais e culturais: *frame* e *affordance*. Sendo estes dois mecanismos de igual importância no processo de construção do sentido.

4. Desenvolvida por Bergen e Chang (2005), a *Gramática de Construções Corporificada* (GCC) é adotada pelo *NLT* por apresentar perspectivas que correspondem ao referencial cognitivista proposto pelo projeto. O modelo de GCC, diferentemente dos demais, defende que as ‘construções’ constituem a base do conhecimento linguístico, focalizando o modo como se processam as ‘construções’.

Frames

Em 1968, Fillmore propõe uma gramática de casos com o intuito de investigar os papéis semânticos que seriam universais, apresentando, em seu artigo *The case for case* (1968), a estrutura de casos (*case frame*). É a partir da análise do evento de transação comercial, na qual Fillmore (1977) demonstra como os verbos ‘comprar’, ‘vender’ e ‘custar’ representam diferentes perspectivas do mesmo evento, que surge os primeiros indicativos do que se denominam ‘elementos de *frame*’ (CHISHMAN; BERTOLD, 2012, p. 146-147).

Segundo Chishman e Bertold (2012), Fillmore (1975) distinguiu o conceito de **cena** do conceito de ***frame***, afirmando que

[...] a **cena** não seria apenas uma cena visual, mas todo um conjunto de tipos familiares de transações interpessoais, cenários padrões definidos culturalmente, estruturas institucionais, experiências inatas, imagem corporal, crenças humanas, ações, experiências e imagens. O ***frame*** seria um sistema de escolhas linguísticas, sejam palavras, regras ou categorias gramaticais, associadas à determinada estância prototípica de uma cena (CHISHMAN; BERTOLD, 2012, p. 146).

Após abandonar a distinção entre cena (estrutura cognitiva) e *frame* (estrutura linguística) (FILLMORE, 1982; 1985), Fillmore (1982, apud CHISHMAN; BERTOLD, 2012, p. 147) afirma que “pelo termo ‘*frame*’ eu tenho em mente qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para entender qualquer um deles, você tem que entender a estrutura na qual se encaixa (...)”. De forma mais conceitual, o *frame* constitui “representações esquemáticas das estruturas conceptuais e padrões de crenças, práticas, instituições, imagens, etc., que fornecem uma base para a interação significativa em uma determinada comunidade”⁵ (FILLMORE; JOHNSON; PETRUCK, 2003, p. 235). Ou seja, o circuito neural (*frame*) é formado a partir das nossas experiências, concedendo a abstração do *frame* ao ouvinte/falante por meio da linguagem.

5. “(...) schematic representations of the conceptual structures and patterns of beliefs, practices, institutions, images, etc. that provide a foundation for meaningful interaction in a given speech community”.

Atualmente, defendemos a ideia de que

Frames são mecanismos cognitivos através dos quais organizamos pensamentos, ideias e visões de mundo. Novas informações só ganham sentido se forem integradas a *frames* por meio da interação ou do discurso. (DUQUE, 2015, p. 26).

Considerando que os *frames* são processos neurais construídos a partir das experiências socioculturais de cada indivíduo, a dificuldade em se comunicar (ou até mesmo de serem compreendidos) aparentemente apresentada em pessoas com TEA pode estar diretamente relacionada à dificuldade em interagir com os objetos e com os outros.

Affordances

No processo de interação com objetos e pessoas, o cérebro humano tem a capacidade de reconhecer, por meio de percepções sensoriais, que movimentos devem ser acionados para que se realize determinada ação. São as experiências com o contato e com a manipulação de texturas e formas que originam as mesmas redes neurais acionadas por pistas linguísticas no momento da construção do sentido.

A maneira como o corpo humano interage com o seu segmento ambiental é limitada por *affordances* (GIBSON, 1979). O conceito de *affordance* é um componente central da abordagem de Gibson para a psicologia⁶. As primeiras referências ao conceito se devem ao fato de o autor conceber a percepção em termos de sistemas (*perceptual systems*), em vez de canais de sensação (*channels of sensation*). De acordo com o autor (1966, p. 1),

6. O termo "affordance" é um neologismo criado por Gibson, em 1966, para se referir às características que restringem as possibilidades de ação de um organismo em relação ao seu ambiente de interação. Para o autor, objetos e outros fenômenos, no segmento ambiental de uma espécie, possuem *affordances*, ou seja, tais fenômenos apresentam restrições físicas (dimensões, texturas, formatos, pesos, cores etc.) que auxiliam no processo de construção de sentido.

[...] sempre se presumiu que os sentidos eram canais de sensação. Considerá-los como sistemas de percepção [...] pode parecer estranho. Mas o fato é que há dois significados diferentes para o verbo *sentir*, primeiro, *detectar alguma coisa*, e segundo, *ter uma sensação*. Quando os sentidos são considerados como sistemas perceptuais, o primeiro significado do termo está sendo usado⁷.

Nesse sentido, apesar de as *affordances* caracterizarem elementos do ambiente, só podem ser realizadas no ato de percepção de um ser. São usadas pelos nossos sistemas perceptuais para atribuir significado perceptual aos fenômenos. Armazenadas na memória, as *affordances* geram padrões cognitivos instáveis do ponto de vista pragmático, porém construídos socialmente. Esses padrões são acionados cognitivamente por construções gramaticais que, por meio das pistas linguísticas, contribuem no processo de construção do sentido.

Com isso, parece haver uma integração entre os conhecimentos linguísticos e os sistemas perceptuais para a construção de sentidos. O fato de portadores da Síndrome de Asperger manipularem e utilizarem objetos de forma muitas vezes diferente da habitual é um dos traços marcantes de Transtornos do Espectro Autista. O que nos direciona a constatar que, mesmo estando sujeitos às mesmas experiências, cada ser tem um jeito peculiar de criar essas *affordances*, embora algumas delas sejam moldadas a partir da nossa interação social.

Metodologia

A pesquisa original foi realizada em parceria com a APAARN (Associação de pais e amigos dos autistas do Rio Grande do Norte). Ela tem caráter quantitativo, uma vez que se baseia na aferição da frequência de ocorrência de determinado fato, porém, o caráter descritivo e interpretativo da análise e o enfoque indutivo baseado na observação das amostras da coleta acrescenta-lhe o traço qualitativo. A análise

7. It has always been assumed that the senses were channels of sensation. To consider them as systems for perception, as this book proposes to do, may sound strange. But the fact is that there are two different meanings of the verb *to sense*, first, *to detect something*, and second, *to have a sensation*. When the senses are considered as perceptual systems the first meaning of the term is being used

empírica dos dados é realizada por meio de uma investigação quase-experimental (MONTERO; LEÓN, 2007), uma vez que os participantes não foram escolhidos de forma aleatória. Todavia, durante a aplicação dos testes, os indivíduos estavam em situações naturais.

Esta pesquisa foi realizada por meio de um estudo retrospectivo com um grupo experimental de cinco participantes portadores da Síndrome de Asperger (que não têm a leitura e a escrita comprometidas, característica necessária à realização dos procedimentos metodológicos selecionados para o projeto) e um grupo semelhante (de gênero misto que frequentam uma instituição de ensino regularmente, que foram convidados a participar da pesquisa de forma voluntária), de igual quantidade, sem comprometimento cognitivo (nonequivalent control group), com o objetivo de averiguar uma relação causal entre os grupos participantes.

Vale ressaltar que a metodologia, na íntegra, incluindo o tipo de pesquisa, os instrumentos, os experimentos, os critérios de escolha de participantes, os procedimentos, os TCLE(s), as autorizações e os demais itens, foi submetida e aprovada pelo Conselho do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-Central) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e devidamente cadastrada na Plataforma Brasil sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 09064912.2.0000.5537, ferramenta pertencente ao Ministério da Saúde em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Para este recorte, descreveremos apenas os testes considerados nesta análise. Os demais testes encontram-se disponíveis no texto original desta pesquisa.

No sexto teste, é observado se o participante consegue fazer, coerentemente, a associação do personagem apresentado com o cenário correspondente, ou seja, o reconhecimento de *frames* específicos. Para tanto, é apresentado o comando para que o participante faça as associações correspondentes mediante as figuras apresentadas.

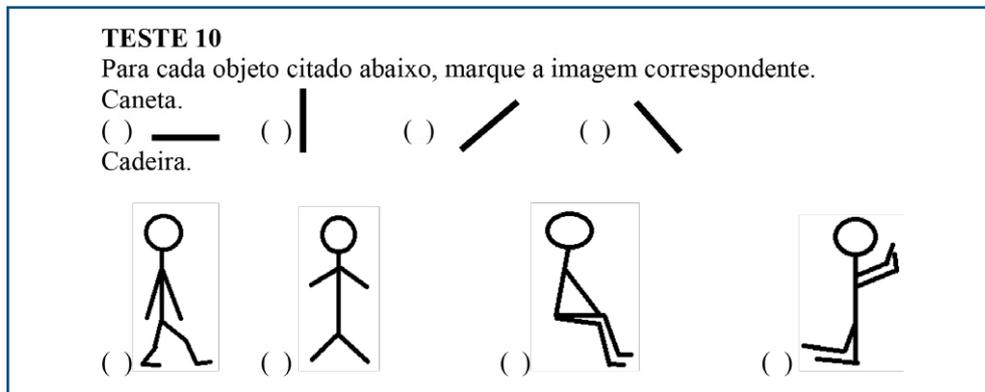
Figura 1: Exemplo (a). Parte integrante do Teste 06.



Fonte: TAVARES, 2014

O teste 10 apresenta comando único para os enunciados apresentados. O participante recebe um comando único e, após analisar as imagens e fazer as devidas relações, deve escolher uma única opção como resposta adequada. As imagens apresentam posições de objetos ou partes do corpo humano equivalente a elas. Pretende-se, por meio da análise das respostas, investigar as relações de *affordances* em cada caso.

Figura 1: Exemplos (a) e (b). Parte integrante do Teste 10.



Fonte: TAVARES, 2014

Após a coleta dos dados do grupo experimental e do grupo de controle, os resultados foram analisados e comparados com os resultados obtidos na aplicação dos mesmos testes entre os participantes do grupo de controle e do grupo experimental. Os resultados obtidos e a análise dos mesmos direcionaram possíveis

respostas em relação à problemática que envolve os processos de construção do sentido por portadores da Síndrome de Asperger.

Resultados e análise dos resultados

Para a construção da análise, registramos e observamos a frequência das respostas dadas a cada teste e comparamos esses resultados entre o grupo experimental e o grupo de controle. Após a descrição destes resultados, realizamos a análise com base nas categorias analíticas adotadas para esta pesquisa oriundas da Teoria Neural da Linguagem.

Em relação ao teste 06, com base na comparação dos dados do grupo de controle e do grupo experimental, verificamos que, proporcionalmente, os resultados são bem semelhantes. No grupo de controle, as respostas correspondem ao esperado, demonstrando que os participantes compreenderam o comando do teste, relacionando cada personagem a um cenário, de acordo com suas experiências. No grupo experimental, embora haja respostas que não correspondam ao esperado, nota-se que os participantes compreenderam o que o teste solicitava. Diante dos resultados obtidos, averiguamos que, provavelmente, os participantes do grupo de controle e os participantes do grupo experimental apresentaram igual desempenho cognitivo em acionar os elementos que ativam cada *frame* representado. Em outras palavras, os resultados demonstram que os participantes acionam os mesmos processos cognitivos, mas as divergências nas respostas podem estar relacionadas a aspectos que se assimilam socialmente.

Analisando os resultados do teste 06, de modo geral, observa-se que alguns participantes do grupo experimental apresentaram respostas divergentes das encontradas no grupo de controle. Considerando-se que os *frames* representados são facilmente construídos socialmente, pode-se entender que as experiências socioculturais direcionaram as respostas positivamente. Os participantes que apresentaram respostas divergentes do esperado podem ter relacionado os elementos apresentados a diversos *frames* socialmente possíveis, devido a inferências intersubjetivas ou até mesmo a dificuldades em realizar essas inferências.

Em relação ao teste 10, devemos considerar que as *affordances* podem variar significativamente de participante para participante, as respostas estão diretamen-

te relacionadas à forma como cada indivíduo interage com os objetos em questão, embora os participantes do grupo de controle tenham apresentado respostas mais uniformes. Pudemos constatar também que os participantes do grupo experimental apresentaram respostas que se assemelham às respostas predominantes dos participantes do grupo de controle, demonstrando, mais uma vez, o acionamento de semelhantes processos cognitivos durante a compreensão das construções gramaticais apresentadas. Mais uma vez, os resultados parecem apontar para a hipótese de que os aspectos sociais parecem ser os responsáveis por divergências nas respostas. Os participantes do grupo experimental constroem *affordances*, mas de forma peculiar, mais subjetiva. Os resultados entre os dois grupos são semelhantes, embora não haja uma alternativa que se sobressaia, no grupo experimental, em relação às outras apontadas para algumas construções. São as pistas linguísticas que direcionam o processamento mental coerente com a interação construída socialmente ou subjetivamente, mas um destes pode prevalecer. O que pode ocorrer é uma interação completamente subjetiva que desconsidere os aspectos corpóreos e sociais, por portadores da Síndrome de Asperger, o que justificaria as respostas divergentes entre os dois grupos e o fato de um dos participantes do grupo experimental apresentar respostas com múltiplas marcações.

Ao comparar os resultados entre os grupos formados por pessoas sem comprometimento neural e os resultados obtidos no grupo experimental, podemos perceber que a interação social pode ser um fator comprometedor na construção do sentido e, a partir desse aspecto, podemos perceber um possível problema nas inferências construídas. E esses aspectos, interação e inferências, também são determinantes na forma como criamos as *affordances*, pois também simulamos e aprendemos a lidar com as formas dos objetos e as sensações observando e interagindo com o outro.

Considerações finais

Procuramos demonstrar por meio desta discussão que as limitações neurais presentes nos portadores da Síndrome de Asperger participantes desta pesquisa não os excluam do pressuposto teórico de que as nossas experiências sensório-motoras e perceptuais nos fazem compreender melhor o mundo, construindo um

novo sentido a cada pista linguística “encontrada”. O que os diferencia das pessoas sem diagnóstico de comprometimento neural é a capacidade de se reinventarem, dando novos significados ao mundo, construindo-o sob um ponto de vista singular, algumas vezes ignorando o coletivo, o sociocultural, mas forçando-nos a usar a nossa capacidade cognitiva para compreender o mundo sob o ponto de vista deles.

Pessoas com Transtornos do Espectro Autista, provavelmente por não estarem “presos” a aspectos sociais e culturais, têm a capacidade de encontrar outros caminhos para o acionamento de *frames* e de construir outras *affordances* possíveis. Ou seja, essa característica pode afetar especificamente os processos cognitivos que envolvam a interação social. Isso parece mostrar que, embora sujeitos as mesmas condições, pessoas com TEA usam critérios próprios, intersubjetivos, durante o processo de construção do sentido. Talvez a nossa dificuldade em compreendê-los esteja justamente na diferença básica em considerar o social mais ou menos, e em como isso interfere no processo de simulação.

Esperamos que essa discussão, em especial, abra caminho para novas pesquisas. Uma vez que procuramos demonstrar, minimamente, como uma análise linguística que considera aspectos cognitivos e a corporalidade, assim como, aspectos sociais e culturais pode construir uma possível explicação para problemáticas que envolvam situações atípicas como um transtorno neurológico. Dessa forma, também esperamos que pessoas com TEA possam ser vistas sem estigmas sociais por apresentarem uma forma peculiar de processamento cognitivo.

Referências

- BERGEN, B.; CHANG, N. Embodied construction grammar in simulation-based language understanding. In: ÖSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (Eds.). *Construction grammar(s): cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: Benjamin, 2005, p. 147-190.
- CHISHMAN, R.; BERTOLDI, A. A semântica de *frames* e os recursos lexicais computacionais: da teoria à aplicação. In: MOUR, Heronides; GABRIEL, Rosângela (org.). *Cognição na Linguagem*. Florianópolis: Insular, 2012, p.145-173.
- CUNHA, E. Autismo infantil: práticas educativas na escola e na família. Publicação: 03/11/2008. Disponível em: <<http://www.profjoaobeaclair.net/blog.php?idb=14422>>. Acessado em: 26/07/2010.

- DUQUE, P. H.; COSTA, M. A. Gramática de construções e simulação mental: construindo sentidos e arquitetando contextos. In: MOUR, Heronides; GABRIEL, Rosângela (org.). *Cognição na Linguagem*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 115-143.
- DUQUE, P. H. Discurso e Cognição: uma abordagem baseada em *frames*. Revista da Anpoll, nº 39, Florianópolis, Jul./Ago. 2015. p. 25-48.
- FILLMORE, C. J. An alternative to checklist theories of meaning. First Annual Meeting Of The Berkeley Linguistics Society. In: Proceedings of the first annual meeting of the Berkeley Linguistics Society. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1975, p. 123-131.
- _____. Scene-and-frames semantics. In: ZAMPOLLI, A. (Ed.). *Linguistics Structures Processing: Fundamental Studies in Computer Science*, N. 59, North Holland Publishing, 1977, p. 55-88.
- _____. Frame semantics. In: *Linguistics in the Morning Calm*, ed. by The Linguistic Society of Korea, Seoul: Hanshin, 1982, p. 111-137.
- _____. Frame and the semantics of understanding. *Quardeni di Semantica*. V. 6, N. 2, 1985, p. 222-254.
- FILLMORE, C. J.; JOHNSON, C.R.; PETRUCK, M. R. L. Background to Framenet. *Internacional Journal of Lexicography*, vol. 16, N. 3, 2003, p. 235-250.
- GALLESE, V. e LAKOFF, G. The Brain's Concepts: The Role of the Sensory-Motor System in Conceptual Knowledge. *Cognitive Neuropsychology*, v. 22, ed. 3-4, Maio de 2005.
- GIBSON, J.J. *The senses considered as perceptual systems*. Boston, MA: Houghton Mifflin Co. (1966).
- _____. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton-Mifflin Company, 322 p., cap.8, 1979.
- MONTERO, I.; LEÓN, O. G. A guide for naming research studies in Psychology. *International Journal of Clinical and Health Psychology*. V. 7, N. 3, p. 847-862, 2007.
- REVISTA BRASILEIROS, Revista eletrônica permanente. Disponível em: <<http://www.revista-brasileiros.com.br/2013/06/07/transtorno-do-espectro-autista-novo-nome-novas-perspectivas/#.U-wyBvldXnO>>. Acessado em: 01/07/2013.
- TAVARES, G.C. Processos de construção do sentido por portadores da Síndrome de Asperger. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

A METÁFORA DO CARNAVAL NO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE POLÍTICA

VINÍCIUS NICÉAS DO NASCIMENTO (FATEC PE)¹

Considerações Iniciais

As metáforas estão presentes em todos os discursos, esferas, níveis e domínios da sociedade, como integrante das mais diversas práticas, concebidas como operações linguístico-cognitivas essenciais para a atuação do ser humano na sociedade, contribuindo para a construção discursiva e para o entendimento do mundo.

Nessa perspectiva, a elaboração metafórica realizada sob a ótica desse momento/movimento histórico, político e social do Brasil apresenta uma forma de perceber como a sociedade observa e conceitua o mundo e como o discurso midiático projeta essa percepção em sua materialidade discursiva. Tal realização propicia a produção discursiva de uma sociedade (ou um grupo social) de uma maneira particular.

Neste estudo, discutimos a elaboração de uma matéria de uma revista de alcance nacional, a Revista Época, matéria esta que está permeada pela elaboração metafórica que conceptualiza a campanha política, especificamente seus prenúncios, a partir das bases do período carnavalesco, tão vivenciado e característico do Brasil, culturalmente reconhecido e comemorado. Tal conceptualização é possível porque

1. Professor de Língua Portuguesa da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Pernambuco. Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – UFPE. E-mail: viniciusniceas@hotmail.com

Nossas representações são projeções de um mundo elaborado mentalmente na base de experiências não apenas individuais, mas socializadas e constituídas em discursos. Trata-se da linguagem como forma de ação social para constituir um sentido público usando a língua. (MARCUSCHI, 2007a, p. 40)

Para discutir essas questões, que são de natureza linguística, cognitiva, contextual e discursiva, imbricadas entre si, lançamos mão dos basilares teóricos da Teoria da Metáfora Conceptual e da Análise Crítica do Discurso, os quais estão presentes nas subseções deste estudo². Também, trazemos algumas questões a respeito da construção dessa metáfora e do discurso produzido a partir dela.

Tratando da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC)

A teoria da Metáfora Conceptual, desenvolvida por Lakoff e Johnson (2002), busca compreender a influência das metáforas na linguagem humana, bem como no pensamento e nas ações, visto que o ser humano possui um sistema conceptual metafórico subjacente à linguagem. As metáforas são compreendidas como um “recurso de pensamento (logo, um aparato cognitivo) que nos faz falar, ver e agir sobre determinados fenômenos de uma maneira e não de outra” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 29). A metáfora é, então, uma metáfora conceptual: um processo mental de representação que possibilita ver um domínio da experiência em termos de outro.

A materialidade textual desse processo mental de elaboração metafórica é denominada expressão linguística metafórica (ELM), ou seja, a realização linguística de uma metáfora conceptual. É a relação e/ou projeção de elementos do domínio fonte e do domínio alvo que constitui a elaboração de uma determinada metáfora conceptual e a compreensão das expressões linguísticas metafóricas. Também, é importante salientar que uma mesma metáfora conceptual pode orientar diversas expressões linguísticas metafóricas distintas.

2. Restringimos nossas discussões aos pontos essenciais à nossa discussão. Tais basilares teóricos possuem bastante profundidade teórica e analítica que extrapolam nossas limitações de espaço.

Lakoff e Johnson (2002) organizam as metáforas conceptuais a partir das experiências que se vivencia, sinalizando que cada metáfora é relacionada com as experiências vivenciadas, não podendo ser as mesmas em contextos sociais e/ou culturais distintos. A tipologia das metáforas é dividida em três grupos, a saber: (i) as metáforas orientacionais, (ii) as metáforas ontológicas e (iii) as metáforas estruturais, as quais se baseiam na orientação corporal no espaço; nas relações de entidade, recipiente e pessoa; e nos usos de um conceito para estruturar outro, respectivamente.

As metáforas são primordialmente conceptuais e fazem parte de todas as práticas discursivas. Elas não são adornos estilísticos, mas sim estratégias linguístico-cognitivas, pois pensamos e nos comunicamos, em essência, por elaborações metafóricas, visto que “a metáfora é um importante aspecto imaginativo do raciocínio no que diz respeito à categorização, isto é, tem um papel muito relevante na maneira como construímos significado a partir de nossas experiências” (LUQUES, 2010, p. 36).

Marcuschi (2007b, p. 120) chama a atenção para a análise da atividade cognoscitiva humana, considerando a possibilidade de criação no mundo por meio da linguagem, isto é, enfatiza a necessidade de “ver mais o processo do que o produto”. Tal perspectiva é relevante para analisar a relação estabelecida entre pensamento e linguagem, pois é nessa relação que se desenvolvem os discursos.

Tratando da Análise Crítica do Discurso (ACD)

Os estudos investigativos na Análise Crítica do Discurso têm tratado de diversos aspectos como a ideologia, o poder, o abuso de poder, o controle e o acesso discursivo, observando “a conexão entre a fala cotidiana por um lado e a produção e manutenção dos sistemas de poder, desigualdade e injustiça, e a resistência a esses sistemas, por outro” (VAN DIJK, 2001, p. 266). Ou ainda, a ACD visa construir uma “base científica para investigações da vida social que almejam contribuir para a superação de relações de dominação” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 24).

Nas investigações desenvolvidas com o aporte da ACD, a abordagem cognitiva proposta por van Dijk (2008) trata das relações entre o discurso dos grupos sociais e as relações de poder existentes entre estes, considerando que os aspectos parti-

cipantes de tais relações estão num processo de constituição/interferência entre si. O autor discute a relação DISCURSO-COGNIÇÃO-SOCIEDADE, considerando que o aspecto cognitivo é fundamental para conceber e compreender as relações que se estabelecem por meio dos usos linguísticos das/nas estruturas sociais.

Ao tratarmos de uma publicação midiática que aborda o contexto político, um dos aspectos que ganham relevo é o aspecto ideológico. A ideologia, para Van Dijk (2008), pode ser compreendida como “uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social”, dentre os quais estão “o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais” (VAN DIJK, 2008, p. 48).

Nesse direcionamento, observar os elementos linguístico-discursivos que possibilitam discutir e compreender a ação do discurso na formulação linguístico-cognitiva de determinada ação social é um aspecto que não pode ser negligenciado. O aspecto cognitivo permite um olhar diferenciado sobre tais práticas, pois como elemento constitutivo, amplia o campo teórico de investigação e possibilita uma compreensão mais coesa dos processos de constituição e produção discursiva.

Em linhas gerais, a ACD é uma abordagem que objetiva formar oposição às elites sociais, suas estruturas e estratégias discursivas, via discurso, podendo formular, também, propostas para o exercício de ações que vão de encontro à ideologia elitista e ao abuso de poder nas práticas sociais, objetivando a mudança de tais práticas. Especificamente, para esse estudo, a análise das relações ideológicas que integram o discurso midiático discutido permite a compreensão das estratégias discursivas engendradas na materialidade linguística e a observação de como as elaborações metafóricas contribuem nesse processo de construção discursiva.

Análise da matéria da Revista Época

Analisamos as expressões metafóricas que estão no corpo da matéria e na legenda das fotos de maneira independente, porque acreditamos que cumprem papéis argumentativos distintos. Observamos, também, a inserção do contexto sociocultural como um componente da elaboração da metáfora e como esse aspecto orienta não só a leitura da matéria da revista como a compreensão sobre o momento político.

Essa relação se dá na medida em que as metáforas salientam aspectos que tem importância na nossa cultura, pois “o que elas enfatizam corresponde de maneira muito próxima ao que experienciamos” e “ao mesmo tempo em que são fundamentais em nossas experiências físicas e culturais, elas também fundamentam nossas experiências e ações” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 141). A relação estabelecida com o conhecimento compartilhado que possibilitou a projeção de domínios se mantém, pois essas representações sociais compartilhadas governam as ações (VAN DIJK, 2008).

Expressões metafóricas no corpo da matéria

Durante o corpo da matéria, diversas expressões linguísticas metafóricas apresentam aspectos do domínio-fonte CARNAVAL para conceptualizar o domínio-alvo CAMPANHA POLÍTICA, apontando aspectos do contexto político dos presidenciais em fevereiro de 2013. Vejamos alguns excertos³ da matéria:

(1) A presidente Dilma Rousseff convocou uma rede nacional de televisão no dia 23 de janeiro para anunciar a redução da conta de luz. Seu pronunciamento teve um efeito colateral, similar aos fogos que espoucam antes da entrada das escolas no Sambódromo: **desencadeou o desfile de candidatos à Presidência da República em 2014**. (ÉPOCA, 768, p. 34)

(2) Para seus adversários, **havia intenções eleitoreiras até na fantasia** – ops, figurino – **que a presidente usava**. (ÉPOCA, 768, p. 34)

(3) Não descansaram nem na **semana que antecedeu o Carnaval**, tradicionalmente esvaziada por causa da preparação para a folia. Ao contrário: **foi exatamente na semana passada que eles puseram o bloco na rua**. (ÉPOCA, 768, p. 34)

3. Nos excertos da matéria, apresentamos em negrito expressões que trazem aspectos metafóricos.

(4) **No carro abre-alas está o governador de Pernambuco, Eduardo Campos.** No final do ano passado, em entrevista a ÉPOCA, ele negou pe-remptoriamente ser candidato à sucessão de Dilma. Nas primeiras semanas do ano, agiu como candidato. (ÉPOCA, 768, p. 34)

(5) Do pronunciamento de Dilma para cá, **os potenciais candidatos à sucessão presidencial empreenderam várias manobras de bastidores** com o intuito de fazer alianças e fortalecer seus nomes. (ÉPOCA, 768, p. 34/35)

Podemos observar nesses excertos que a materialidade linguística da matéria traz diversos itens lexicais que são característicos do domínio fonte CARNAVAL, quando afirma-se que o pronunciamento de Dilma Rousseff desencadeou a campanha presidencial assim como os fogos de artifícios abrem os desfiles das escolas⁴ (excerto 1); ressalta-se a vestimenta da presidente em determinado evento político, uma fantasia (excerto 2); destaca-se as ações do ator social Eduardo Campos como integrante de uma ala de destaque do desfile, o carro abre-alas (excerto 4); indica-se as atividades para a organização das campanhas políticas, as manobras de bastidores (excerto 5); e anuncia-se o início das atividades políticas de campanha, o colocar o bloco na rua (excerto3).

Entendemos que esses itens lexicais, motivados cognitivo e contextualmente, atuam também ideologicamente na caracterização dos atores sociais, como veremos mais adiante. Observemos outros excertos da matéria:

(6) **A manobra de bastidores mais mirabolante** da semana passada teve como objetivo justamente “neutralizar” Campos. **O autor do ousado passo de dança foi o veterano mestre-sala Luiz Inácio Lula da Silva (...) o volteio de Lula não deve ter nota alta dos jurados.** (ÉPOCA, 768, p. 35)

4. Embora reconhecendo que o uso do item lexical similar possa sugerir que há uma comparação entre elementos, entendemos que o estourar dos fogos de artifício nesse excerto configura um aspecto salientado pela projeção metafórica analisada.

(7) **As evoluções de Lula mostram quanto o PT está preocupado** com uma possível candidatura de Campos, forte numa das regiões em que o partido do governo tem mais votos: o Nordeste. (ÉPOCA, 768, p. 35)

(8) A oposição formal a Dilma, além da representação contra o uso dos blazers em tons de vermelho, vem realizando uma série de reuniões desde o fim do ano passado. Desde o início do ano, o senador Aécio Neves, pré-candidato do PSDB à Presidência, vem se reunindo no apartamento que mantém no Rio de Janeiro com tucanos próximos a Fernando Henrique Cardoso, como Gustavo Franco e Arminio Fraga. (...) **Até agora, tem sido difícil ver os três principais caciques do PSDB – Aécio, Serra e Alckmin – cantar o mesmo enredo sem atravessar o samba.** (ÉPOCA, 768, p. 35/36)

Verificamos nesses excertos outros itens lexicais que denotam a projeção metafórica estabelecida no discurso da matéria, a saber: a caracterização do ator social Lula como um mestre-sala que realiza ousados passos de dança esperando altas notas dos jurados (excerto 6) e realiza evoluções, que trabalha, para ser o bloco de maior destaque do desfile (excerto 7); e a caracterização da ala da bateria, a qual conta com três maestros, Aécio, Serra e Alckmin, que precisam ajustar seu enredo para fazer bonito no desfile, apontando que ainda há questões a serem resolvidas no processo de candidatura à presidência da República enquanto outros blocos já estariam prontos e desfilando.

Essas expressões metafóricas evidenciam a projeção de domínios da experiência que são amplamente compartilhados socialmente, o que possibilita a compreensão do discurso jornalístico da revista, permitindo analisar a conjuntura do processo político e cumprindo o papel informativo do gênero textual. Os aspectos ideológicos permeiam a materialidade discursiva e se engajam no discurso elaboração a partir da metáfora conceptual.

Expressões metafóricas nas legendas das fotos

Observaremos a seguir as fotos e legendas dos presidenciais 2014 que integram a matéria da revista *Época* analisada, apontando os elementos contextuais e metafóricos que constituem esse recurso presente na matéria. Em linhas gerais, podemos ressaltar que os presidenciais Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva apresentavam posicionamento claro para a campanha 2014 e são topicalizados na legenda das fotos a partir de um aspecto salientado pela metáfora do carnaval, a partir dos itens lexicais *fantasia*, *samba* e *cordão*, respectivamente. Já o então possível candidato Eduardo Campos, que não havia assumido um posicionamento final até a publicação da matéria, foi topicalizado a partir de um aspecto político próprio, pelo item lexical *socialista*.

Observemos a seguir, separadamente, as expressões metafóricas engajadas para cada presidencial trazido na matéria.

Dilma Rousseff



IMAGEM 1 – Foto de Dilma Rousseff na matéria da *Época*

A FANTASIA DE DILMA ROUSSEFF

Quando entram em campanha eleitoral, presidentes mudam o figurino. Foi o que Dilma Rousseff fez quando vestiu um gibão de couro num evento no Piauí, em janeiro. Seu gesto lembrou Fernando Henrique quando ainda era ministro da Fazenda, em 1993 – ele esqueceu a liturgia do cargo e colocou um chapéu de vaqueiro numa excursão ao Nordeste.

Podemos verificar que a presidente Dilma Rousseff é caracterizada como alguém que assume uma postura diferente, um novo figurino, quando está em campanha. Embora a legenda da foto já indique que isso não é algo novo, visto que outro presidente haveria tomado a mesma atitude, ressalta-se que tão ação é vestir uma fantasia, o que denota mostrar uma imagem que não é sua, o que poderia colocar em discussão a autenticidade da ação da presidente bem como de suas práticas políticas. Esse aspecto do domínio fonte trazido na legenda pode apontar um direcionamento ideológico da revista em relação à presidente.

Eduardo Campos



IMAGEM 2 – Foto de Eduardo Campos na matéria da Época

O SOCIALISTA NO CARRO ABRE-ALAS

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (na foto, com a mulher, Renata, no Baile Municipal do Recife), é um adversário temido pelos petistas. Para evitar que ele se candidate, Lula cogitou tirar o PT da disputa pelo governo de São Paulo. A ideia era oferecer a vaga a um político do PMDB e dar a Campos a vaga de vice de Dilma em 2014. Segundo seus correligionários, Campos não deve topar – e só não se candidatará em 2014 se não conseguir tempo suficiente na TV.

Em relação ao presidenciável Eduardo Campos, não observa-se um direcionamento ideológico presente na legenda, visto que o próprio ator social ainda não

havia se posicionado concretamente sobre a corrida presidencial. Os aspectos metafóricos se materializam em duas instâncias: ao apresentá-lo como integrante do carro abre-alas, o que denota que há um destaque para esse ator social no cenário geral e na escolha da foto, na qual o ator social está num evento carnavalesco, projetando uma relação visual entre política, mesmo que implicitamente, e carnaval.

Aécio Neves



IMAGEM 3 – Foto de Aécio Neves na matéria da Época

O SAMBA DOS TRÊS TUCANOS

Aécio Neves é o escolhido por Fernando Henrique Cardoso para ser o candidato do PSDB em 2014. Desde janeiro, ele se reúne com políticos ligados a Fernando Henrique para forjar uma plataforma e um discurso. **Precisa, no entanto, vencer resistências da ala paulista do partido. Tem de convencer Serra e Alckmin de que pode comandar o PSDB a partir de maio, quando será eleita a nova direção. Se ninguém atravessar seu samba, Aécio assume a candidatura a partir daí.**

A projeção metafórica em relação ao presidenciável Aécio Neves se materializa numa dos elementos de maior destaque num desfile carnavalesco, a música/a bateria. Na legenda da foto, ressalta-se que o presidenciável precisa trabalhar para dar conta dos últimos ajustes para que consiga a execução do seu samba, sua candidatura, precisando contar com o apoio dos demais maestros do seu bloco, o PSDB.

Ao mesmo tempo em que esse discurso sugere um esforço do presidenciável em relação ao desfile/campanha, aponta um aspecto que não aparece nas demais

legendas: ele trabalha em conjunto com outros atores sociais, enquanto Dilma Rousseff e Eduardo Campos são apresentados isolados. Esse elemento aponta uma carga ideológica bastante marcada na constituição do discurso veiculado na matéria.

Marina Silva



IMAGEM 4 – Foto de Marina Silva na matéria da Época

O CORDÃO DE MARINA SILVA

Sua estratégia é engordar quanto for possível o bloco dos “marinistas”. A ideia é arregimentar políticos que simpatizam com a causa verde, como Sérgio Xavier, secretário do Meio Ambiente de Pernambuco. Seu sonho é conseguir a adesão do senador petista Eduardo Suplicy.

A presidenciável Marina Silva é caracterizada como aquela que estaria no final do desfile, sem muito destaque, que ainda precisa de apoio, de “simpatia” de outros atores sociais para integrar sua ala, seu cordão. Esses elementos apontam que, ideologicamente, ela não apresentaria grandes contribuições para o desfile como um todo, estando resumida a um cordão, uma ala sem grandes holofotes. Tal aspecto ganha robustez quando, posteriormente ao período da matéria, a presidenciável se coaduna à ala de Eduardo Campos, formando um só bloco para esse desfile carnavalesco, a campanha política de 2014.

Considerações Finais

A metáfora “funda-se na capacidade criadora” e “é um pensamento concreto e sem capacidade generalizadora” (MARCUSCHI, 2007b, p. 130). A projeção dos aspectos carnavalescos para conceituar as questões políticas por meio desta elaboração metafórica se apresenta como uma estratégia argumentativa e discursiva, além de ser uma forma particular de observar o mundo, a qual dá conta da experiência que se vive e realizável pela criatividade inerente ao ser humano para a prática da linguagem.

As expressões linguísticas metafóricas licenciadas dão conta de nomear e caracterizar os participantes, bem como nomear as ações realizadas por tais participantes e as consequências de seus atos para o cenário político.

Observando os aspectos salientados na projeção metafórica sobre campanha política sendo um carnaval no corpo da matéria, podemos lista-los numa sequência que corresponde, analogamente, à sequência dos elementos levados ao sambódromo quando uma escola de samba realiza seu desfile. Observemos a lista, a seguir, dos aspectos da matéria e a imagem 5, que é uma representação de um desfile:

- Fogos de abertura de um desfile de escolas de samba
- O desfile de candidatos à Presidência da República
- Fantasia, figurino
- Manobras de bastidores
- Colocar o bloco na rua
- O ousado passo de dança do veterano mestre-sala
- Cantar o mesmo enredo sem atrasar o sambar
- Ainda na ala verde, o bloco dos “marinistas”



IMAGEM 5 – Como funciona uma escola de samba (em Lego). Fonte⁵: Portal G1

Podemos verificar que há uma relativa compatibilidade entre os elementos de um desfile de escola de samba com a ordem dos elementos da matéria, o que nos possibilita apontar que a projeção metafórica da CAMPANHA POLÍTICA É CARNAVAL estaria orientando não só os elementos linguístico-cognitivos presentes no discurso como também a estrutura argumentativa da matéria, criando uma sequência lógica dos tópicos discutidos no corpo do texto, que sintetizamos na seguinte ordem: (1) Abertura do desfile: o pronunciamento de Dilma; (2) Carro abre-alas: a aparição do socialista Eduardo Campos; (3) Entrada do Mestre-sala: as ações internas de Lula; (4) Execução do Samba/Enredo (e/ou da bateria): o debate entre os tucanos Aécio, Alckmin e Serra; e (5) Entrada da ala das passistas: as modestas ações de Marina Silva.

Compreendemos, ainda, que o contexto sociocultural opera como um componente da elaboração de uma metáfora conceptual mais ampla POLÍTICA É CARNAVAL e, nesse sentido, orienta não só a leitura da matéria da revista como também a compreensão sobre o momento político brasileiro em questão.

5. Disponível em: <<http://g1.globo.com/carnaval-2013/como-funciona-uma-escola-de-samba/platb/>>.

Referências

- FALCONE, K. **(Des)legitimação**: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social. Recife: PPGL-UFPE, 2008. (Tese de Doutorado).
- LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- LUQUES, S. U. **Metáforas e argumentação**: uma análise crítica do discurso político. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.
- _____. **Fenômenos da linguagem**: reflexões semânticas e discursivas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.
- RESENDE, V; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, D. E. G. Metáforas sob a lupa da Análise de Discurso Crítica. In: SILVA, D. E. G. (org.). **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cênone, 2006, pp. 161-178.
- VAN DIJK, T. A. El discurso como interacción en la sociedad. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). **El discurso como interacción social**: Estudios sobre el discurso II – Una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001. v. 2, p. 19-66.
- _____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

COGNIÇÃO E AÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DÊITICO DE “NÓS”

VIVIANE FONTES (UFRJ)

A construção cognitiva do significado

Do ponto de vista da Linguística Cognitiva, não existe separação entre os planos do léxico, da morfologia e da sintaxe; todos cooperam num *continuum* para a construção do significado. De acordo com a proposta de Langacker (1987, 1991), a linguagem não é autônoma em relação aos outros sistemas cognitivos, e as estruturas gramaticais são inerentemente simbólicas, oferecendo a estruturação e a simbolização convencional do conteúdo conceptual e representando apenas uma parte de todo conteúdo que se efetiva a partir da perspectiva do falante. Sendo assim, as palavras apontam para além do que vem expresso na forma linguística, perfilando uma determinada região num determinado domínio. Ou seja, as palavras indicam o(s) aspecto(s) mais proeminente(s) em uma base conceptual mais ampla. Por exemplo, para se construir o significado de hipotenusa, é preciso ter a noção mais ampla do que seja um triângulo retângulo, perfilando-se o lado oposto ao ângulo reto.

A construção do significado subentende a construção de uma perspectiva, isto é, de uma maneira particular de perceber e conceptualizar o mundo. É o falante o espectador na própria cena comunicativa da qual participa, colocando-se numa posição estratégica em que o objetivo pragmático define o uso linguístico. Portanto, esse falante pode, sob a pretensão de atender aos seus anseios comunicativos, construir significados mais ou menos convencionais no momento da interação, tendo como parceiro o contexto.

Tem-se, portanto, que a construção do significado decorre do fenômeno da conceptualização que alinha o conteúdo conceptual ao ponto de vista do falante. Ou seja, ele configura uma experiência mental que possibilita a elaboração de estratégias cognitivas diferentes de construção do significado linguístico. Aliado a isso,

destacamos que a linguagem tem como função não somente representar as coisas no mundo, mas, principalmente, transformar esse mundo por meio de uma ação linguística.

Assim, postulamos que a construção do significado da forma “nós” parte, fundamentalmente, da noção de *construal* e envereda por operações cognitivas e estratégias pragmáticas distintas.

O processo de conceptualização da forma dêitica “nós”

A semântica associada às construções gramaticais reflete nossa habilidade cognitiva de conceber eventos de maneiras diferentes, isto é, nossa habilidade de projetar perspectivas diferentes a partir de uma mesma forma linguística.

O alinhamento figura e fundo explica como estruturamos a cena comunicativa e revela nossa capacidade de conceber o mundo sob perspectivas diferentes. Como a mente humana não permite que todos os componentes de uma interação permaneçam no foco de atenção, somos levados a promover um perfilamento daquilo que está em jogo na construção do significado. Assim, numa cena comunicativa, o falante conceptualiza o que vai ser figura e fundo pelo grau de proeminência das entidades envolvidas na situação.

Tendo em vista que a organização figura e fundo constitui uma característica fundamental do funcionamento linguístico, postula-se que a construção do significado para o dêitico “nós” está relacionada à conceptualização desse esquema imagético. Neste sentido, entram em ação operações cognitivas de *construal* que possibilitam diferentes estratégias de construção semânticas do grupo de pessoas referidas na cena comunicativa e franqueiam a seleção das formas linguísticas em uso.

Com relação à conceptualização das formas de primeira pessoa do plural, defendemos que o uso de “nós” coloca em proeminência as entidades apontadas pela sua função dêitica, possibilitando que os interlocutores sejam partes perfiladas individualmente no todo. Portanto, a conceptualização das entidades representadas por falante, ouvinte e/ou outros participantes constitui figura na cena comunicativa, a percepção dessas entidades é mais saliente. Segundo esse esquema imagético de parte/todo, a forma “nós” tem como base conceptual a referência dêitica de pri-

meria pessoa do plural, isto é, sua conceptualização envolve a indicação de falante, ouvinte(s) e/ou outros participantes referidos num evento comunicativo. De acordo com essa configuração, o uso do pronome “nós” torna mais especificada a identificação individual dos integrantes do grupo de pessoas referidas pelo dêitico, ou seja, o significado construído prototipicamente por esse uso destaca o falante e seu(s) interlocutor(es) como primeiro plano na interação. O foco de atenção recai sobre cada um dos participantes referidos.

Vejam os exemplos (1), no qual a conceptualização de “nós” encontra-se posicionada como figura na cena comunicativa.

(1) “Todos resíduos sólidos, todo lixo da cidade do Rio de Janeiro ia para o lixão de Gramacho, aquele aterro de Gramacho poluindo a Bahia de Guanabara, aquilo era uma vergonha, e teve promessa à vontade ao longo desses anos todos, dizendo que ia se ter um centro de tratamento de resíduos adequado. **NÓS** fizemos um centro de tratamento de resíduo mais moderno da América Latina, CTR de Seropédica funcionando com todos os parâmetros ambientais, respeitando a legislação (...)” (Eduardo Paes - REDE BANDEIRANTES 1º Turno/2012)

No exemplo (1), o falante (candidato E. P.) inicia seu discurso político justificando o fato de ainda não ter solucionado o problema relativo à reciclagem do lixo na cidade. No uso do dêitico “nós”, o candidato elucida suas ações recentes para amenizar o problema do acúmulo de lixo. Neste contexto, ele conceptualiza a cena como favorável à sua imagem política e, por isso, a indicação dêitica serve às suas estratégias discursivas de convencimento do público eleitor. Ele questiona a administração anterior e valoriza sua conquista: a criação do mais moderno centro de tratamento de resíduos da América Latina. A conceptualização das entidades dêíticas (falante e outros participantes que não necessariamente participam da situação comunicativa) revela uma percepção individualizada que atende aos propósitos comunicativos em jogo na interação. Com isso, o grau de proeminência conceptual recai sobre o falante e destaca sua atuação política como prefeito.

Neste exemplo, vemos como o discurso político pode se valer da conceptualização diferenciada de construções dêíticas para empreender técnicas de persua-

são. Sendo assim, propomos que o ponto de vista (estratégico) do falante (candidato) determina a conceptualização (*construal*) do uso da dêixis. As escolhas do falante organizam as referências dêiticas como figura (mais proeminente) ou fundo (menos proeminente) na cena comunicativa. Assim, postulamos que operações de *construal* direcionam o grau de proeminência das entidades dêiticas, em especial, o falante, condutor de todo o processo cognitivo.

O significado dêitico na estrutura semântica “nós”

Com relação à noção dêixis, Levinson (1983) defende que esse seja um importante mecanismo discursivo cuja função se efetiva diante de um contexto. Portanto, faz-se necessária a consulta às informações disponibilizadas pelo contexto a fim de se estabelecer a interpretação das expressões dêiticas.

Os estudos em Linguística Cognitiva que propõem uma nova concepção dos fenômenos pragmáticos são fundamentais para que se chegue a uma compreensão mais detalhada da função dêitica de certas formas linguísticas não convencionais, ampliando, assim, a visão tradicional sobre o fenômeno, que estabelece limitações categóricas na avaliação dos termos considerados dêiticos.

Marmaridou (2000), apoia-se na teoria dos protótipos de Rosch (1975) e no trabalho de Lakoff (1987) sobre semântica cognitiva com base na noção de MCI, para determinar que a categoria da dêixis deve acolher não só exemplos prototipicamente dêiticos, como também aqueles casos não tão óbvios, mas que carregam características peculiares do centro da categoria.

A autora propõe que a dêixis seja conceptualizada em termos de um *Modelo Cognitivo Idealizado* (MCI), estruturado com base na hipótese da espacialização da forma e responsável pelo estabelecimento do protótipo da categoria. Tal representação inclui o ato linguístico de apontar uma entidade no espaço. A menção a uma expressão dêitica constrói um espaço mental em que o emissor e o receptor estão co-representados como entidades no tempo e no espaço. A partir da noção de MCI, surge o esquema de *proximidade X distância* que permeia a organização dos usos dêiticos numa escala de prototipicidade, que vai do centro da categoria até as radialidades mais periféricas.

No estudo da expressão dêitica “a gente”, Fontes (2012) propõe que a concep-

tualização dessa forma proporciona a construção de diferentes matizes de significado, organizados numa categoria radial que inclui ocorrências prototípicas e não-prototípicas. O sentido mais prototípico da expressão “a gente” indica o falante e o(s) ouvinte(s) numa situação comunicativa, como na fila de um banco onde alguém pode dizer para os demais presentes: “*A gente já está aqui há duas horas.*”. Neste caso, o uso da expressão “a gente” aponta para a inclusão dos interlocutores presentes.

Entretanto, a referência não-prototípica pode (i) projetar indivíduos que não estão interagindo diretamente com o falante e o(s) ouvinte(s); (ii) permitir referência a um ou mais participantes virtuais na situação comunicativa; (iii) possibilitar inclusão hipotética de um dos participantes; (iv) apontar deiticamente para falante e outro(s) indivíduo(s) externo(s) à interação, excluindo o ouvinte.

Tendo em vista que os usos são organizados segundo os elementos referidos deiticamente no contexto, Fontes (2012) estabeleceu as seguintes estruturas semânticas para o uso da forma “a gente”:

- “FALANTE + OUVINTE(S)” - uso inclusivo.
- “FALANTE + OUVINTE(S) + OUTROS” - uso genérico.
- “FALANTE + OUVINTE(S) + OUTROS/**virtuais**”, sendo a virtualidade destinada a todos ou a algum(s) - uso virtual.
- “FALANTE + OUVINTE(S) + OUTROS/**hipotéticos**”, tendo como inclusão hipotética a referência a todos ou a algum(s) - uso pseudo-inclusivo.
- “FALANTE + OUTROS” - uso exclusivo.

Tendo como objetivo principal identificar a motivação conceitual para o uso dêitico da estrutura semântica “nós”, os dados foram analisados de acordo com os seguintes objetivos específicos: (i) identificar os diferentes sentidos que compõem a categoria dêitica formada pela forma linguística “nós”; (ii) detalhar os processos cognitivos e pragmáticos associados à construção do significado do dêitico “nós” com base na noção de *construal* e atos de fala.

O *corpus*, objeto de análise nesta pesquisa, enfatiza discursos políticos em debates eleitorais entre candidatos a cargos de gerência pública, como o de prefeito do município do Rio de Janeiro (2012) e o de presidente da República (2014). Esses debates foram colhidos na página da internet <https://www.youtube.com> e transcritos,

tendo em vista a busca pela estrutura linguística “nós” em função sintática de sujeito.

Dentro do constructo teórico proposto, a análise dos dados possibilita categorizar o dêitico “nós” na mesma escala de prototipicidade proposta para a expressão “a gente” (Fontes, 2012). Isso ocorre porque as formas “nós” e “a gente” envolvem uma mesma base conceptual, ou seja, compartilham a noção da dêixis de primeira pessoa do plural que indica prototipicamente, numa interação comunicativa, os participantes (o falante e ouvinte(s)) localizados num tempo e num espaço específicos. Assim, propõe-se que a conceptualização da forma dêitica “nós” também proporciona a construção de diferentes matizes de significado, organizados numa categoria radial que inclui ocorrências prototípicas e não prototípicas.

Alguns dos usos descritos anteriormente puderam ser identificados na análise dos discursos políticos-eleitorais. Nesta seção, serão exemplificados e discutidos os usos dêiticos mais produtivos da forma “nós” no *corpus* investigado. Inicialmente, destacamos o uso *inclusivo* no exemplo (2).

(2) “O governo brasileiro não está tendo a capacidade de cobrar mais de 400 bilhões na rua, de sonegadores, inclusive **NÓS** temos aqui uma candidata que anda muito com alguns desses sonegadores fiscais. Inclusive, auditoria fiscal neles, tem o Guilherme Leal que deve R\$ 603 bilhões de reais, o banco Itaú está devendo R\$ 18 bilhões.” (Levy Fidélis - SBT/FOLHA/UOL 1º Turno/2014)

No exemplo (2), a conceptualização pelo falante (candidato L. F.) da cena comunicativa direciona o seu discurso aos ouvintes representados pelo público eleitor (expectadores no auditório) e aos demais participantes presentes (adversários políticos, repórteres, parlamentares, assessores). O emprego da forma locativa “aqui” corrobora essa informação, uma vez que o falante explicita a situação comunicativa como um evento imediato do qual todas as entidades dêiticas referidas participam. Então, todos os participantes da cena comunicativa são envolvidos e chamados a tomar ciência da denúncia. Esse exemplo traz uma ocorrência prototípica, em que as indicações dêiticas correspondem ao falante e aos ouvintes que participam do evento de fala imediato. Neste sentido, o que se tem é um uso inclusivo de “nós” e

“a gente” que motiva a descrição semântica “FALANTE + OUVINTES” como resultado da construção do sentido dêitico.

Há casos, entretanto, em que o sentido dêitico da primeira pessoa do plural não se limita à indicação do falante e ouvinte(s), mas inclui também outros participantes. Trata-se de um uso *genérico* como ilustra o exemplo abaixo.

(3) “O governo do presidente Fernando Henrique pode não ter acertado em tudo e certamente não acertou, mas ele foi crucial, foi o último grande governo reformulador que **NÓS** tivemos nas últimas décadas no Brasil.”
(Aécio Neves - SBT/FOLHA/UOL 2º Turno/2014)

O processo de conceptualização revela um uso de “nós” genérico, neste exemplo (3), que aponta para o falante (candidato A. N.), os ouvintes (indivíduos presentes no auditório) e outras pessoas que tenham vivido o período de reformulação econômica no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A referência genérica direciona a indicação dêitica a um grupo amplo de pessoas (todo e qualquer brasileiro nascido até o ano de 2001). Neste contexto, o uso do dêitico “nós” inclui falante, ouvintes e outros indivíduos externos à cena comunicativa que compartilham da experiência citada no discurso. Como descrição semântica para esse uso, tem-se “FALANTE + OUVINTES + OUTROS”. O exemplo indica um afastamento do núcleo da categoria (uso inclusivo), já que o dêitico também inclui indivíduos fora do contexto imediato de fala. É, portanto, um caso de dêitico de primeira pessoa do plural menos prototípico.

Diferentemente dos usos inclusivos mencionados, verificou-se também um uso que se afasta mais radicalmente dos anteriores, em que o significado só pode ser construído a partir da exclusão do(s) ouvinte(s). Esse uso *exclusivo* configura mais um significado para a forma dêitica de “nós”. Vejamos:

(4) “Olha, eu aproveito essa referência positiva que o deputado faz de novo à educação para lembrar isso, né? **NÓS** tínhamos um déficit de quase 7 mil e 500 professores, quando **NÓS** entramos na prefeitura. Ao longo desse período, **NÓS** contratamos mais 16 mil professores, é por isso que essa rede municipal de ensino é uma rede que nos orgulha muito.” (Eduardo Paes – BANDEIRANTES 1º Turno/2012)

O uso de “nós” exclusivo no exemplo (4) mostra o falante (candidato E. P.) direcionando seu discurso para os ouvintes (plateia formada por cidadãos comuns, políticos e não políticos). A conceptualização da cena comunicativa envolve a representação conceptual do falante - como “prefeito” e “candidato” - e de sua equipe de governo. No contexto, não foi possível identificar, entre os participantes, a presença dos integrantes da administração do prefeito. Neste sentido, tem-se um uso que inclui o falante e outras pessoas que não necessariamente participam do evento de fala, mas exclui os ouvintes presentes no auditório. Assim, esse uso pode ser caracterizado como o menos prototípico de todos, já que exclui um dos participantes fundamentais na caracterização das formas dêiticas de primeira pessoa do plural em relação ao MCI padrão da dêixis (no caso, os ouvintes ou parte deles). Esse uso apresenta a descrição semântica “FALANTE + OUTROS”.

A investigação dos dados mostrou que o sentido dêitico exclusivo apresenta maior ocorrência em relação aos demais sentidos identificados. O que se tem é a descrição da forma “nós”, no discurso político-eleitoral, indicando usos dêiticos nos quais a conceptualização do falante (candidato) constrói pragmaticamente o significado exclusivo da expressão. Neste caso, o falante inclui, na maioria das vezes, seus companheiros políticos (como correligionários, secretários, assessores etc) a fim de legitimar suas propostas eleitorais. Vejamos o exemplo:

(5) “No caso do Bolsa Família, ainda faltam 4 milhões que estão no cadastro e não foram alcançados, e **NÓS** temos uma proposta que é de dar o décimo terceiro salário para aquelas pessoas que hoje recebem o Bolsa Família (...).” (Marina Silva - REDE GLOBO 1º Turno/2014)

Assim, a preferência pelo uso exclusivo no discurso político-eleitoral possibilita o falante expor, estrategicamente, seus valores e pretensões de forma explícita, incluindo, na referência dêitica, além de si, somente aqueles que o auxiliam na concretização de seus objetivos políticos.

Por outro lado, a ocorrência do uso genérico se revelou uma forte característica do discurso político-eleitoral, uma vez que favorece a adoção de estratégias de persuasão e sedução do falante (candidato) com vista à aproximação com seus interlocutores (público eleitor). Na sequência, temos um exemplo desse uso.

(6) “Candidato [A. N.], eu acredito que o senhor tem uma memória curta. O meu governo garantiu, neste período que **NÓS** estamos vivendo, uma inflação controlada dentro dos limites da meta.” (Dilma Rousseff. – REDE BANDEIRANTES 2º Turno/2014)

Neste exemplo (6), o falante (candidata D. R.) estabelece uma aproximação com os demais participantes, apresentando-se como uma cidadã que vivencia os mesmos fatos experienciados por seus interlocutores. A conceptualização do contexto comunicativo e dos objetivos discursivos em jogo mobilizou a referência genérica do dêitico “nós”.

Além do aparato teórico relacionado à dêixis, esta análise buscou também, na abordagem dos atos de fala, contribuições científicas para a descrição semântica da forma de primeira pessoa “nós”.

A contribuição dos Atos de Fala na conceptualização de “nós”

Primeiramente desenvolvida por Austin (1962) e aprofundada, posteriormente, por outros filósofos, dentre eles Searle (1969), a Teoria dos Atos de Fala postula que o uso da língua não pressupõe apenas uma aplicação de combinações sistemáticas, mas sim a seleção de estruturas linguísticas mediante intenções e condutas comunicativas ativadas na interação. A linguagem tem como função não somente representar o mundo, mas, principalmente, agir sobre ele, implicando mudanças. Diante disso, o falante assume a responsabilidade de agir sobre o mundo para fazer coisas (informar, defender, criticar, persuadir).

Para Searle (1969), numa interação social, o ato de fala ilocucionário indica como as proposições devem ser recebidas ou o que se espera como reação a elas. Com isso, a força ilocucionária de uma proposição está diretamente relacionada às condições das interações sociais estabelecidas entre os interlocutores (relação de autoridade, de cooperação).

Na perspectiva experiencialista de Marmaridou (2000), a força ilocucionária não depende apenas do falante, mas também do ouvinte e do contexto no qual está inserida, pois o significado é uma construção compartilhada socialmente. Para Marmaridou (2000), a análise dos atos de fala deve fazer referência ao seu cará-

ter experiencial que é uma imediata consequência da sua orientação interativa e social. Assim, considerando que enunciados são, em termos gerais, atos de fala, é necessário levar em conta, numa análise, informações a respeito dos interlocutores (falante e ouvinte), suas motivações, suas intenções e o cenário sociocultural que os envolve. Tem-se, então, que atos de fala são uma categoria com características específicas devido a sua dependência das circunstâncias pragmáticas do evento comunicativo. A autora propõe que os atos de fala sejam concebidos em termos de MCI (Lakoff, 1987) que reúne informações sobre a sua dupla natureza semântica: a fala e a ação. Neste sentido, atos de fala mais prototípicos são convencionais do ponto de vista sociocultural e linguístico. Um exemplo seria *“Eu prometo que acabarei com a corrupção.”*, no qual o verbo performativo contribui para a determinação da força ilocucionária juntamente com aspectos do contexto e da interação entre os interlocutores. Por outro lado, há atos de fala menos prototípicos que precisam se apoiar exclusivamente na interação para a especificação da força ilocucionária. É o caso da sentença *“Eu acabarei com a corrupção.”*, na qual a ausência de verbo performativo ancora a força ilocucionária do ato de fala no tempo e modo do verbo, além de recorrer aos elementos contextuais envolvidos na interação. A proposta de Marmaridou da noção de prototipicidade para a descrição dos atos de fala no uso real da língua norteará essa análise inicial do dêitico de primeira pessoa do plural “nós”.

Nos discursos analisados, os enunciados apresentaram força ilocucionária que revelou a conceptualização do falante da cena comunicativa, assim como sua intencionalidade em persuadir o ouvinte da validação de seus atos de fala e da necessidade de se comprometer com a realização futura de alguma ação.

Assim, foram identificadas as forças ilocucionárias assertiva e comissiva como ocorrências mais produtivas no uso do dêitico “nós”. Os atos de fala assertivos ocorreram em situações em que o contexto comunicativo revelava a defesa do posicionamento político do falante (candidato), deixando, por vezes, pressuposta uma crítica a posicionamento político adversário. Vejamos os exemplos a seguir.

(7) **“NÓS** investimos profundamente na criação de empregos, na valorização dos salários, na estabilidade macro econômica do país, diminuindo dívida, garantindo que o povo brasileiro tivesse novas oportunidades.”
(Dilma Rousseff – REDE BANDEIRANTES 2º Turno/2014)

(8) “(...) eu vou aproveitar esse tempo que me resta, quando o PSOL descobriu que tinha um miliciano lá - e não tinha como saber antes - **NÓS** expulsamos no mesmo dia. Diferente do PMDB, que teve um vereador preso, estou falando do senhor Jerominho, durante 1 ano sem ser expulso daquele partido.” (Marcelo Freixo - REDE TV 1º Turno/2012)

Já nos casos em que foram encontrados atos de fala comissivos, os elementos contextuais apontaram para uma proposta de ação futura. Ou seja, no ato de fala comissivo, o falante se compromete com a realização de uma ação projetada para um momento posterior ao da interação. O exemplo abaixo ilustra essa característica.

(9) “Vários programas são da sociedade brasileira e são pagos pelo dinheiro do trabalhador brasileiro. E **NÓS** vamos subsidiar, sim, programas sociais que têm alcance na vida real, na vida das pessoas.” (Aécio Neves – REDE GLOBO 2º Turno/ 2014)

Diante dos dados apresentados, cabe destacar a ocorrência mais frequente de enunciados assertivos em que o falante assume um compromisso com o que profere na tentativa de apresentar argumentos em favor de sua candidatura ou contrários a candidaturas adversárias, ou seja, fala-se sobre coisas que são ou foram. Já os enunciados comissivos nos quais o falante se compromete com a realização futura de alguma proposta também apresentaram ocorrência significativa; neste caso, fala-se sobre coisas que serão.

Considerações finais

O espaço conceptual em que as interações discursivas se desenrolam não é homogêneo, mas sim fragmentado em diferentes quadros comunicativos que se sobrepõem e revelam objetivos discursivos distintos. O discurso político permeia esses quadros, construindo e desconstruindo argumentações ao sabor das influências que exerce ou sofre.

Nesta análise preliminar, o uso dêitico de “nós” se mostrou uma forma linguística bastante produtiva em contextos nos quais a referência dêitica exclui o ouvinte, e

os atos de fala assertivo e comissivo revelam o comprometimento do falante com a validade do que diz (assertivo) ou com a realização daquilo que promete (comissivo).

Tendo em vista que a linguagem é uma representação simbólica da experiência física e social do falante e da intersubjetividade entre falante e ouvinte, o estudo da categoria da dêixis de pessoa, dos atos de fala e da noção de conceptualização são constructos teóricos importantes na investigação da motivação conceptual para o uso dêitico de “nós”. Portanto, dentro do contexto desse trabalho, podem-se vislumbrar análises futuras que visem a uma descrição semântica contrastiva em torno dos dêiticos “nós” e “a gente”.

Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer. Palavras e ações. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 1990 [1962]. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho .
- FONTES, V. F. M. *Dêixis e mesclagem: a expressão pronominalizada “a gente” como categoria radial*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Linguística, Faculdade de Letras. UFRJ, 2012.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, R. Introduction to Concept, Image and Symbol. In: GEERAERTS, D. (ed.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. pp. 29-52.
- _____. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.
- LEVINSON, S.C. A dêixis. In: *Pragmática*. Trad. Borges e Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007[1983].
- MARMARIDOU, S. On Deixis. In: *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2000.
- SEARLE, John R. Expressão e significado. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2002 [1969]. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo, Ana Luíza Marcondes Garcia.
- VERHAGEN, A. Construal and perspectivization. In: GEERAERTS, D; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 48-81, 2007.

O PAPEL DOS MECANISMOS COGNITIVOS NA CONSTRUÇÃO DE INFERÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA LEITURA DE CHARGES

EMANUELLE PEREIRA DE LIMA DINIZ (UFRN)

Considerações iniciais

Este trabalho é orientado pelas pesquisas desenvolvidas na Linguística Cognitiva (LC), a qual se propõe esclarecer os processos cognitivo-linguísticos da chamada *mente corporificada*. Para a LC, nos processos de compreensão e ordenação do mundo, existe uma relação constante entre linguagem, cognição e cultura, desconsiderando assim, a língua como um sistema autônomo capaz de “rotular” os objetos que nos rodeiam. Nesta perspectiva, *categorizar* as entidades que nos cercam sugere a ativação de um sistema cognitivo integrado, no qual estão associados aspectos de nossa experiência corpórea e de nossa linguagem.

Baseados nessa compreensão e, a partir da análise de leituras de charges sobre a Copa do Mundo 2014, buscamos corroborar o pressuposto de que a inferência consiste em uma atividade complexa que envolve experiências perceptuais. Esse objetivo desdobra-se: a) evidenciar a ativação dos esquemas de imagem e *frames* a partir das leituras de charges sobre a Copa do Mundo 2014, realizadas por alunos do ensino médio, da rede pública de Natal/RN; b) descrever como metonímias e metáforas podem ser associadas à inferência; c) analisar em que medida a focalização de diferentes elementos textuais (verbais e visuais) nas charges interfere nos processos construção de sentido.

Adotamos uma metodologia qualitativa baseada nos paradigmas da introspecção (Talmy, 2005), que buscam a compreensão dos fenômenos envolvidos na pesquisa a partir da observação e análise particular do pesquisador.

Utilizamos como objeto de análise leituras/compreensões de uma charge relacionada à Copa do Mundo 2014, apresentadas por alunos do Ensino Médio, da rede

pública de Natal/RN. Essa escolha foi motivada pelas diversas atividades realizadas em sala de aula com textos multimodais, especificamente as charges relacionadas à Copa.

A inferência e os mecanismos cognitivos da linguagem

Para nossa investigação, buscamos respostas nos pressupostos da Linguística Cognitiva. Em um capítulo elaborado acerca da Teoria Contemporânea da Metáfora, Lakoff (1993) aponta que existem diversos padrões de inferência relativos aos domínios conceptuais envolvidos numa projeção metafórica.

O autor cita como exemplo a metáfora conceptual O AMOR É UMA VIAGEM, evidenciando que esta se caracteriza como uma generalização inferencial, uma vez que podemos utilizar diversas construções relacionadas à viagem para falar sobre relações amorosas. No português brasileiro, temos diversas expressões relacionadas à conceptualização do Amor como Viagem, são elas: “Nossa relação está seguindo o caminho correto”, “Nosso casamento chegou ao fim”, “Devemos seguir caminhos diferentes”. A respeito do mapeamento entre domínios e a construção de inferências, Lakoff (1993, p. 209-210, tradução nossa) destaca:

[...] a existência do mapeamento fornece uma resposta geral a duas perguntas:

Por que as palavras ligadas à viagem são utilizadas para descrever relacionamentos? Por que os padrões de inferência que são usados para racionar a respeito de viagens também são usados para raciocinar sobre relacionamentos amorosos?

De modo correspondente, a partir da perspectiva linguística, a existência de tais emparelhamentos entre domínios de palavras e de padrões de inferência fornece evidência para a existência de tais mapeamentos.¹

1. **Do original:** [...] the existence of the mapping provides a general answer to two questions: Why are words for travel used to describe love relationships? Why are inference patterns used to reason about travel also used to reason about love relationships? Correspondingly, from the perspective of the linguistic analyst, the existence of such cross-domain pairings of words and of inference patterns provides evidence for the existence of such mappings.

O pesquisador investigou se existia um princípio geral guiando o modo pelo qual as expressões linguísticas do *frame* VIAGEM poderiam ser utilizadas para descrever o *frame* AMOR e também como estas poderiam gerar inferências quanto ao modo de pensar sobre relacionamentos. Ele conclui sua investigação argumentando que há um princípio único e geral, o qual não está ligado nem à gramática nem ao léxico, e sim a um sistema conceptual baseado em experiências corpóreas e socioculturais. Lakoff (1993, p. 206, tradução nossa) constata que:

[...] é um princípio geral que nem parte da gramática do inglês, nem do léxico Inglês. Pelo contrário, é parte do sistema conceitual subjacente do inglês. É um princípio para o entendimento do domínio do amor em termos do domínio de viagens. O princípio pode ser indicado informalmente como um cenário metafórico: Amantes são viajantes em uma viagem conjunta. Seus objetivos de vida em comum são as destinações a serem alcançadas. O relacionamento amoroso é o veículo. Ele permite que os viajantes alcancem seus objetivos comuns conjuntamente. O relacionamento é visto como a realização desses propósitos e permite que os viajantes progridam em direção aos objetivos comuns. A viagem não é fácil. Há impedimentos, e há encruzilhadas onde os viajantes precisam resolver juntos se querem continuar a mesma viagem.²

A partir do exposto, podemos considerar que o complexo de correlações ontológicas resultante do mapeamento metafórico de AMOR É UMA VIAGEM nos possibilita raciocinar a respeito do amor, tomando como base o conhecimento que temos acerca de viagens. Desse modo, [...] *É o mapeamento que torna possível a utilização da lingua-*

2. **Do original:** [...] it is a general principle that is neither part of the grammar of English, nor the English lexicon. Rather, it is part of the conceptual system underlying English: It is a principle for understanding the domain of love in terms of the domain of journeys. The principle can be stated informally as a metaphorical scenario: The lovers are travelers on a journey together, with their common life goals seen as destinations to be reached. The relationship is their vehicle, and it allows them to pursue those common goals together. The relationship is seen as fulfilling its purpose as long as it allows them to make progress toward their common goals. The journey isn't easy. There are impediments, and there are places (crossroads) where a decision has to be made about which direction to go in and whether to keep traveling together.

*gem e padrões de inferência pertencentes ao domínio fonte em conceitos do domínio alvo*³ (LAKOFF, 1993, p. 208, tradução nossa).

Lakoff (1993) ainda aponta que no processo inferencial é possível estabelecer uma relação entre categorias e esquemas de imagem. O autor argumenta que as categorias clássicas podem ser compreendidas, metaforicamente, em termos do esquema de imagem CONTÊINER. Para exemplificação, ele observa que se inserirmos X dentro do CONTÊINER A, e se este se encontrar dentro de outro CONTÊINER B, podemos dizer que X encontra-se no CONTÊINER B. Vale ressaltar que essa compreensão ocorre em virtude das propriedades topológicas do esquema CONTÊINER e não em virtude de uma dedução lógica.

Considerando o pressuposto das propriedades topológicas do esquema de imagem CONTÊINER, Lakoff (1993) ainda salienta que somos capazes de racionar acerca de conceitos que envolvem quantidade, considerando a metáfora ESCALA É PERCURSO. Assim, podemos dizer que essa metáfora se ancora nos atributos do esquema de imagem ORIGEM-PERCURSO-META, mais especificamente ao *percurso*, o qual pode ser relacionado ao processo de gradação de uma escala. Reafirmando tal postulado, Lakoff (1993, p. 216, tradução nossa) evidencia que: [...] *grande parte das inferências abstratas são versões metafóricas de inferências espaciais, inerentes às estruturas topológicas de esquemas imagéticos.*⁴

Baseados em Lakoff (1993), acreditamos que a inferência é uma construção cognitiva, a qual busca dar significado as entidades que estão no mundo. Inferir não é apenas adicionar informações a partir da leitura de um texto, inferir é fazer emergir um conhecimento baseado em experiências corpóreas e socioculturais.

Análise de dados

Expomos 3 (três) pequenos textos elaborados a partir da leitura da charge que tem como foco questões relacionadas à desapropriação de casas e à Copa

3. **Do original:** [...] The mapping is primary, in that it sanctions the use of source domain language and inference patterns for target domain concepts.

4. **Do original:** [...] great many abstract inferences are actually metaphorical versions of spatial inferences that are inherent in the topological structure of image schemas.

2014, vejamos a charge seguida das leituras⁵ apresentadas pelos alunos e suas respectivas análises.



Figura 1: Copa do Mundo 2014 e desapropriação de casas.

Fonte: <http://apublica.org/2012/02/e-rir-para-nao-chorar/> Acesso em: 15/05/2014.

ALUNO A

Esse cartum contem um enorme homem, e umas pequenas casinhas amuntua-
das. E o grande homem esta preste a chutar as pequenas casas para dentro da
trave como se fosse uma bola de futtbol.

O que o desenho retrata e o que acontece no momento no pais, uma grave
cituação dos brasileiros; o "grande homem" representa o poder, os políticos,
empresários, e os poderosos que tem grandes interesses financeiros.

aí o "grande homem" pretende chutar as pequenas casas na "trave da prefeitu-
ra", ai mostra os poderosos querendo desecartar as periferias, favelas e mora-
dores que residem em locais em que são de grande interesse da prefeitura para
obras da copa.

5. Vale salientar que este trabalho não fará julgamento a respeito da construção formal das produções textuais.

Com a realização da leitura da produção textual do ALUNO A2, fomos capazes de identificar a ativação de alguns esquemas de imagem (LAKOFF, 1987; JONHSON, 2007), os quais descrevemos a seguir.

Constatamos que o esquema de imagem CONTÊINER pode ser ativado por meio das pistas linguísticas: “*Esse cartum contem um enorme homem, e umas pequenas casinhas amuntadas. E o grande homem esta preste a chutar as pequenas casas para dentro da trave como se fosse uma bola de futtbol*”. Nesse caso, observamos que os elementos/papéis evidenciados foram o *interior* e *conteúdo* quando o estudante apresenta a charge como próprio recipiente que contém um *enorme homem* e *casinhas* (conteúdos) que serão lançadas para dentro da trave (interior de outro recipiente). Desse mesmo fragmento, verificamos a ativação do esquema ORIGEM-PERCURSO-META, sendo destacado o *percurso* do *trajetor* (o grande homem está prestes a chutar) e sua *meta* (a trave); o mesmo ocorre com o trecho “*grande homem*” *pretende chutar as pequenas casas na “trave da prefeitura*”.

Os esquemas PARTE-TODO, LIGAÇÃO e ESCALA também são ativados por meio das pistas linguísticas disponíveis no texto do aluno. Ao tratar a charge como CONTÊINER, o produtor do texto trata os componentes verbo-visuais como *partes* e estabelece um elo de *ligação* entre elas. O esquema ESCALA é ativado em diversos fragmentos textuais, no momento em que, ao observar a integração dos elementos verbais e visuais e por meio de suas experiências corpóreas, o aluno estabelece que há um *enorme homem, grande homem, pequenas casas*, que a situação é *grave*. CENTRO-PERIFERIA também é ativado quando o estudante observa que moradores residem em locais de interesse da prefeitura (*centro*) e que estes serão chutados para trave (*periferia*).

A ativação desses esquemas estrutura a construção de vários modelos proposicionais (LAKOFF, 1987). Considerando os itens citados (PARTE-TODO/LIGAÇÃO) pelo aluno como *trave, bola* e o verbo *chutar*, podemos ativar o *frame* de partida de futebol; o *frame* de política brasileira também pode ser construído por meio das pistas linguísticas *poder, políticos, empresários, poderosos, interesses financeiros, prefeitura*. Esses *frames* podem ser compreendidos pela padronização de ações e acontecimentos, assim sendo, temos a estruturação de *script* de uma partida de futebol, que basicamente é evidenciada pelo ato de chutar a bola (casas) no gol; e o *script*

de política brasileira, a qual se fundamenta, na resposta do aluno, pelo ato de ter “interesses financeiros”, “chutar” e “descartar” casinhas, pessoas pobres. Também podemos verificar a estruturação da categoria radial de política brasileira (políticos -poderosos-prefeitura-empresários), que por sua vez é estruturada, basicamente, pelos esquemas CENTRO-PERIFERIA e ESCALA e LIGAÇÃO.

Com relação ao modelo metonímico, temos as pistas textuais “o desenho retrata e o que acontece no momento no país, uma grave situação dos brasileiros”/ “ ‘grande homem’ representa o poder”/“locais em que são de grande interesse da prefeitura para obras da copa”. Grave situação dos brasileiros engloba diversos problemas relacionados à moradia e às obras da Copa 2014; o “grande homem”, o personagem representa a política brasileira; posteriormente, temos a instituição *prefeitura* pelas pessoas responsáveis. Sobre os modelos metafóricos, averiguamos GRANDE HOMEM É PODER, CASAS SÃO BOLAS DE FUTEBOL, PREFEITURA É ENTIDADE que descarta pessoas da periferia.

Com base na ativação dos MCIs e, principalmente, na estruturação e combinação dos *frames* de partida de futebol e política, o aluno conceptualizou o personagem da charge como político e não como jogador de futebol. Os elementos visuais e a disposição do personagem com relação ao restante do cenário nortearam a construção de sentido de que o *enorme homem* representa o poder. Se para o político e a prefeitura as casas da periferia são bolas, temos a inferência de que elas podem ser chutadas, manobradas de acordo com a estratégia da jogada em questão, estratégias políticas. Averiguamos também a inferência de que as pessoas da periferia podem ser descartadas, ou seja, excluídas da sociedade (CONTÊINER) devido aos interesses da prefeitura.

ALUNO B2

Trasmite na imagem justamente, o que os cidadão de cada cidade sede ira passar durante o período do jogo, niguém poderá se movimentar por perto de um determinado distância do estado, como se tivéssimos culpa pela falta de organização das coisas de mobilidade. Nas principais avenidas só pra ressaltar e como se eles nos chtasem para os canteiros da cidade e deixassem livre acessos para os turista e a imagem trata a isso de uma maneira bem direta mesmo como se nós pessoas pobres não se relacionassemis como homens.

Nos fragmentos textuais “*que os cidadão de cada cidade sede ira passar durante o período do jogo*”/ “*Nas principais avenidas só pra ressaltar e como se eles nos chtasem para os canteiros da cidade e deixassem livre acessos para os turista*”, cidade sede e nas avenidas e canteiros da cidade sugerem a ativação do esquema de imagem CONTÊINER. Considerando ainda esses excertos, temos a combinação entre CONTÊINER e o esquema ORIGEM-PERCURSO-META: o cidadão (*trajetor*) irá passar (*percurso*) durante o jogo (*recipiente*); nas principais avenidas (origem/CONTÊINER), eles (*trajetor*) nos chutam (*percurso*) para os canteiros da cidade (meta/CONTÊINER). Nesse último caso, o esquema CENTRO-PERIFERIA também é ativado, uma vez que pessoas são chutadas de avenidas principais (centro) para canteiros (periferia).

Cidadão, cidade-sede, jogo, estádio, turista, avenidas, mobilidade são entidades que estabelecem uma relação nos processos de organização do *frame* Copa, que por sua vez é estruturado, basicamente, pela ativação dos esquemas PARTE-TODO e LIGAÇÃO. No decorrer da produção textual, vemos que existem alguns obstáculos que podem prejudicar o andamento do *script* de Copa 2014, como problemas de mobilidade urbana.

Ao apontar elementos como *jogo* e *turista*, notamos que estes estabelecem uma relação com Copa e torcida, sendo assim considerados como processos metonímicos. Essa compreensão só é possível devido à leitura da charge e devido ao modo pelo qual o aluno conecta as partes de um todo, baseado em suas experiências de mundo. Quanto aos processos metafóricos, temos nos trechos “*Trasmite na imagem*” IMAGEM COMO TRANSMISSOR, objeto que transmite algo para alguém; “*o que os cidadão de cada cidade sede ira passar durante o período do jogo*” SITUAÇÃO DIFÍCIL É CAMINHO que as pessoas irão percorrer durante a Copa; “*chtasem para os canteiros da cidade e deixassem livre acessos para os turista*” CHUTAR É EXCLUIR.

A partir da estruturação do *frame* de Copa, o produtor do texto conceptualiza que a Copa no Brasil, por falta de mobilidade urbana, será um evento desorganizado e, conseqüentemente, gera a inferência de que os cidadãos brasileiros irão ser prejudicados. Além de conceptualizar o evento e sua desorganização por falta de uma mobilidade adequada, o aluno ainda conceptualiza turista como sendo o público-alvo da Copa (elemento que não é apontado na charge, mas é um elemento-chave para movimentação da economia brasileira). Por meio dos elementos visuais e, conseqüentemente, da estruturação do *frame* jogada de futebol, o aluno gera a

inferência de que os cidadãos brasileiros (se incluindo) estão sendo chutados, marginalizados porque não têm o mesmo valor, motivando a desigualdade social.

ALUNO C2

O significado desse cartum, é a força dos empresário e os políticos competentes do país. Veja que ele esta chutando as casas. Ele está pensando no dinheiro, que, passa ter com as construções das estradas e vias nas cidades tudo isso é o capitalismo e a esperteza da politicagem do nosso país.

O Brasil devia vê se em vez de um aumento os preço dos serviço dos estádio, e a infraestrutura, o aeroporto, esse dinheiro dava construir mais casas, postos de saúde, hospitais e muito mais e só comprova, o custo das obras aumentou mais de 200% desde o inicio das obras. Por isso toda cidade deve protestar.

A partir da leitura da produção textual do ALUNO C2, o esquema de imagem CONTÊINER pode ser ativado no momento em que o produtor do texto trata o país como recipiente, dando ênfase ao seu *conteúdo* “*força dos empresário e os políticos competentes do país*”/ “*o capitalismo e a esperteza da politicagem do nosso país.*”

Esses conteúdos (força dos empresários, políticos, dinheiro, capitalismo e esperteza) são partes que compõem o *frame* de política brasileira, que, nesse caso, está organizado pela ativação dos esquemas PARTE-TODO e LIGAÇÃO, pois existe uma associação entre as *entidades* desse *frame*.

A integração dos elementos visuais (personagem prestes a chutar casas) e verbais (Copa 2014/ Deixa que eu chuto!) dispostos na charge serviu de guia para que o estudante elaborasse os excertos “*Veja que ele esta chutando as casas. Ele está pensando no dinheiro, que, passa ter com as construções*”, os quais podem ser associados à combinação dos *frames e scripts* de jogada de futebol e de política.

Os esquemas PARTE-TODO e LIGAÇÃO também podem ser ativados quando o estudante aponta alguns serviços relacionados ao governo como *estádio, aeroporto, casas, postos de saúde e hospitais*, que por sua vez estruturam o *frame* prioridades do governo brasileiro. Considerando a nossa experiência de que objetos e fenômenos podem apresentar graus de tipicidade, o aluno observa que os custos com as obras realizadas durante a Copa de Mundo 2014 foram ampliados a ponto de com os va-

lores gastos haver a possibilidade de realizar a construção de hospitais, postos de saúde etc. Portanto, ao explicitar essa mudança de custos por meio do fragmento *“o custo das obras aumentou mais de 200% desde o início das obras.”*, temos a ativação dos esquema ESCALA.

Considerando os excertos: *“tudo isso é o capitalismo e a esperteza da politicagem do nosso país.”/ “O Brasil devia vê”/ “Por isso toda cidade deve protestar.”*, temos, respectivamente, os processos metonímicos politicagem do país pelos responsáveis, Brasil pelos governantes e cidade pelos habitantes. A respeito dos processos metafóricos, constatamos POLÍTICA É ENTIDADE esperta e VER É RECONHECER.

Analisamos, com a leitura do texto do aluno, que este conceptualiza a charge como o poder e a esperteza da política no Brasil. Ao relacionar os *frames* de política brasileira e de jogada de futebol, o produtor do texto constrói a inferência de que se “ele”, possível político, está chutando as casas como uma bola de futebol, também está pensando no dinheiro que irá desviar com as obras realizadas para o evento mundial. Outra conceptualização que podemos constatar é a de Copa 2014 como um evento de alto custo, pois a porcentagem dos gastos só aumentou e, assim, o texto gera a inferência de que o país não reconhece suas necessidades. Se o Brasil reconhecesse suas verdadeiras prioridades, o dinheiro gasto com o evento poderia construir casas, postos de saúde e hospitais para a população.

Considerações finais

Com as leituras das três produções textuais elaboradas a partir da leitura da charge que classificamos como Copa 2014 e desapropriação de casas, averiguamos a ativação de esquemas de imagem CONTÊINER, PARTE-TODO, LIGAÇÃO, ORIGEM-PERCURSO-META, CENTRO-PERIFERIA e ESCALA. Com base na disposição das imagens de casas que apresenta o texto “CENTRO”, da trave com a expressão “PERIFERIA” e do personagem com a fala “Deixa que eu chuto!” e que se apresenta desproporcional em relação ao demais elementos que compõem a charge, os alunos A2 e C2, por meio dos fragmentos textuais, deram destaque à ativação do esquema ESCALA. O primeiro dá ênfase aos tamanhos dos componentes visuais do texto como *enorme homem, casinhas, grande homem, pequenas casas*, já o último aponta para a gradação dos custos relacionados à Copa.

Com a estruturação dos *frames* de política e de partida de futebol, os alunos A2 e C2, conceptualizaram o cenário da política brasileira. O ALUNO A2 conceptualiza o personagem como político, empresário poderoso, já o ALUNO C2 conceptualiza a própria cena da charge como sendo a política brasileira. Em contrapartida, o ALUNO B2 se utiliza do pronome “eles” para se referir ao personagem que está prestes a chutar as casas, o que pressupõe a diversidade de pessoas que têm interesse na desapropriação de casas para dar destaque ao evento.

Os alunos A2 e B2 também tratam de questões relacionadas à desigualdade social. O primeiro aponta para a inferência de que pessoas pobres que moram na periferia são descartadas, manobradas como a bola de futebol, dependendo da estratégia do jogo político. Já o segundo, ao conceptualizar a Copa como sendo um evento direcionado a turistas e, conseqüentemente, as pessoas pobres (se incluindo no cenário) como aquelas que não trazem lucro para o governo, constrói a inferência de que os interessados na Copa desejam que estas sejam retiradas de cena para dar espaço aos que movimentam a economia do país, os turistas, estruturando a exclusão social.

Ancorados na estruturação do *frame* Copa do Mundo, o ALUNO B2 conceptualiza a Copa no Brasil como sendo um evento conturbado devido à falta de estrutura da mobilidade urbana, construindo a inferência de que o povo brasileiro irá sofrer por não poder se locomover adequadamente pelas vias da sua cidade. Já o ALUNO C2 conceptualiza o evento mundial de futebol como sendo de alto custo, construindo a inferência de que o país não se preocupa com suas verdadeiras necessidades, que seriam a construção de casas, hospitais e postos de saúde.

Referências

- JOHNSON, M. The Corporeal Roots of Symbolic Meaning. In: *The Meaning of the Body: Aesthetics of human understanding*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2007.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.
- _____, G. The contemporary theory of metaphor. In: Andrew Ortony. *Metaphor and thought*. 2nd ed. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 202-251.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books, 1999.
- TALMY, L. Prefácio a GONZALEZ-MARQUEZ, Mónica; MITTELBERG, Irene; COULSON, Seana; SPIVEY, Michael (eds.). *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

OS ESQUEMAS IMAGÉTICOS SUBJACENTES ÀS CONCEPTUALIZAÇÕES DE *TRABALHO*: UMA LEITURA A PARTIR DA SEMÂNTICA COGNITIVA

ELIANE SANTOS LEITE DA SILVA¹ (UFBA)

Considerações Iniciais

O interesse pelas formas de compreensão e apreensão dos significados pelo homem é, a princípio, um ponto de acordo entre as ciências semânticas; no que tange às perspectivas contemporâneas – que remontam à década de 80, do século XX – o interesse repousa não apenas nos significados em si mesmos, mas em como as diversas formas de interação do homem em seu contexto sócio-histórico-cultural, relacionadas à sua constituição corporal são determinantes para seu modo de pensar, e, conseqüentemente, de conceptualizar as coisas do mundo.

Partindo desses pressupostos, a fim de propor uma reflexão sobre os fenômenos de conceptualização do *trabalho*, no léxico jornalístico contemporâneo, o presente estudo debruçou-se sobre ocorrências do jornal brasileiro *Folha de São Paulo*, mais especificamente a edição do dia 01 de janeiro de 2015.

A fim de captarmos as formas de conceptualização identificadas nos textos consultados, ancoramo-nos, principalmente, nos contributos dos semanticistas Lakoff e Johnson (2002 [1980]). De acordo com esses últimos, é válida uma proposta investigativa que perceba o homem como um ser bio-psico-social-espiritual complexo, que, por suas interações experienciais, é protagonista nos processos de leitura do mundo, independentemente do período em que se situe.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC - UFBA); Professora do IFBAIANO.

A conceptualização² metafórica em Semântica Cognitiva³

Os estudos linguísticos tradicionais abordam a metáfora como um recurso retórico, de uso circunscrito ao contexto literário (a chamada “linguagem figurada”), que possibilitava a geração de um significado novo a partir de outro já conhecido, semelhantemente ao que ocorre em comparações diretas. Nessa perspectiva, a metáfora era analisada enquanto uma figura de linguagem ou uma estratégia para ornamentar a expressão linguística, recurso este que se sobrepunha ao sentido considerado “literal” do texto.

As discussões contemporâneas sobre a metáfora, no entanto, a partir de uma perspectiva cognitivista, têm privilegiado as operações de projeção entre domínios do conhecimento, no estabelecimento dos significados, o que se constitui em uma nova abordagem da metáfora como um fenômeno de conceptualização, especialmente a partir do ano de 1980, quando os pesquisadores George Lakoff e Mark Johnson publicam a obra *Metaphors We Live By*⁴, na qual sistematizaram a denominada *Teoria da Metáfora Conceptual* (doravante TMC), ao discutirem como os significados são conceptualizados.

Nessa nova perspectiva que então inauguram [ou seja, a TMC], os autores postulam que as formas de conceptualização se dão, basicamente, através de metáforas e metonímias. Essas, não mais entendidas como um aparato ou recurso literário usado, ocasionalmente, pelo falante, mas como fundamento da sua própria construção cognitiva. Lakoff e Johnson (2002 [1980]) defendem, ainda, que o sistema conceptual dos seres humanos funciona inconscientemente, de modo que, através da linguagem, tem-se uma via para vislumbrar as complexidades atinentes à conceptualização do mundo. Justificam o interesse em investigar as

2. A opção pela escrita seguindo a variante do Português Europeu (“conceptualização”, ao invés de “conceitualização”) é uso corrente nos escritos em Semântica Cognitiva no Brasil, e decidimos segui-la. O mesmo vale para suas palavras derivadas.

3. Parte do texto que compõe o presente subtópico constitui um dos capítulos da nossa Tese de Doutorado, em desenvolvimento.

4. Traduzida, em 2002, para o português, sob o título *Metáforas da vida cotidiana*.

expressões linguísticas, para que se estabeleça contato com as diversas formas de compreensão construídas no sistema conceptual do falante. Os autores discorrem, ao longo da obra *Metáforas da vida cotidiana*, a respeito das metáforas conceptuais que identificaram como fundamentais na elaboração linguística, ao fornecerem exemplos da língua inglesa cotidiana, que julgaram ser estendidas para outras culturas ocidentais⁵.

Assim, a obra de 1980 pôde, em muitos aspectos, ser compreendida como uma primeira provocação para que os semanticistas da época repensassem sua forma de conceber a metáfora e a metonímia, ao divulgarem uma nova perspectiva empírica, com novas motivações teórico-metodológicas, que configuraram a denominada Semântica Cognitiva. Com essa proposta, as reflexões de Lakoff e Johnson (2002[1980]) ultrapassam o plano linguístico, ao destacarem que as conceptualizações são motivadas culturalmente e que a metáfora emerge inconscientemente na geração do próprio conhecimento humano e na sua forma de expressão linguística cotidiana, em uma perspectiva experientialista, ou seja, a partir da projeção das experiências corporais do homem na (e com a) natureza e da forma como interage em comunidade.

Lakoff (1987) defende que a experiência e a imaginação humanas andam juntas no processo de significação do mundo; por isso, não julga interessante analisar “componentes” da razão isoladamente, mas propõe-se que se deve considerá-la como um todo⁶, inaugurando uma abordagem filosófica distinta nos estudos semânticos, denominada *realismo experientialista* ou *experientialismo*, segundo a

5. A opção dos autores por investigarem apenas exemplos da língua inglesa, não provenientes de um corpus documentado (usaram, o que em Linguística, denomina-se “corpus inventado”, com exemplos da linguagem cotidiana, porém, sem um rigor metodológico devido à coleta em *corpora* documentais) gerou muitas controvérsias entre os pares, o que tem sido positivo para a evolução da TMC. Os próprios autores já têm proposto outras perspectivas a seu respeito, que, pelas nossas limitações textuais, não nos cabe apresentar aqui. Optamos por utilizar, preferencialmente, o referencial inicial da obra de 1980, no presente trabalho.

6. Tal proposta contraria o pressuposto gerativista, segundo o qual a linguagem se constitui em um módulo independente na estrutura cognitiva. Na perspectiva anterior, geralmente, as formas de categorização relacionam as coisas a entidades abstratas, em que as categorias são entendidas como “contêineres” dentro dos quais as “coisas” do mundo estão ou não, a depender das propriedades comuns, compartilhadas por todos os membros, sendo mais intuitiva, por não se fundamentar em dados empíricos.

qual, razão e corpo estão imbricados nos processos de categorização e conceitualização, não se constituindo em duas instâncias isoladas. Assim, o experiencialismo preocupa-se em como as pessoas conceptualizam o mundo, entendendo a mente e a razão como muito mais do que um espelho, uma máquina ou um processador de símbolos, de modo que a categorização humana constitui-se como um fenômeno inconsciente, portanto, involuntário, de fundamental importância para a própria sobrevivência humana em suas relações sociais.

Nesse sentido, considera-se como uma das significativas contribuições das investigações de Lakoff e Johnson (2002[1980]) e Lakoff (1987) o fato de defenderem que o estudo da metáfora não deve constituir-se como um fim em si mesmo, mas é um meio para chegar às questões de ordem epistemológica e filosófica que influenciam na compreensão da própria experiência humana. Sob essa nova abordagem, o foco do interesse passa pelos processamentos cognitivos conceptualizadores e também categorizadores, o que permite ao analista compreender níveis distintos da experiência humana, seja por suas interações sociais, ou por suas experiências com o próprio corpo e o ambiente, e, conseqüentemente, com sua realidade.

Surge, então, um questionamento: se as metáforas conceptuais são constructos mentais, como é possível ao analista ter acesso às mesmas? Em resposta a esse aspecto teórico (que recai sobre os procedimentos metodológicos) considera-se que a forma de identificação das metáforas sugerida por Lakoff e Johnson (2002[1980]) parte da análise das expressões metafóricas, pelo fato de estas apontarem linguisticamente para as metáforas conceptuais subjacentes no inconsciente do falante, ao produzir seus textos. Nesse sentido, entendemos que a metáfora não se constitui por uma expressão linguística específica, pois se a metáfora fosse uma questão somente de linguagem, e não também de pensamento e cognição, cada expressão linguística geraria uma expressão metafórica específica, mas o que ocorre é que uma mesma metáfora pode ser expressa por várias (e na maioria das vezes muito distintas) expressões metafóricas. É nesse sentido que, em uma análise das conceptualizações metafóricas, em uma perspectiva semântico-cognitivista, se julga conveniente uma abordagem dos dados que parta de uma perspectiva interdisciplinar, além de se considerar os chamados “conhecimentos

enciclopédicos”, ou seja, os conhecimentos somados pelos falantes da língua, a respeito de determinados fenômenos ou conceitos⁷.

Assim, a fim de se elucidarem as formas de conceptualização do *trabalho* no material escolhido para este estudo, fez-se necessário abordar não somente o texto em si, ou as ocorrências linguísticas isoladamente, mas também, pontuar questões sobre a forma de pensar do homem medieval em seu contexto. Isto porque as opções do escrevente, refletidas nas expressões metafóricas utilizadas nos textos, constituem-se em pistas para compreender suas formas de conceptualização, e não são, conforme defendem Lakoff e Johnson (2002 [1980], 1999) e Lakoff (1987), um fim em si mesmas, sendo, portanto, vias para a compreensão de fenômenos cognitivos mais complexos.

7. Em outras perspectivas de análise linguística, os conhecimentos enciclopédicos eram preteridos, em relação ao chamado “conhecimento linguístico”, que seria a informação “contida” na estrutura da língua, através do recorte específico feito para delimitar a análise.

Os esquemas imagéticos como estruturadores do conhecimento

Lakoff (1987) apresenta os *esquemas imagéticos* como estruturadores da maioria dos conceitos circulantes sócio-culturalmente, a partir de noções de espacialidade e orientação que contribuem para a construção dos significados e da realidade, em uma perspectiva experiencialista, a partir da interação do homem com seu meio ambiente e seu corpo. As noções de DENTRO-FORA, ALTO-BAIXO, ATRAÇÃO-REPULSÃO são exemplos de como tais noções subjazem aos processos de conceptualização, através da corporificação. Gibbs e Colston (2012 [1995], p.47) defendem que tais esquemas

emergem no decorrer de atividades sensório-motoras como manipular objetos, se orientar no espaço e tempo e direcionar o foco perceptivo para vários fins [...]. Os esquemas de imagem cobrem uma ampla gama de estruturas práticas predominantes na experiência, além de possuírem estrutura interna e poderem ser elaborados metaforicamente para ajudar em nossa compreensão de domínios mais abstratos.

Outros estudiosos têm se debruçado sobre a análise dos diversos tipos dos esquemas imagéticos e suas manifestações nos processos de conceptualização, sem se preocuparem em oferecer um conceito fechado a este respeito; a exemplo de Feltes (2007), que relaciona os seguintes tipos: CONTÊINER, PARTE-TODO, LIGAÇÃO, CENTRO-PERIFERIA, ORIGEM-PERCURSO-META, PARA CIMA-PARA BAIXO; Gibbs e Colston (2012 [1995], p.47), ao apontarem que “estudos em LC sugerem que mais de duas dúzias de esquemas de imagem diferentes e várias de suas transformações surgem regularmente no pensamento, no raciocínio e na imaginação humana diariamente”; ou ainda Peña Cervel (2012), que, ao incluir distintos tipos de esquemas, parte de outras classificações, pelos chamados “padrões experienciais” de conceptualização, elencando, assim, algumas características dos esquemas imagéticos que motivaram sua proposta taxonômica. Resumem-se as referidas características a seguir, ao propor que os esquemas, de um modo geral, são:

preconceptuais- proporcionam experiências anteriores à aquisição da linguagem, a exemplo do esquema do CONTÊINER, em que a criança, mesmo antes de falar, experiência o tirar e colocar objetos em interiores, por vezes, imaginários.

não-proposicionais e *corpóreos*- correspondem a padrões de significação que independem de construções linguísticas, como a noção de VERTICALIDADE, aplicada ao formato da maioria das construções nas grandes cidades.

estruturados- apresentam uma lógica interna que lhes atribui significação coerente, não sendo, portanto, estruturas caóticas ou incoerentes. Assim, no esquema DE LIGAÇÃO, por exemplo, é possível haver a identificação de cada elemento constitutivo, e, em consequência, realizar o levantamento dos mapeamentos deles advindos.

dinâmicos- não são padrões estáticos que estão disponíveis na mente humana, mas estão sujeitos a reelaborações por parte do falante, durante sua atividade cognitiva.

culturais- apesar de todos os seres humanos compartilharem das mesmas características corporais, e, a maioria dos esquemas proporcionarem características experienciais semelhantes (alto-positivo; baixo-negativo etc.), a perspectivação que cada cultura oferece a determinados aspectos das noções experienciais será diferenciada, por distintos aspectos, assim, como exemplo, a noção FRENTE-TRÁS aplicada à noção de tempo, em determinadas culturas, é distinta: enquanto a cultura ocidental geralmente conceptualiza o tempo como movente (*A semana passou rápido*), em culturas orientais, como se percebe em construções da língua hebraica, que perspectiva o ser humano indo ao encontro do tempo (*Chegarei ao fim dos meus dias*).

superposicionais- geralmente, os esquemas se sobrepõem, complementando as possibilidades de conceptualização. Assim, nas análises que serão socializadas nesta investigação, em diversas ocorrências, há a identificação de mais de um esquema imagético, como o CONTÊINER, CENTRO-PERIFERIA e FORÇA, por exemplo, para conceptualizar o movimento de entrada-saída no/do mercado de trabalho.

Ainda recorrendo ao levantamento proposto por Peña Cervel (2012), também, baseada em Johnson (1987), elencamos o que a autora considera como os principais tipos de esquemas de imagem. Assim, têm-se os seguintes: EQUILÍBRIO, COMPULSÃO, BLOQUEIO, CONTRA-FORÇA, ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS, POSSIBILITAÇÃO, ATRAÇÃO, INCONTÁVEL-CONTÁVEL, CICLO, PERTO-LONGE, ESCALA, FUSÃO, CHEIO-VAZIO, SUPERPOSIÇÃO, CONTATO, PROCESSO, SUPERFÍCIE, OBJETO, COLEÇÃO.

Assim, são várias as possibilidades de compreender e de classificar os esquemas de imagens⁸; especialmente, por seu caráter dinâmico, anteriormente, já apontado, será até mesmo desnecessário tentar elencar todos os possíveis esquemas até então já acionados, em operações de conceptualização, sem que estejam associados ao respectivo contexto de ocorrência, o que proporcionaria uma análise mais completa.

8. Peña Cervel (2012, p.86ss), por exemplo, apresenta sua proposta taxonômica dos esquemas imagéticos, segundo a qual, há três esquemas básicos para a estruturação dos demais, a saber, REGIÃO DELIMITADA, CAMINHO e PARTE-TODO, que formariam o padrão para uma ordenação e projeção dos demais esquemas.

Conceptualizações do trabalho: construções metafóricas e imago-esquemáticas

A fim de alcançarmos os objetivos do presente estudo, a pesquisa assumiu um caráter qualitativo, descritivo-interpretativo e documental. Após o levantamento das ocorrências, procedemos à análise, a fim de identificarmos os domínios da experiência e dos esquemas de imagens utilizados, além das formas de construções metafóricas e metonímicas adotadas.

Em seguida, houve o levantamento das particularidades das ocorrências, de modo a discutir o comportamento dos processos cognitivos observados. As expressões metafóricas relacionadas à conceptualização de *trabalho* que compõem a amostra foram coletadas na edição do dia 01/01/2015, do jornal *Folha de São Paulo*. No presente texto, as ocorrências selecionadas para a análise foram em número de quatro, e foram as seguintes:

(1) Não é fácil *trabalhar comigo* [...]. Contrataria meus três filhos se eles não estivessem bem empregados (p.A2- editorial- “O padrinho prisioneiro”).

(2) *É com trabalho*, não com discurso, *que se desmonta* a propaganda deles [PT] (p. A9- reportagem --“Alckmin usará novo mandato como vitrine para tenta disputar Planalto”).

(3) [...] no máximo 50 mil vagas em 2015, o que corresponde a um terço dos *empregos gerados* no setor em 2013. (p. A12 - reportagem -“Inflação, ajuste e PIB fraco devem afetar mercado de trabalho em 2015”).

(4) Genericamente, defende que um mundo preocupado com energia renovável, transporte público [...] *criaria mais empregos* e melhoraria a vida da maioria (p.C3- ensaio- “Ativista defende revolução verde para salvar o mundo”).

O texto “O padrinho prisioneiro” trata de comportamentos políticos do então Ministro dos Transportes escolhido pela Presidente Dilma, Antônio Carlos Rodrigues - o “Carlinhos”- que, segundo o autor do texto, conseguiu o cargo por influência de Valdemar Costa Neto, acusado de envolvimento no escândalo nacional do Mensalão. O texto destaca o caráter problemático da relação entre o político e os demais membros do partido (Partido dos Trabalhadores- PT), ao apresentar um comentário do referido político, a respeito da sua situação no contexto de disputas e ameaças partidárias, em que se percebe um tom de ataque, provavelmente, objetivando inibir os adversários políticos que possam denunciar ou embargar suas práticas nepotistas, que podem ser deduzidas, também, pelo seguinte trecho da ocorrência (1): “Contrataria meus três filhos se eles não estivessem bem empregados”. Devido à forma como chegou ao poder, depreende-se que necessitou de reafirmação política, ainda que tivesse sido pela intimidação.

Na ocorrência (1), identificou-se a metáfora estrutural TRABALHO É RELAÇÃO CONFLITUOSA (KÖVECSES, 2010), que evoca o esquema imagético de FORÇAS, advindo de uma situação de enfrentamento. Os mapeamentos percebidos nessa projeção do domínio fonte *conflito* para o domínio alvo *trabalho* sugerem uma leitura em que o ministro, por não se relacionar bem com seus adversários políticos, os vê como sendo *ameaças ao nepotismo*. A ocorrência oferece uma conceptualização indireta do trabalho, em que “trabalhar” corresponde a uma ameaça para os adversários políticos, de modo que se chega ao ponto de elaborar uma estratégia persuasiva, para que o outro construa uma imagem do adversário político como sendo superior; assim, percebe-se a evocação da referida metáfora.

De acordo com Morin (2011), as disputas caracterizam os ambientes de trabalho em vários sentidos, não apenas em setores onde a produtividade precisa ser constantemente mensurada, como nas fábricas, mas envolve uma questão da própria natureza humana competitiva. Assim, a percepção do conflito, em (1), estaria relacionada a uma prospecção de uma convivência dificultosa (portanto, *trabalhosa*) com o ministro, de modo que o confronto se estabelece ao, de certa forma, antecipar que quem estiver disposto a conviver com ele, provavelmente, enfrentará dificuldades, trabalhos, gerando experiências desagradáveis e problemáticas.

No âmbito do discurso político, é recorrente a associação entre estratégias linguísticas e bélicas (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), de forma que o trabalho,

na ocorrência (2), pode ser conceptualizado como um instrumento poderoso o suficiente para desmontar, ou seja, desestruturar, desarticular uma estratégia de ataque, nesse caso, a propaganda dos oponentes políticos, mais uma vez, em uma referência direta às disputas no âmbito do trabalho, conforme discutidas por Morin (2011).

Assim, podemos identificar a metáfora TRABALHO É INSTRUMENTO DE ATAQUE. Até chegar à compreensão da mesma, na ocorrência, recorreu-se a um movimento retroativo para se perceber o processo que lhe trouxe à tona: inicialmente, é provável que tenha havido uma elaboração de argumentos pela oposição, através da veiculação de propagandas.

Nesse sentido, percebemos que a metáfora primária ARGUMENTOS SÃO CONSTRUÇÕES (GRADY, 1999; JOHNSON, 1987) remete, por implicação, à construção metafórica DESTRUIR UMA ESTRATÉGIA É DESTRUIR UMA CONSTRUÇÃO, especialmente, pelo uso do verbo *desmontar*, que, comumente, refere-se ao domínio das construções, e foi acionado no domínio das ideias e estratégias. É possível que o autor tenha oposto os sentidos de *discurso* e de *trabalho*, como duas estratégias de ataque às *propagandas* da oposição.

Assim, há uma dupla perspectiva, para as formas de ataque: enquanto contraposta a “discurso”, aponta-se para uma conceptualização de *trabalho* como uma estratégia efetiva, e, além disso, como uma forma de ultrapassar o plano da palavra. Outro acarretamento percebido é que a eficácia do *trabalho*, como estratégia para derrotar o adversário, explica-se pelo fato de seus resultados poderem ser “vistos” pela população. Percebe-se, nesse sentido, como a referida metáfora desdobra-se em outras construções. Optando por *trabalho* como a estratégia que, certamente, terá um resultado efetivo, percebeu-se uma conceptualização do trabalho como o meio para alcançar um fim e, ao mesmo tempo, a estratégia que vencerá (e finalizará) a disputa, ou seja, o texto evoca o caráter experientialista do significado (LAKOFF, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 1999; JOHNSON, 1987), ao conceptualizar a situação discursiva como um embate, através dos esquemas imagéticos de FORÇAS (existem dois oponentes disputando algo), do CONDUTO (existe um alvo a ser alcançado, através de um determinado caminho) e do CONTATO e LIGAÇÃO (é *com trabalho*: que alude ao meio para alcançar o fim).

Assim, entende-se que DESMONTAR UM ARGUMENTO É DESMONTAR UMA ESTRUTURA, a partir da expressão metafórica “se *desmonta* a propaganda deles”. Para este fim, portanto, as armas serão ora discurso, ora trabalho, de modo que DISCURSO É ESTRATÉGIA INEFICAZ DE ATAQUE, ao passo em que TRABALHO É ESTRATÉGIA EFICAZ DE ATAQUE.

Em (3), notamos que, na expressão metafórica “*empregos gerados*”, há uma remissão somente ao processo, sem especificar, nesse caso, os partícipes do ato de gerar, mas focando no resultado do processo gerador. Assim, aponta-se para a construção metafórica TRABALHO É GERAÇÃO, sendo esta uma metáfora mais geral, visto que englobaria diversos outros acarretamentos. Compreendemos que esta corresponderia ao início do processo de criação, estando a ele subordinado: após a geração, seguem-se diversos aspectos que envolvem o processo de criar: assumir, cuidar etc.

Percebemos, ainda, que, na ocorrência (3), se lança mão das metáforas orientacionais MAIS É MELHOR, MENOS É MENOR (LAKOFF; JOHNSON 2002[1980]; KÖVECSES, 2010), ao estabelecer um comparativo entre o nível de crescimento da economia de anos anteriores com o presente; assim, se para 2015 houve uma previsão de crescimento correspondente a um terço daquele de 2013, o resultado recai negativamente no ano de 2015.

Em (4), a associação ao MCI da criação foi viabilizada pela escolha verbal feita na expressão metafórica “*criaria mais empregos*”. A ocorrência distingue “um mundo preocupado com energia renovável, transporte público” como o responsável por esta criação, o que remete a perceber a metáfora ontológica TRABALHO É FRUTO. Outra conceptualização possível, a saber, retoma a construção metafórica TRABALHO É MEIO (a partir do esquema imagético do CONDUTO), a ela subordinando-se, ao especificar o fim almejado, sendo, portanto, que TRABALHO É MEIO DE ASCENÇÃO SOCIAL, apontando para a metáfora orientacional MELHOR É PARA CIMA: “criaria mais empregos e melhoraria a vida da maioria”.

A conjunção aditiva destacada situa os empregos criados como o meio para elevar o nível de vida das pessoas, visto que, por inferência, melhores salários aumentarão o status social; assim, percebe-se a metáfora orientacional MAIS É MELHOR (KÖVECSES, 2010).

Considerações finais

A análise realizada no corpus aqui selecionado apontou para a conceptualização de *trabalho*, proeminentemente, através de modelos cognitivos idealizados dos tipos metafóricos e imago-esquemáticos.

Assim, além de considerarmos as expressões linguísticas para realizar os movimentos interpretativos de cada ocorrência, foi necessário recorrermos ao contexto geral da escrita em que se situavam os trechos analisados, como cultural e historicamente situados, que envolveram os conhecimentos enciclopédicos a respeito da realidade contemporânea do Brasil, especialmente, no que tange aos cenários da economia e da política, a fim de identificarmos os esquemas imagéticos subjacentes as construções observadas.

Nas ocorrências (1) e (2), tendo o domínio alvo *trabalho*, a partir das projeções dos seguintes domínios fontes: *conflito*, *armas*, *estratégias*, e *construções*, juntamente com os esquemas imagéticos especificados em cada ocorrência, identificamos também construções de cunho metafórico. As ocorrências (3) e (4) apontaram, em linhas gerais, para processos criativos que, tendo como domínio fonte *relações de família*, em seus vários aspectos, como *geração*, *nascimento*, *relações diversas entre pai/mãe – filho(s)*, *adoção*, *criação*, além de processos de criação de outros seres vivos, e tendo como domínio alvo, não apenas *trabalho*, mas também *trabalhadores* e *local de trabalho*, acionaram construções que, lançando mão de esquemas imagéticos, ofereceram-nos um vislumbre do caráter experiencialista das construções conceituais, e corroboram a ideia de que os mesmos funcionam simultaneamente, e, na maioria dos casos, através de modelos em grupo.

Nesse sentido, os aspectos então apontados reforçaram nossa hipótese de que o caráter dinâmico da língua, mediante a atuação do falante ao mesclar elementos aparentemente díspares na construção dos sentidos, pode ser expresso linguisticamente, abarcando também aspectos conceituais e experienciais da sua realidade.

Referências

- FELTES, H. P. de M. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- GIBBS, R. W.; COLSTON, H. L. A realidade psicológico-cognitiva dos esquemas de imagem e suas transformações. In: SIQUEIRA, Maity; OLIVEIRA, Ana Flávia Souto de (Orgs.). *Cadernos de Tradução – Linguística Cognitiva*. Tradução: Larissa Brangel; Dalby Dienstbach. Porto Alegre, n. 31, jul-dez, 2012, p. 7-46. [obs- traduzido com a autorização dos autores, a partir do texto em inglês: GIBBS, R. W; COLSTON, H. L. The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations. In: *Cognitive Linguistics*, Vol 6 (4), 1995, p.347-378.
- GRADY, J. A typology of motivation for conceptual metaphor: correlation vs. resemblance. In: STEEN, G.; GIBBS, R. (Eds.). *Metaphor in cognitive linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1999.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2010.
- JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980. Tradução brasileira: *Metáforas da vida cotidiana*. ZANOTTO, M. S. (coord. de tradução- Grupo GEIM). São Paulo: EDUC/ Mercado de Letras, 2002.
- MORIN, E. *La vía para el futuro de la humanidad*. Trad. Núria Petit Fontseré. Barcelona: Paidós, 2011.
- PEÑA CERVEL, M. S. Los esquemas de imagen. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Dirs.) *Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012. p.69-96.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO POR FALANTES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

IVONE BRAGA ALBINO¹ (UFRN)

Introdução

A perspectiva da Linguística Cognitiva (LC), firmada na ideia de que a linguagem é uma manifestação dinâmica da cognição e que os sistemas linguísticos não são considerados de forma autônoma (DUQUE; COSTA, 2011), nos impulsiona a investigar por que a linguagem não está dissociada de processos criadores. Assim, fornece pressupostos teóricos necessários para que possamos tratar dos processos gerais do pensamento elaborados pelos indivíduos dotados das faculdades neurocognitivas e linguísticas, quando criam seus significados e os adaptam a contextos diferentes de interação com outros seres humanos. Para que, então, usamos a linguagem? Compreendemos o mundo e construímos sentidos por meio da linguagem? Mais precisamente, a LC nos oferece subsídios teóricos que explicam a construção do sentido defendendo que as categorias linguísticas são organizadas e estruturadas por meio de princípios que também regem outros sistemas cognitivos. A LC atenta, pois, para a explicação da construção do sentido por meio das relações mútuas entre linguagem corporalidade e cognição.

Todavia, como as pessoas que interagem com o mundo por meio de experiências visuais constroem sentidos? A princípio, partimos desta indagação para desenvolver uma pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada: Processos de construção do sentido por surdos falantes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), envolvendo cinco (5) estudantes surdos, fluentes na Libras, do curso Letras/Libras

1. Licenciada em Pedagogia (UFRN); especialista em Psicopedagogia (UFRN); mestre em Educação (UFRN); doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (UFRN). E-mail: braga@ufrnet.br.

da UFRN (grupo experimental) e cinco (5) tradutores/intérpretes de língua de sinais (grupo de controle), que também desenvolviam suas atividades no âmbito dessa instituição, com o objetivo de investigar os processos cognitivos acionados durante a construção do sentido, em conformidade com algumas categorias de análise, tais como: espaços mentais, *frames*, esquemas imagéticos e construções metafóricas, advogadas pela Teoria Neural da Linguagem (TNL). Para este artigo, portanto, apresentaremos resultados preliminares de discussões a respeito de *frames* (FILLMORE, 1982), a partir da narrativa de 1 (um) aluno surdo, falante de Libras, pertencente ao grupo experimental da pesquisa mais ampla.

As principais motivações para a referida pesquisa foram vivências com amigos, estudantes e professores do curso Letras/Libras/UFRN e da Associação de Surdos de Natal (ASNAT), e, posteriormente, nas efetivas experiências como tutora da disciplina Libras e como professora pesquisadora externa na área da educação de surdos, ambas na Educação a Distância (EaD-UFRN). Além disso, a condição da pesquisadora de ser genitora de uma pessoa com surdez impulsionou ainda mais a necessidade de se entender melhor questões relativas à educação de surdos. Diante dessas interações, lançamos um olhar sobre Libras sob os preceitos da LC, tornando-se um momento instigante para compreender sua essência e, sem dúvida, a importância da linguagem que os seus falantes utilizam na produção de sentido. Percebemos, pois, que, em relação à questão linguística dos falantes de Libras poucos estudos enfatizam a cognição da pessoa surda e detalhes de como se dá a construção de sentidos a partir de indexadores linguísticos (sinais) são pouco conhecidos. Parte daí as nossas inquietações e a necessidade de buscar uma teoria que dê conta de outra visão da língua de sinais brasileira (que não seja vista de forma autônoma e sintatocêntrica). Frente a isso, admitimos que os sinais utilizados pelos falantes surdos são processados neurocognitivamente, no entanto, detalhes desse processamento precisam ser mais conhecidos por meio da linguagem. Nas palavras de Feldman (2006), “as ciências cognitivas gradativamente vêm revelando muito sobre como nossos cérebros produzem a linguagem e o pensamento” (*apud* DUQUE; COSTA, 2011, p. 90). As expectativas que a pesquisa propõe, portanto, dialoga com o ponto de vista biológico, defendido por Rodrigues (1993), quando, ao fazer uma reflexão sobre a língua de sinais e sua aquisição por crianças surdas, apresenta as seguintes considerações: a Libras é organizada no cérebro da mesma forma que as

línguas orais; ela é natural e seu aprendizado tem período ideal para a aquisição da linguagem.

A seguir, apresentaremos algumas seções referentes à caracterização da Libras, aos *frames*, à metodologia empregada para a efetiva coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa, algumas discussões dos resultados encontrados e a análise destes resultados com base na LC e na TNL.

Língua de Sinais- LS e Língua Brasileira de Sinais- Libras

A LS está desenhada no emaranhado dos Estudos Surdos, como sendo um fator de desenvolvimento global da pessoa surda, sobretudo, linguístico. Sem dúvida, o modo visuoespacial de apreender e construir conceitos configura a língua utilizada pela comunidade surda, conseqüentemente a Cultura Surda. As LS, de acordo com Diniz (2011),

[...] não desapareceram, escapando das barreiras sociais e linguísticas, e hoje são consideradas como línguas humanas e naturais. Mais fortalecidas, apesar das conseqüências durante a evolução da língua de sinais nas comunidades surdas dos países, como as pesquisas linguísticas tardias, a carência de dicionários e o preconceito linguístico, entre outros fatores (p. 29). [...] admitimos, portanto, que a Libras é uma língua falada no Brasil, além de outras línguas de sinais do mundo, e já tem respaldo oficial na legislação vigente. Sabemos que ao surdo ela permite planejar e regular sua ação e por ela é possível fazer a leitura do mundo [...] (p. 30).

Além disso, as descrições em torno de línguas visuais permitem verificar o valor fundamental da linguagem na própria vida, pois esta permite compartilhar experiências emocionais e intelectuais. Além de exercer o pensamento, refletir, criar, recriar, o ser humano pode utilizá-la de acordo com a modalidade de percepção e produção. Sendo assim, a LS é uma língua natural tão humana quanto as demais e não se limita a um código restrito de sinais, nem de gestos. Representa, pois, a expressividade do sujeito surdo. Em razão disso e da importância da complexidade cultural que envolve LS, como língua de instrução para os surdos, seus falantes

vêm participando de movimentos que tratam a surdez, não como uma deficiência auditiva, no sentido estritamente biológico (SÁ, 2010, p. 65), mas como condição de pessoas que pertencem a um determinado contexto cultural, linguístico e identitário, e que se encontram distantes de um enquadramento de deficiência tratada clinicamente. Sacks (2010) nos fala que a LS é extraordinariamente expressiva e bela para quem a utiliza (SACKS, 2010). Este autor, além disso, afirma que “na comunicação uns com os outros e como um modo de atingir com facilidade e rapidez a mente dos surdos, nem a natureza nem a arte lhes concedeu um substituto à altura” (2010, p. 2). Diante disso, a LS representa uma língua estruturada e a oportunidade de o sujeito surdo ter acesso à aquisição da linguagem e de conhecimento de mundo e de si mesmo.

É por meio de uma língua que lhe seja acessível visualmente que a criança surda estabelece interação com os outros por meio da linguagem e a constituição de sua subjetividade. É nas interações estabelecidas com os outros e pela criança que ela ampliará suas relações com o mundo, desenvolverá suas funções mentais superiores e, constituir-se-à sujeito da linguagem (LODI; LUCIANO, 2014, p. 34). A LS pode ser entendida, portanto, como extensão da cognição que poderá oferecer um suporte para os seus falantes darem conta de conteúdos e categorias. Na argumentação de Jacob e Shaw “recorremos às unidades da língua construindo, assim, uma ordem física e social para o mundo” (1998 *apud* DUQUE; COSTA, 2011, p.89). Pelo exposto, é imprescindível que ressaltemos a estruturação da língua visuoespacial da Libras na prática social da pessoa surda, pois reflete a capacidade cognitiva própria dos usuários falantes dessa língua, de forma que os domínios cognitivo-culturais, resultantes de estruturas de conhecimento organizadas, decorrem das interrelações entre a constituição biológica e as experiências no mundo, isto é, organiza-se como estrutura conceptual significativa, formada por conceitos que governam o pensamento sob o arcabouço de nossos movimentos corporais no espaço, nossas manipulações de objetos e nossas interações psicológicas, físicas e sociais (LAKOFF; JOHNSON, 2002). Para Lakoff; Johnson (2002), “na maioria dos pequenos atos da nossa vida cotidiana, pensamos e agimos mais ou menos automaticamente, seguindo certas linhas de conduta que não se deixam apreender facilmente. Um dos meios de descobri-las é considerar a linguagem” (p.46). Logo, observaram que o nosso sistema conceptual não é algo de que normalmente temos consciência. Essas

investigações até então indicam que conhecer o funcionamento da mente humana e da estruturação da língua pela qual os surdos se comunicam permite viabilizar a comunicação humana, pois, os seres humanos, geralmente, nascem com os mecanismos da linguagem, desenvolvendo-os normalmente. É por meio da linguagem que a criança pode aprender sobre o mundo, beneficiando-se da experiência, numa relação interpessoal ao permitir a comunicação social, e vai além da mera observação direta e imitação de seu entorno. Capovilla, (2008) afirma que há também na linguagem a função intrapessoal ao permitir “o pensamento, a formação e o reconhecimento de conceitos, a deliberada resolução de problemas, a atuação refletida e a aprendizagem consciente” (p. 1480).

No Brasil, a língua oficial dos sujeitos surdos é a Libras, esta língua, como qualquer outra LS, manifesta a cultura dos sujeitos surdos, aquele que “por ter perda auditiva compreende o mundo por meio de experiências visuais manifestando sua cultura principalmente pela Libras (BRASIL, 2005). Vemos, pois, que a perda auditiva não está no centro da pessoa surda, pois a língua utilizada, na modalidade visuo-espacial é muito mais relevante, visto que esse sujeito interage com o mundo por meio de experiências visuais manifestando sua cultura principalmente pela Libras. Para Capovilla (2011), a ocorrência de perda auditiva profunda (surdez) faz com que a pessoa surda pertença a uma comunidade sinalizadora e que a oportunidade de acesso ocorra durante o desenvolvimento da linguagem. Para este autor, “crianças surdas se comunicam em Libras, pensam em Libras, sonham em Libras, porque tem na Libras a sua língua materna” (2011, p. 94)”. Nesse sentido, ao longo do tempo, os estudos sobre as línguas visuoespaciais vêm apresentando evidências de que os aspectos linguísticos das línguas de sinais podem ser analisados no nível semântico, como o estudo sobre metáforas na língua de sinais americana (WILCOX, 2000), além de outros níveis.

Interessa-nos ressaltar que os surdos não negam que têm ausência de audição, mas, os ouvintes negam quando não reconhecem que, na condição de surdez, é preciso uma língua que tenha traços da visualidade, que tenha caráter visual para o sujeito que a utiliza- ou a utilizaria se a ele for concedido o seu direito. Na contemporaneidade, nós vimos traços culturais emergindo ao redor do mundo. Surdos que nunca se encontraram, mas que apresentam traços culturais semelhantes, em decorrência de compartilharem essa característica cultural: a surdez. O fato de com-

partilharem a experiência visual faz com que utilizem outras experiências culturais e sociais como a língua de sinais (língua sinalizada, com as mãos, típica de qualquer comunidade surda), literatura surda, vida em comunidades e esportiva, criação de associações de surdos, militância surda, a tecnologia facilitando a distância geográfica (a exemplo, o youtube), dentre outros artefatos que disseminam as características das pessoas surdas (STROBEL, 2008). Vimos, pois, que desconsiderar uma língua visuoespacial é não respeitar o universo linguístico de quem a utiliza, sobretudo, desconsiderar o papel da linguagem coexistindo com a identidade cultural surda.

Frames

O ser humano aprende a dar sentido às coisas interagindo o tempo todo com ambiente, interpretando-o num processo contínuo e construindo imagens perceptivas a partir de uma complexa engenharia neural de percepção, memória e raciocínio. Nesse sentido, culturalmente todas as percepções isoladas juntam traços constituindo informações novas e estas necessitam ser integradas para a real significação das coisas que rodeiam as pessoas e as mantêm em relação com o mundo. A esse processo de junção de percepções isoladas e de informações novas formando um todo denominamos de *frame*. Cumpre ressaltar que ao *frame* cabe o papel de buscar quais dos traços são mais relevantes em uma determinada situação, ou dentro de um discurso, formando outro *frame*. *Frames*, portanto, “são mecanismos cognitivos, através dos quais organizamos pensamentos, ideias, e visões de mundo” (DUQUE, 2015, p.26).

De acordo com Leffa (1996), o conhecimento novo não chega à mente pelos sentidos, agregando-se apenas por outros conhecimentos já existentes, mas, é antes o conhecimento antigo que, interage com o meio e evolui para um conhecimento novo. Podemos observar, então, que o conhecimento armazenado na memória está disposto num conjunto de representações mentais, e cada uma, “desempenha todo o conhecimento genérico que adquirimos através de nossas experiências passadas com objetos, situações, sequências de ações, conceitos, e assim por diante” (DUQUE e COSTA, 2012, p.77).

Uma vez que as experiências perceptuais e motoras são ordenadas e reordenadas geram os esquemas que reproduzem o conhecimento existente acerca do

mundo. O fato de os esquemas especificarem experiências sensório-motoras, estes dispositivos com os quais construímos ou constituímos a ordem, faz existir um conjunto de elementos e uma estrutura, essa última, contém as propriedades e as relações que os elementos mantêm entre si, construindo os *frames*. No entanto, percebemos que esquemas isolados não são capazes de fornecer os únicos elementos para construir sentidos. O que faz a gente construir sentidos é a junção desses esquemas de determinadas maneiras formando categorias através da linguagem. Vimos, pois, que a função básica da linguagem é categorizar e o mundo só faz sentido se criarmos categorias nesse mundo e vivermos em função dessas categorias. Isto faz sentido quando entendemos os *frames* como uma rede de esquemas que forma uma categoria conceptual permitindo ao ser humano viver no mundo atribuindo-lhe sentidos.

Metodologia

Para a referida pesquisa em andamento, devidamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFRN) e aprovada (CAAE 37534114.0.0000.5537) foi construído um *corpus* a partir da aplicação de testes que pretendiam investigar as categorias analíticas retiradas da TNL. Na investigação sobre o acionamento de *frames* (FILLMORE, 1985, DUQUE; COSTA, 2012), foram apresentados pequenos textos em vídeos (LOIZOS, 2015) de curta duração e, após a exibição destes, os informantes da pesquisa sinalizaram a situação apresentada. O aporte metodológico constituiu-se em um estudo empírico, de natureza qualitativa (FLICK, 2009, TURATO, 2011), e, nesta investigação quase-experimental (MONTERO; LEON, 2007) os testes foram gravados em situação natural. Simultaneamente aos momentos de pesquisa, houve o levantamento bibliográfico sobre a temática em questão (LAKOFF; JOHNSON, 1999, 2002, FILMORE, 1982, SACKS, 2010, DUQUE; COSTA, 2015).

Voluntariamente os participantes da pesquisa autorizaram a participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, junto com as autorizações de gravação de voz e uso de imagens-fotos e vídeos. Os testes foram aplicados em dias alternados e individualmente, contando com a participação do tradutor- intérprete de Libras, que sinalizava os comandos.

Após o momento de coleta de dados, os vídeos foram transcritos, utilizando-se o sistema de notação em palavras para a transcrição de textos sinalizados (FERREIRA, 2010). No processo de transcrição contamos com o tradutor/intérprete de Libras, tendo em vista que, mesmo registradas em vídeo, as informações em Libras não poderiam ser perdidas como o movimento, a mudança na direção do olhar, da expressão facial, corporal etc. Os resultados da coleta de dados do grupo experimental foram analisados e comparados com os resultados obtidos no grupo de controle, subsidiados pelo aporte teórico da LC e da TNL. O presente recorte traz, pois, uma amostra da aplicação de um vídeo com um aluno falante de Libras, do grupo experimental, e consequente descrição e resultados.

Descrição e análise de dados

Nesta seção tratamos das relações lexicais envolvidas na narrativa do participante da pesquisa que configura *frames*, mais especificamente *frames* conceptuais e descritores de eventos. Para tanto, as amostras serão reproduzidas reforçando que o teste aplicado foi direcionado pelo seguinte questionamento: como se dá o acionamento de *frames* por falantes de Libras? Partimos do pressuposto de que a construção do sentido dos falantes de Libras exige que indexadores linguísticos, no caso, os sinais, acionem estruturas cognitivas conhecidas como *frames* e *x-esquemas* (LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 1999; FELDMAN, 2006, DUQUE, 2015).

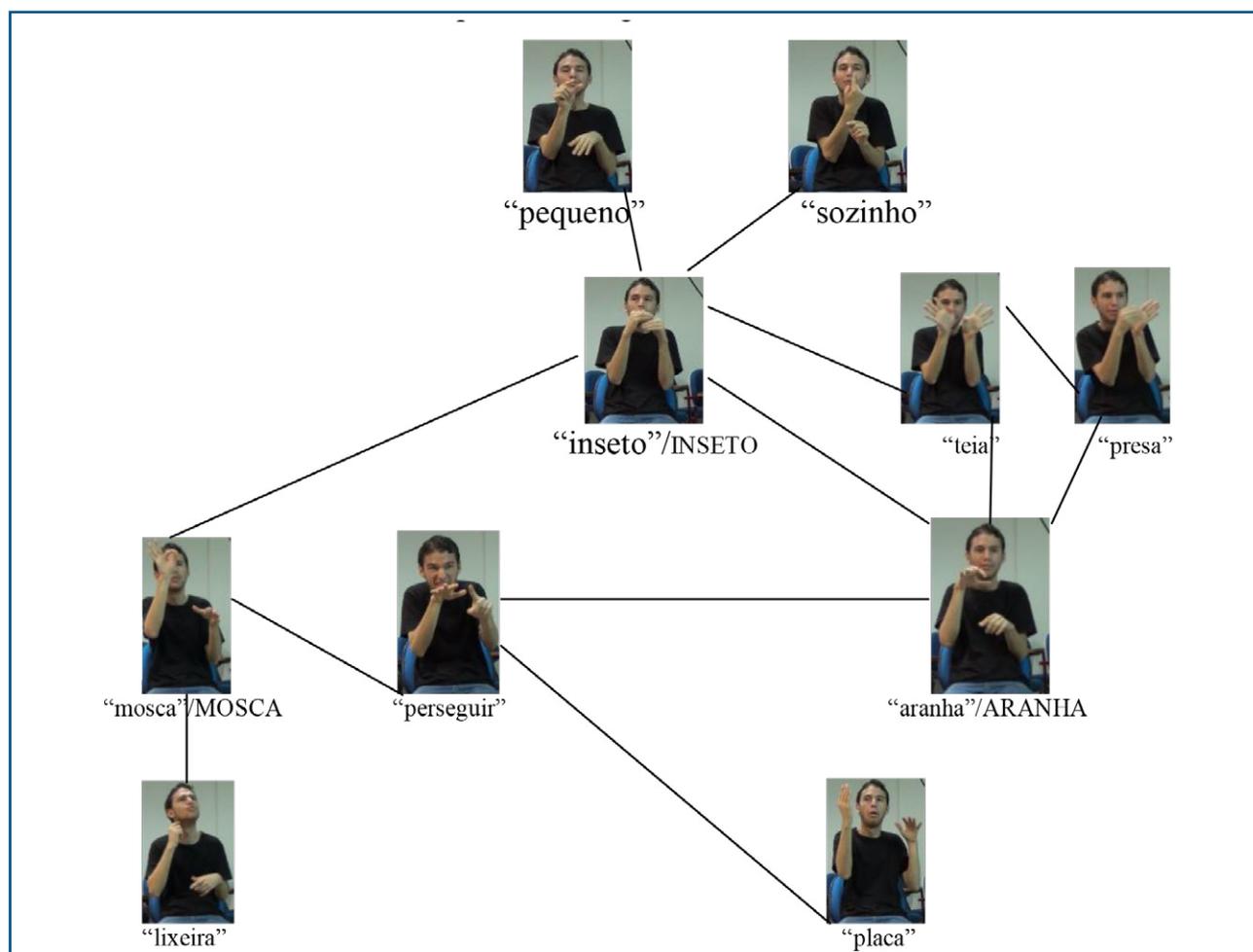
O material utilizado para o teste foi um vídeo de curta duração (extraído de um *site* de animação- <https://archive.org/details/Minuscule>) que narra aventuras vividas por insetos, em cenários do ambiente rural da França. O teste e o campo semântico serão descritos, e, para a análise, trataremos sobre os *frames* conceptuais, em seguida sobre os *frames* descritores de eventos e, por fim, a integração entre estados e ações na constituição dos eventos da narrativa. Abaixo, a transcrição² do texto construído pelo falante de Libras:

2. Os sinais em Libras são representados por itens lexicais da Língua Portuguesa em letras maiúsculas (FERREIRA, 2010), porém, nesse trabalho, optamos por letras maiúsculas quando tratarmos sobre conceitos ou domínios conceptuais.

“parecer pequeno sozinho aranha ver organizar teia quer colar presa esperar comer inseto voar furar teia depois voar ter lixo ter mosca pequena várias ver inseto chamar de novo ver aranha furar teia quebrar bater placa cair inseto sozinho de novo lixo moscas ver dois perseguir embora de novo aranha organizar de novo fazer ver quebrar de novo perseguir rua embora”.

Frames conceptuais

Na transcrição apresentada, verificamos que o falante constrói o *frame* INSETO recorrendo a indexadores (sinais e classificadores) que estrutura o campo semântico conforme rede semântica apontada a seguir:



Rede semântica INSETO

Na rede semântica acima, verificamos a relação direta entre os elementos que compõe o *frame*, a saber: a aranha está vinculada a teia, as moscas à lixeira, o inseto é pequeno e sozinho etc.

A seguir veremos como esse *frame* conceptual se articula na narrativa com os *frames* descritores de eventos.

Frames descritores de eventos na narrativa

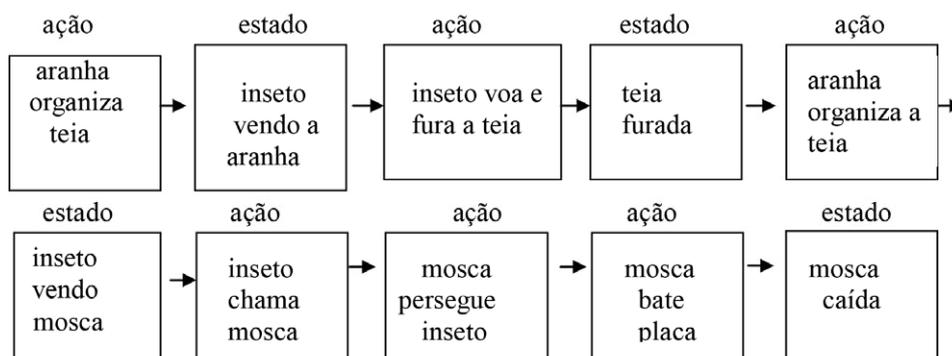
Ao reproduzir a história, o falante recorre aos seguintes esquemas de ação: X ORGANIZAR Y, X VOAR, X FURAR Y, X CHAMAR Y, X BATER Y, X PERSEGUIR Y. Tais esquemas evocam estruturas argumentais que possuem slots a serem preenchidos por referentes apresentados na história ou inferidos do contexto pragmático, no caso, é a aranha que organiza a teia, o inseto que voa, fura a teia e chama as moscas, e as moscas perseguiram o inseto. Trata-se de esquemas de deslocamento (X SE MOVE DE Y PARA Z) e de ação (X AGE SOBRE Y). Os participantes dos eventos descritos são característicos dos textos predominantemente narrativos.

ARANHA, INSETO, MOSCAS (que funcionam como agentes ou pacientes) e referentes como TEIA (objetivo do inseto e da aranha) e a PLACA, em que as moscas se chocam.

O tempo é construído pela sequência com que os eventos ocorrem. Para isso, há repetição de situações a fim de se justapor a ordem dos acontecimentos e, às vezes, a ordem é estruturada com o auxílio de eventos pragmáticos.

Integração entre estados/eventos

Quanto à integração de estados/eventos a narrativa se dá como uma sequência de ações intercaladas com estados, conforme o esquema abaixo:



Verificamos no esquema acima que alguns estados são inferidos a partir da causalidade das ações.

Considerações Finais

Por meio da análise pudemos perceber que o participante falante de Libras compreende o mundo construindo sentidos de acordo com o sistema visual humano, por meio da linguagem visuoespacial. Os indexadores linguísticos (sinais) participam dos processos cognitivos e acionam *frames*- descritores de eventos, quando interligados com os esquemas de ação. Assim, ativa circuitos neurais provenientes das suas percepções tendo em vista as experiências sensório-motoras recorrentes. Além disso, percebemos o papel do contexto pragmático na construção do sentido e que, a partir da causalidade das ações, há inferências preenchendo lacunas com elementos do cenário.

Referências

- BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dez. 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 3 nov. 2012.
- CAPOVILLA, Fernando César. Sobre a falácia de tratar as crianças ouvintes como se fossem surdas, e as surdas, como se fossem ouvintes ou deficientes auditivas: pelo reconhecimento do status linguístico especial da população escolar surda. In: SÁ, Nídia Regina Limeira de (Org.). *Surdos: qual escola?* Manaus: Valer e Edua, 2011.
- _____. Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (editores). *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira*, Volume II: sinais de M a ZI. [ilustrações Silvana Marques]. -3. ed. – São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.
- DINIZ, Heloise Gripp. *A História da Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2011.
- DUQUE, Paulo H. Discurso e Cognição: uma abordagem baseada em *frames*. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 39, p. 25-48, 2015.
- DUQUE, Paulo Henrique; COSTA, Marcos Antonio. *Linguística Cognitiva: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências*. Natal: EdUFRN, 2012.

- _____. *Cognitivismo, corporalidade e construções: novas perspectivas nos estudos da linguagem*. Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Linguagens em diálogo, nº42, p. 87-108, 2011.
- FELDMAN, J. A. *From Molecules to Metaphors: a neural theory of language*. Cambridge, Ma: Bradford MIT Presss, 2006.
- FERREIRA, Lucinda. *Por uma Gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FILLMORE, Charles. Frame semantics. In: *Linguistics in the Morning Calm*, ed. by The Linguistic Society of Korea, 111-137. Soeul: Hanshin, 1982.
- FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. -3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- LEFFA, V.J. A resolução da ambiguidade lexical sem apoio do conhecimento de mundo. *Intercâmbio*, São Paulo, v. 6, n.1, p. 869-889, 1996.
- LODI, Ana Claudia Balieiro; LUCIANO, Rosana de Toledo. Desenvolvimento da linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina B. F. (ogs). *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto alegre: Mediação, 2014, p. 33-50.
- LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis. RJ: Vozes, p. 137-155, 2015.
- MONTERO, Ignacio; LEÓN, Orfelio G. A guide for naming research studies in Psychology. *International Journal of Clinical and Health Psychology*. Vol. 7, nº. 3, p. 847-862, 2007.
- RODRIGUES, Norberto. Bases Neurológicas da Linguagem. *Conferência* apresentada no Simpósio Internacional de Língua de Sinais e Educação do Surdo. 05 a 09 de maio de 1993. São Paulo.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. São Paulo: Paulina, 2010.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- TURATO, Egberto Ribeiro. *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: construção teórico-metodológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.